

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE MESTRADO EM HISTÓRIA DAS SOCIEDADES AGRÁRIAS

# **OS CAVALEIROS DA CRUZ VERMELHA**

*A Ordem dos Templários na Reconquista e Expansão Urbana Portuguesa*  
( séculos XII e XIII )

**Ademir Luiz da Silva**

Goiânia  
2003

# Ademir Luiz da Silva

## OS CAVALEIROS DA CRUZ VERMELHA

*A Ordem dos Templários na Reconquista e Expansão Urbana Portuguesa*

( séculos XII e XIII )

Dissertação apresentada ao curso de mestrado em História das Sociedades Agrárias da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de mestre em História.

**Área de concentração:** História das relações cidade / campo.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Dulce Oliveira Amarante dos Santos

Goiânia  
2003

Ademir Luiz da Silva

OS CAVALEIROS DA CRUZ VERMELHA

*A Ordem dos Templários na Reconquista e Expansão Urbana Portuguesa*

( séculos XII e XIII )

Dissertação defendida e aprovada em ..... de .....  
de ..... , pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

.....  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Dulce Oliveira Amarante dos Santos (UFG)  
Orientadora

.....  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Eurydice de Barros Ribeiro (UnB)  
Argüidora

.....  
Prof. Dr. Pedro Carlos Louzada Fonseca (UFG)  
Argüidor

.....  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Teresa Marques Gonçalves (UFG)  
Suplente

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS .....	VI
RESUMO .....	VII
INTRODUÇÃO .....	01
CAPÍTULO I	
UMA BREVE HISTÓRIA DO TEMPLO	
Da Primeira Grande Cruzada à Cruzada Peninsular Ibérica	
1. 1 - O signo da peregrinação .....	06
1. 2 - O caminho da peregrinação passa pelo Condado Portucalense .....	30
CAPÍTULO II	
<i>IN NOMINE PATRIS, FILII, SPIRITUS SANCTI ET REX</i>	
A função estratégica do Templo no processo de formação de Portugal	
2. 1 – O “amor” ao rei .....	57
2. 2 – Os senhores da linha do Tejo .....	80
CAPÍTULO III	
A CRUZ NOS MUROS DA CIDADE TORNAM O HOMEM LIVRE?	
Identidade e organização urbana nos concelhos templários	
3. 1 – O concelho de um templário é o seu castelo .....	103

3. 2 – Tomar dos Templários .....	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	151
FONTES .....	157
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	159
FIGURAS	
I – Figura 1: Reconquista cristã em 1085 .....	56
II – Figura 2: Mapa dos domínios da Ordem dos Templários nos séculos XII e XIII ..	101
III – Figura 3: Domínios das ordens monástico - militares nos séculos XII e XIII .....	102

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao meu clã,  
minha orientadora: magister Dulce Oliveira Amarante dos Santos,  
a doutora Manuela Mendonça, de além mar,  
ao Instituto Camões, pela oportunidade de fazer História de verdade,  
a Jadir Gonçalves Rodrigues, pela ajuda valiosa na seleção,  
a Adriana AP, porque a Geografia  
serve antes de mais nada para fazer a guerra,  
a *Sociedade dos Historiadores Mortos*:  
Alencar Arrais, Fernanda Costa e doutor Natividade,  
a K, porque é a vontade de Odin,  
e finalmente ao senhor Eco, pela dádiva da idéia.

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o papel desempenhado pela Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo do Templo de Salomão, ou simplesmente os Templários, na Reconquista e no processo de expansão urbana portuguesa, ocorrido ao longo dos séculos XII e XIII. O Templo foi uma confraria monástica / militar, fundada em Jerusalém no rastro do êxito da Primeira Grande Cruzada. Tinha como função primordial proteger os peregrinos cristãos de ataques muçulmanos ao longo do perigoso caminho para o Santo Sepulcro e outros lugares com simbologia mística cristã, na chamada Terra Santa. A Ordem dos Templários prosperou rapidamente e, com o apadrinhamento e orientação intelectual do célebre abade cisterciense Bernardo de Claraval, logo espalhou-se por toda a Europa, assumindo importantes papéis na história política, religiosa e econômica do medievo. Foram fundamentais, por exemplo, nas guerras de Reconquista da Península Ibérica. No então nascente reino português, os Templários assumiram a cabeça da defesa da capital afonsina, Coimbra, e foram os principais protetores da linha do rio Tejo, então fronteira portugalense natural com os domínios muçulmanos. Em pagamento por estes serviços militares a Ordem recebeu, em doações régias, o controle sobre vastas regiões, nas quais ergueram fortificações que serviram como base para a fundação de inúmeros núcleos urbanos. Povoados que viviam literalmente sob a sombra dos muros dos castelos templários, ao mesmo tempo em que serviam como principal fonte de sustento material e portanto sustento institucional para a confraria.

*“E o amigo o que faz?” me havia perguntado, agora o sei, com simpatia.*

*“Na vida ou no teatro?” disse, acenando para o palco do Pílades.*

*“Na vida.”*

*“Estudo.”*

*“Freqüenta a universidade ou estuda?”*

*“Não lhe parecerá verdade mas as duas coisas não se contradizem. Estou terminando uma tese sobre os Templários.”*

*“Que coisa horrível”, disse. “Isso não é coisa de doidos?”*

Umberto Eco

## INTRODUÇÃO

O tema templário é carregado de estigmas. Com o tempo é possível perceber que existem basicamente duas reações quando você afirma estudar a tão falada e tão pouco conhecida confraria monástico / militar medieval.

A primeira se aproxima daquela que teve Belbo diante de Casaubon, personagens do romance *O Pêndulo de Foucault*, de Umberto Eco, citada na epígrafe desta dissertação. O camarada olha para você, entre admirado e incrédulo, e pergunta: “Templários, sei... você também lê tarô?”.

A segunda reação é mais discreta. Fica naquele limbo confortável entre a inconfessa ignorância e as frases soltas salvadoras de leigos. É quase sempre algo assim: “Templários, sei... tem que ver com as cruzadas, não?”

Sim, responderia eu: tem a ver, e muito, com as cruzadas. Este trabalho é sobre eles: os Cavaleiros Templários. Mais especificamente sobre os Cavaleiros Templários portugueses; sem dúvida um tipo muito peculiar de templário. A Ordem do Templo se desenvolveu de um modo bastante específico em Portugal. Na realidade é praticamente impossível separar a atuação dos monges do Templo do cerne do longo processo de formação do reino português. Tiveram papel decisivo na Reconquista e na expansão urbana lusitana. Portanto, ainda mais especificamente, este trabalho é sobre isto.

Dividi-o em três capítulos. Não pelo valor cabalístico que teria este número, como poderia imaginar alguns, mas por ser este um formato padrão e ao

mesmo tempo por achar que tal divisão contemplaria as necessidades formais para o desenvolvimento de meu discurso.

Intitulei o primeiro capítulo de *Uma Breve História do Templo – da Primeira Grande Cruzada à Cruzada Peninsular Ibérica*. A referência ao best-seller científico do físico norte-americano Stephen Hawking é óbvia, mas não gratuita. Aqui também retornei as origens da Ordem, como Hawking fez com o tempo, para melhor explicar sua atuação no período e no local de meu interesse: o Condado Portucalense, e depois reino de Portugal, nos séculos XII e XIII.

Neste capítulo procuro demonstrar como as idéias de Cruzada, Reconquista e Peregrinação foram fundamentais para justificar a entrada e progresso do Templo na Península Ibérica; que diferentemente do norte da Europa enfrentava em seu próprio território o mesmo inimigo encontrado na Terra Santa, os muçulmanos. E em situações que poderiam ser também aproximadas; pois na Galiza estava a maior rota de peregrinação do mundo medieval: o Caminho de Santiago de Compostela.

Retomando as origens do Templo, apresento um personagem praticamente ignorado pela historiografia portuguesa: Gondomar, o templário português que ajudou a fundar a confraria ao lado de seu primeiro mestre, Hugo de Payens. Analisando as poucas porém significativas evidências de sua passagem pela Palestina e Europa, procuro demonstrar como Gondomar pode ser a chave para se compreender porque praticamente desde seu início a Ordem do Templo obteve tantos privilégios no Condado Portucalense; no governo da rainha Teresa e depois de seu filho Afonso Henriques.

Ainda neste capítulo descrevo e analiso os primeiros anos dos Templários em Portugal e de que forma as maquinações políticas entre o Condado

Portucalense, Leão e Castela, interferiam nos rumos que a Ordem tomava na península.

Intitulei o segundo capítulo de *IN NOMINE PATRIS, FILII, SPIRITUS SANCTI ET REX - A função estratégica do Templo no processo de formação de Portugal*. Título em latim sugestivo e subtítulo explícito. Aqui pretendi mostrar como se deu o crescimento da já bem alicerçada Ordem do Templo em Portugal, a partir dos serviços militares prestados junto ao primeiro rei português, Afonso Henriques, e a seus sucessores, na Reconquista, defesa de fronteiras e povoamento do reino.

Trato das relações extremamente complexas que ao longo do tempo se desenvolverem entre os soberanos lusitanos, em especial o próprio Afonso Henriques, e os diversos mestres provinciais do Templo. Relações alicerçadas pela instituição do “*amor*” ao rei: baseada na lealdade, verdadeiro sentido da palavra amor na mentalidade do medievo. Aqui estaria o segredo do sucesso da confraria no reino e a causa de sua “inevitável” nacionalização, ocorrida em fins do século XII.

Neste capítulo também analiso o desenrolar da missão templária de proteger e povoar as terras ao longo da linha do rio Tejo, convertendo-as em uma barreira de proteção contra ataques muçulmanos a nova capital do reino e corte afonsina: Coimbra. E de resto de todo o norte do reino. Porém, mais do que meras bases militares, a presença do Templo nestas regiões garantiram o desenvolvimento de diversos conglomerados urbanos, povoados por gentes vindas do norte e do estrangeiros. Cidades / vilas que progrediriam sob a égide da cruz vermelha templária.

O terceiro e último capítulo intitula-se: *A cruz nos muros da cidade tornam o homem livre? – identidade e organização urbana nos concelhos templários*. Aqui faço referência ao célebre ditado alemão que se propagou durante o renascimento

urbano da Baixa Idade Média. Valeria para a realidade portuguesa? Ou ainda: qual o tipo de liberdade que existiria em um núcleo urbano controlado por uma poderosa confraria monástico / militar?

Discuto como se dava a organização do espaço urbano nas povoações templárias. Baseado na documentação disponível, procurei desenhar a ação da confraria na vida cotidiana destas povoações; levando em conta o fato de que a maior parte delas viviam constantemente ameaçadas pela sombra de ataques muçulmanos. O que fazia da presença dos chamados “Soldados de Deus” uma variável nada desprezível. Sobretudo quando eles, além de serem responsáveis pela defesa, através das cartas de forais, faziam as leis locais. Leis que poderiam desde restringir os direitos naturais dos nobres à criar monopólios sobre o uso de instrumentos de primeira necessidade, como o moinho.

Destaco sobretudo a presença do Templo em Tomar. Nesta povoação, que fundaram sobre os escombros de vilas romanas e visigodas, construíram o mais importante de seus castelos e mantiveram sua sede provincial por mais tempo. Nenhuma cidade foi mais templária. O que não impedia que outros interesses coexistissem em seu interior. Interesses que viriam a aflorar com a extinção da Ordem do Templo, no início do século XIV.

Inclui três figuras no corpo desta dissertação.

Localizei a primeira ao final do capítulo inicial buscando ilustrar o estágio da Reconquista ibérica antes da chegada da Ordem dos Templários na península; destacando os principais núcleos urbanos portugalenses citados no decorrer do referido capítulo.

Ao final do segundo capítulo incluí as duas figuras restantes. O objetivo foi igualmente ilustrar informações presentes no texto imediatamente anterior.

Na segunda figura indico os concelhos colocadas sob o controle do Templo, ao longo dos séculos XII e XIII. Usei como base os trabalhos do historiador português Joaquim Veríssimo Serrão, que desenvolveu uma minuciosa pesquisa de mapeamento dos domínios das ordens militares medievais em terras portuguesas. Na terceira figura anexa, através de indicação cromática, destaco os domínios das diferentes confrarias militares em Portugal, conseguidos durante os séculos XII e XIII; mostrando como elas interagem e faziam fronteiras umas as outras.

A maior parte de minha documentação foi escrita em latim. E mesmo uma boa quantidade dela podendo ser encontrada impressa, sobretudo na coleção *Monumenta Henricina*, não existem traduções disponíveis. Assim sendo, eu mesmo os traduzi. Mas, citando o poeta e tradutor José Paulo Paes: “Traduzo porque não entendo a língua original”. Alguns trechos deste material, os que julguei mais relevantes para o entendimento de determinados aspectos de meu discurso, foram incluídos no corpo do texto. Conteí com a valiosa revisão de minha orientadora, porém, sendo sempre preciso admitir a possibilidade do erro, assumo toda responsabilidade pelas imprecisões que certamente carregam.

Os textos em português arcaico ou galego-português, por não apresentarem especial dificuldade de entendimento, foram mantidos no original.

Enfim, esperando ter somado mais acertos do que erros, contento-me em lembrar que: “*nemo index in causa sua*”.

# CAPÍTULO I

## UMA BREVE HISTÓRIA DO TEMPLO

### Da Primeira Grande Cruzada à Cruzada Peninsular Ibérica

*“Provavelmente Hugo e os primeiros oito eram idealistas, devotos da mística da cruzada. Mas em seguida agirão como cadetes em busca de aventuras. O novo reino de Jerusalém é um pouco a Califórnia daqueles tempos, pode-se fazer fortuna.”*

Umberto Eco

#### 1. 1 – O signo da peregrinação

A Ordem dos Templários, ou simplesmente o Templo, ou ainda, como se designava em seus documentos oficiais, *Frates militiae Templi* ou *Pauperes commilitones Christi Templique Salomonis*<sup>1</sup>, Irmãos Guerreiros do Templo e Pobres Cavaleiros de Cristo do Templo de Salomão, confraria monástico / militar criada em meados do século XII, na chamada Terra Santa, para proteger pelas armas os peregrinos que percorriam a rota rumo ao Santo Sepulcro de Jerusalém, foi um subproduto da febre das cruzadas.

---

<sup>1</sup> SERRÃO, Joel (Org.) *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas, 1971. v. IV. p. 144.

As diversas expedições militares ao Oriente Próximo organizadas pela cristandade europeia entre 1096 e 1270, representaram o ponto culminante de uma vasta rede de relações históricas abrangendo o Ocidente Medieval, o Império Bizantino e o avanço imperialista muçulmano, alicerçadas no ambíguo conceito de guerra santa: a expansão territorial fomentada pela expansão religiosa, seja sobre o ponto de vista do *djihâd* islâmico ou no de reconquista cristão. Sendo um intrinsecamente oposto ao outro, por definição, a idéia de cruzada pode ser entendida como equivalente ao *djihâd* e mesmo como uma *contra-djihâd*.<sup>2</sup>

A Primeira Grande Cruzada foi sem sombra de dúvidas um dos mais extraordinários acontecimentos da Idade Média. Da colossal movimentação bélica de muitos milhares de crentes abastados e humildes, instigada pela pregação de Urbano II, em 1095, seguida da extenuante marcha forçada de anos e anos rumo aos desertos da Palestina, até o espantoso genocídio final dentro dos muros da cidade que era o prêmio maior da vasta empresa, a velha Jerusalém, o que se viu foi uma epopéia real, de dimensões homéricas, como nenhuma outra nos dez séculos que se convencionaram chamar de medievais. Prova do heroísmo, grandeza de espírito e fé inquebrantável do povo cristão europeu ou mera pirataria em larga escala, contra uma civilização culturalmente superior,<sup>3</sup> o fato é que o sucesso da Primeira Grande Cruzada provocou espanto e deslumbramento<sup>4</sup> impar em seu tempo. Nem sequer as conquistas de Carlos Magno igualaram-se à aventura cruzada. Mesmo a tragédia da Cruzada dos Pobres, longe de manchar a magnitude do evento principal, não fez mais do que aumentar sua dramaticidade.

---

<sup>2</sup> GROUSSET, René. *As Cruzadas*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965. p. 22.

<sup>3</sup> NIETZSCHE, Friedrich. *O Anticristo*. São Paulo: Martin Claret, 2001. p. 104.

<sup>4</sup> ROUSSET, Paul. *História das Cruzadas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p. 13.

Ainda que os motivos da eclosão do movimento cruzado pela libertação da Terra Santa consistam em uma complexa teia de relações políticas, econômicas, culturais, étnicas e religiosas, cuja explicação meramente satisfatória demandaria centenas de páginas, pode-se afirmar, grosso modo, que um signo em especial serviu de inspiração para os esforços dos guerreiros cristãos: o signo da peregrinação. Não é por acaso que sendo a palavra cruzada derivada do latim *cruciata*, do espanhol *cruzada* e do italiano *cruzeta*, uma designação criada *a posteriori*, só surgindo em francês no século XVII,<sup>5</sup> a expedição era chamado por seus contemporâneos, dentre outras formas, de *peregrinatio contra paganos*, ou seja: peregrinação contra pagãos.

Sendo um equívoco imaginar as populações européias medievais como estáticas, presas às suas regiões de origem, a peregrinação de penitência era o primeiro e mais nobre dos motivos para se por o pé na estrada. Semelhantemente ao profeta Maomé, que colocou entre os princípios fundamentais do islamismo a obrigação impreterível de seu crente visitar a cidade de Meca ao menos uma vez na vida, alguns teólogos cristãos afirmavam ser justo que o seguidor de Jesus de Nazaré também se dispusesse a gastar a sola de sua sandália em nome de sua fé; também ao menos uma vez na vida<sup>6</sup>. Estando claro que não se tratava de uma obrigação dogmática, ao contrário do caso muçulmano, e sim de uma sugestão, parece não existir dúvidas de que os cristãos acatavam-na com alegria e fé.

Apesar da caminhada do peregrino remeter-se diretamente à *Via Sacra*, com tudo o que ela simboliza em sofrimento e provação, para tornar-se

---

<sup>5</sup> PERNOUD, Régine. *A Mulher nos Tempos das Cruzadas*. Campinas: Papirus, 1993. p. 23.

<sup>6</sup> PASTOUREAU, Michel. *A Vida Cotidiana no Tempo dos Cavaleiros da Távola Redonda*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 160 –162.

agradável aos olhos de Deus através da dor<sup>7</sup>, não se pode afirmar que a remissão dos pecados fosse o único motivo da existência das peregrinações. Peregrinava-se pelos mais diferentes motivos. Para pedir por prosperidade material, implorar pela realização de milagres de cura, pagar promessas por graças alcançadas, meramente orar desinteressado, ou ainda, suponho não ser contraditório, pelo simples prazer de conhecer outras paragens, outras paisagens.

Definitivamente a peregrinação fazia parte do cotidiano do medievo. Além de possuir seu peso religioso, constituía-se em um ritual social importante. Mesmo aqueles indivíduos que se encontravam doentes ou ocupados demais para irem por si mesmos, pagavam assalariados para fazerem o trajeto por substituição<sup>8</sup>. Estes suplentes caminhariam, orariam e, algumas vezes, se flagelariam em nome dos contratantes.

Os santuários de peregrinação espalhavam-se por toda cristandade. Na França os mais visitados eram os dedicados ao culto da Virgem, mas de modo geral os peregrinos preferiam aqueles que ofereciam a visão de alguma relíquia rara ou o túmulo de um santo ou mártir prestigiado. Elementos palpáveis, por assim dizer, e portanto mais atraentes do que verdades dogmáticas. As freguesias que possuíssem um bom chamariz progrediam rapidamente. Se já na Idade Média o dinheiro era o sangue da cidade, seu fluido vital<sup>9</sup>, os peregrinos representavam uma rendosa fonte de receita.

Em vista disto as igrejas e abadias concorriam ferozmente entre si pela atenção dos viajantes. Para atender este mercado incipiente formou-se na Europa

---

<sup>7</sup> MONGELLI, Lênia Márcia de Medeiros. *Por Quem Peregrinam os Cavaleiros de Artur*. São Paulo: Íbis, 1995. p. 144.

<sup>8</sup> LANEYRIE-DAGEN, Nadeije (Org.) *Memória do Mundo: das origens ao ano 2000*. Casais de Mem Martins, Rio do Mouro: Circulo de Leitores, 2000. p. 203.

medieval uma verdadeira indústria de comércio e falsificação de relíquias, com intrincadas relações comerciais que iam desde Roma à Jerusalém, passando por Constantinopla e Alexandria. Pelo que se sabe não parecia existir muito bom senso no ramo de compra e venda de relíquias sacras. Quanto mais extravagantes fossem as peças, melhor. Fragmentos da cruz de Cristo, fios de cabelos do Nazareno, sudários santos, o crânio de João Batista, a Arca da Aliança ou o cobiçado Santo Graal das lendas arturianas eram artigos correntes. Não era raro que mais de uma diocese afirmasse possuir a mesma peça. O anedotário sobre este assunto é inesgotável.

E quanto mais distante se ia, maior a penitência e por conseguinte maior o valor do sacrifício junto a contabilidade divina. Por isto, em contrapartida as numerosas jornadas de curta distância, feitas em pouco tempo e sem grandes esforços ou gastos, existiam as grandes peregrinações. Viagens cuja realização eram considerados feitos extraordinários. Dentre estas, três se destacavam: o Caminho de Roma, o Caminho de Santiago de Compostela e o Caminho de Jerusalém.

Em Roma a grande atração era rezar sobre os túmulos do apóstolo Pedro, a Pedra, de Paulo de Tarso e dos primeiros mártires assassinados durante a perseguição romana ao cristianismo primitivo.

O viajante que se dirigia a Cidade Eterna era conhecido como romeiro e seu símbolo de identificação era a cruz, para lembrar tanto o suplicio de Jesus de Nazaré quanto a crucificação de cabeça para baixo de Pedro, na colina do Vaticano.

Porém, apesar de ser a sede da Igreja, a rota até Roma não era a mais popular da Europa. Em função de seu alto grau de organização<sup>10</sup>, em grande

---

<sup>9</sup> ROSSIAUD, Jacques. O cidadão e a vida na cidade. In: LE GOFF, Jacques (Org.) *O Homem Medieval*. Lisboa: Presença, 1989. p. 105.

<sup>10</sup> PASTOUREAU, Michel. *A Vida Cotidiana no Tempo dos Cavaleiros da Távola Redonda*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 162.

parte a cargo da poderosa abadia de Cluny, o mais procurado era o que levava até Santiago de Compostela, na região espanhola da Galícia. Na verdade seus itinerários eram os mais diversos: iam da chamada *Via Francígena*, o caminho italiano, às rotas marítimas, seguidas pelos flamengos, britânicos e escandinavos, que percorriam em terra o Caminho Inglês, de Farol e A Corunha até Santiago. Existia também o Caminho Português, que ia de Lisboa a Compostela cortando de sul a norte as terras lusitanas, passando por Porto até Barcelos, Ponte de Lima e Valença do Minho, onde se cruzava o rio Minho, entrando em domínios galegos.<sup>11</sup> Mas a mais importante das rotas começa na fronteira entre a França e a Espanha, com os Pirenéus ao fundo, onde se tornam uno os quatro principais itinerários franceses, no chamado Caminho Francês: conhecido também como O Estranho Caminho de Santiago.

Foi percorrendo esta rota que, segundo a tradição, no século IX, um eremita de nome Pelayo, seguindo uma chuva de estrelas até um campo, o *campo de la estrella*, daí a origem da palavra Compostela, teria encontrado o túmulo onde estaria depositado o corpo do apóstolo Tiago, mandado decapitar pelo rei judeu Herodes Agripa I, em Jerusalém, no ano 44 da era cristã. Acreditavam que antes de ser martirizado São Tiago teria pregado o evangelho na Península Ibérica, sendo este o motivo de ter sido conduzido por anjos, em uma barca, para ali ser enterrado. Fosse como fosse, em 1078, Afonso VI, então rei de Leão e Castela, mandou construir uma basílica sobre o túmulo para receber o número cada vez maior de viajantes que viam visitá-lo.

O símbolo de quem percorria o Caminho de Santiago era uma concha e seu caminhante era chamado de peregrino. O primeiro peregrino registrado

---

<sup>11</sup> SINGUL, Francisco. *O Caminho de Santiago – A Peregrinação Ocidental na Idade Média*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. P. 81 – 83.

foi um clérigo chamado Gotescale, bispo de Puy, em 951. Depois dele incontáveis personagens, anônimos e célebres, dos três extratos sociais do medievo, religiosos, nobres e camponeses, de Francisco de Assis à Isabel de Castela, percorreram a rota, alcunhada de *Via-láctea*.<sup>12</sup>

Em 1139 foi redigido, provavelmente por um monge francês chamado Aimery Picaud, o *Guia do Peregrino de Santiago de Compostela*. Neste pequeno livro eram indicadas os melhores itinerários através da França, de acordo com o ponto de partida do crente, com referências importantes sobre onde e como conseguir alojamento e alimentação nos mosteiros e vilas que povoavam o percurso dos Pirenéus à Galícia. A partir do século XIV passou a ser entregue um certificado de peregrinação aqueles que concluíam o caminho com êxito. Documento que constituía motivo de orgulho para seu portador.

Na Galícia, uma das mais verdes regiões espanholas, a luta entre mouros e cristãos foi extremamente violenta. Principalmente nos primeiros séculos da Reconquista. O valor de seus pratos férteis, ainda que montanhosos, não podia ser desprezado pelos invasores islâmicos. Ao mesmo tempo a devoção popular em torno das peregrinações a Santiago de Compostela tornou-se muito intensa. A tal ponto que passou a ser capitalizada pela Igreja e pela nobreza espanhola, já nos tempos do rei asturiano Afonso II, chamado o Casto, que reinou de 791 à 842, como forma de unir os cristãos do norte da Península Ibérica em torno de um símbolo de resistência comum. O fomento da fé no Caminho de Santiago alimentou um bem sucedido esforço de pacificação da região galega. Mas a importância do culto foi muito além, alcançando o ápice da popularidade no século XII. Em um documento de 834, catalogado no Tombo

---

<sup>12</sup> A linha branca que a galáxia desenha de leste a oeste no céu noturno servia de localização para o peregrino.

A do arquivo da Catedral de Santiago, o apóstolo é designado de *Patronum et Dominum de totius Hispaniae*,<sup>13</sup> ou seja: Patrono e Senhor de Toda Espanha.

São Tiago tornou-se o patrono da luta contra o avanço muçulmano. A iconografia medieval luso-hispânica é prolifera em representações de São Tiago, com a cabeça miraculosamente colada ao pescoço, combatendo mouros de traços raciais exagerados ao ponto da deformidade, montando um feroso garanhão, com uma espada ensangüentada na mão e uma concha presa ao chapéu. A disseminação desta imagem de guerreiro cristão incansável fez com que o apóstolo se tornasse conhecido popularmente como *Sant'ago Matamouros*.

A defesa do Caminho de Santiago inspirou a ação de algumas das ordens militares surgidas com as cruzadas e a Reconquista. Entre as mais relevantes estavam a Ordem da Calatrava, a Ordem de Alcântara e especialmente, como o nome indica, a Ordem de Santiago da Espada<sup>14</sup>, confraria monástica / militar de origem leonesa, criada por Fernando II, em Leão no ano de 1170 e aprovada pelo papa em 1175. Todas as confrarias citadas surgiram em grande medida sob a influencia do sucesso do Templo nos reinos espanhóis. Imitavam-na, inclusive em sua função original. Suas propriedades, de hospícios à praças fortes, podiam ser encontradas ao longo de toda a *Via-láctea*. Serviam como abrigo e defesa aos peregrinos que cruzavam a Península Ibérica rumo ao santuário de Compostela.

Contudo, a mais longa, árdua e custosa da trindade das grandes peregrinações medievais não tinha seu destino final dentro das fronteiras geográficas da Europa e sim no perigoso e distante além mar: no Oriente, na árida Palestina. Era a

---

<sup>13</sup> SINGUL, Francisco. *O Caminho de Santiago – A Peregrinação Ocidental na Idade Média*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. P. 49.

<sup>14</sup> AYALA MARTINEZ, Carlos de. (Org.) *Las Ordenes Militares em la Edad Media Peninsular. Medievalismo: boletim de la Sociedad Española de Estudios Medievales*. Madrid: 3 (3) p. 97 - 98, 1993.

rota até a Terra Santa. Região sem uma definição territorial precisa, mas que, em termos gerais, compreendia os lugares por onde, segundo a tradição, Jesus de Nazaré transitou em vida. Os relatos dos quatro evangelhos canônicos eram o guia, de inquestionável autoridade. A miscelânea de cenários incluíam desde acidentes geográficos à núcleos urbanos. Ia das margens do Mar da Galileia e do rio Jordão, do alto do Morro da Tentação, à cidades como Belém, Nazaré e, acima de todas, Jerusalém.

Se para o homem medieval o respeito por Roma advinha do fato dela ser a cidade onde residia o papa, Jerusalém por outro lado era a cidade eleita pelo próprio Deus.<sup>15</sup> Era tida como a *sancta civitate*, a cidade santa, a cidade perfeita, contraponto a sujidade da Babilônia,<sup>16</sup> manifestação terrena do modelo de cidade celeste da filosofia agostiniana.<sup>17</sup> Diversos mapas medievais localizavam-na simbolicamente no centro do mundo.<sup>18</sup> Cenário da epifania do Cristo, não eram poucos os que abandonavam suas vidas mundanas na Europa para não mais voltar, acreditando que a morte na Jerusalém terrestre era o caminho mais seguro para a Jerusalém celeste.

Em uma sociedade que enxergava o sopro da tentação demoníaca, da distração das obrigações divinas, até mesmo em um desenho arquitetônico particularmente belo e luxuoso,<sup>19</sup> o ambiente pétreo, ascético, de Jerusalém não podia ser mais inspirador para a fé. Os mais importantes lugares santos da mística cristã encontram-se em seus arredores, como o Monte Calvário e o Jardim das Oliveiras. Ou

---

<sup>15</sup> GRIMBERG, Carl. *História Universal: As Cruzadas – volume 11*. Santiago: Azul, 1989. p. 27.

<sup>16</sup> ROSSIAUD, Jacques. O Cidadino e a Vida na Cidade. In: LE GOFF, Jacques (Org.) *O Homem Medieval*. Lisboa: Presença, 1989. p. 99.

<sup>17</sup> PESSANHA, José Américo Motta. Vida e Obra de Santo Agostinho. In: *Santo Agostinho: Confissões*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 22.

<sup>18</sup> RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. O Inferno e o Paraíso: cartografia e paisagem (séc. XII – XV). *História Revista: revista do Departamento de História e do Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias /*

dentro de seus muros, como o *Ecce Homo*, um antigo arco romano, única parte preservada da Fortaleza Antônia, que marca o início da *Via Sacra*, e, sobretudo, o Santo Sepulcro, o túmulo vazio do nazareno.<sup>20</sup> Por tudo isto a velha Jerusalém, tão distante, em grandezas medievais, dos centros europeus, era altamente considerada pela cristandade ocidental. Em 1033, por exemplo, ano em que supostamente se completaria o primeiro milênio do suplício e ressurreição de Jesus de Nazaré, foi registrada a chegada de uma enorme multidão de peregrinos a Terra Santa, buscando expiar seus pecados.

O crente que rumava a Palestina, numa jornada que não raro demandava vários anos, era chamado de palmeiro e tinha como símbolo a palma. Tratava-se de uma referência simbólica a planta que, segundo a narrativa evangélica, os moradores de Jerusalém usaram para saldar a entrada gloriosa de Jesus de Nazaré na cidade, montado sobre uma mula, nas vésperas da festa da páscoa judaica.

As peregrinações de europeus a Terra Santa remontam aos primeiros anos do cristianismo. Embora não seja possível definir com certeza quando e de que forma o costume foi iniciado, a tradição afirma que a basílica do Santo Sepulcro original teria sido erigida por ordem do imperador Constantino, no século IV, atendendo a um pedido de sua mãe, Helena, nobre romana convertida em beata cristã, para receber os incontáveis fieis que há tempos vinham orar sobre o túmulo do crucificado.

Mas, como se sabe, a Palestina sempre foi uma região muito disputada, cenário constante de conflitos. Passou pela autoridade de diversos impérios ao longo dos séculos, persas, assírios, macedônios etc, e depois do ano um de nossa

---

Universidade Federal de Goiás. – vol. 5. n. 1/ 2 (jan. / dez. 2000) – Goiânia: Editora do Mestrado em História, 2000 – v. (1/2) 25 - 40. p. 26.

<sup>19</sup> ECO, Umberto. *Arte e Beleza na Estética Medieval*. Rio de Janeiro: Globo, 1989. p. 19.

<sup>20</sup> A arqueologia moderna demonstra que os judeus da Palestina do ano 33 não enterravam seus mortos dentro dos muros da cidade. Portanto o Santo Sepulcro é, por definição, uma relíquia falsa.

era, romanos, árabes, turcos etc, alguns mais e outros menos tolerantes às práticas cristãs. O resultado efetivo desta instabilidade política foi que, dependendo das inclinações e interesses dos conquistadores da vez, as expedições dos palmeiros podiam ser facilitadas ou dificultadas. Assim, se o número de palmeiros era reduzido durante o perseguido cristianismo primitivo, aumentou bastante com a liberação do culto dentro das fronteiras romanas e multiplicou-se imensamente com sua posterior adoção como religião oficial do Estado e subsequente proteção da rota pelos bizantinos. Contudo, a fulminante expansão muçulmana que se seguiu a morte de Maomé, revelou-se um fator complicador das viagens dos palmeiros; quase resultando na extinção da prática.

O Caminho de Jerusalém voltou a se popularizar no século VIII. O causador do fenômeno foram as boas relações diplomáticas que o Império Carolíngio passou a ter com o califado de Bagdá. Pode-se até afirmar que durante boa parte do tempo em que os árabes dominaram a Palestina, os cristãos foram recebidos com cortesia pela população islâmica que ocupava as cidades visitadas. Os motivos foram comerciais. As peregrinações religiosas representavam uma imensa fonte de receita, sobretudo porque significavam a abertura de lucrativas rotas comerciais. As riquezas advindas do ocidente através do Mediterrâneo, via cidades italianas,<sup>21</sup> não eram desdenhadas pelas autoridades muçulmanas, que optaram por uma coexistência pacífica.

No entanto, apesar da situação relativamente confortável para ambas as partes, os conflitos foram inevitáveis. Sucessivos basileus do Império Bizantino empenharam-se na retomada da Palestina, alcançando expressivos

---

<sup>21</sup> HODGETT, Gerald. A. J. *História Social e Econômica da Idade Média*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. p. 64.

resultados ao longo dos séculos X e XI. A reação árabe veio na forma de uma intensa perseguição aos cristãos, entre 1004 e 1014, além da destruição e saque de centenas de seus templos, sobretudo a basílica do Santo Sepulcro, em 1009. O santuário permaneceu em ruínas até o reinado do basileu Constantino IX, de 1042 à 1055, apesar de desde 1027 existir um acordo entre as partes permitindo a sua reconstrução.

Nesta altura, meados do século XI, o enfraquecimento gradual dos povos árabes, e do fragmentado império que edificaram, era evidente. Os cristãos, representados pelos bizantinos, pareciam destinados a triunfar na Palestina. Contudo, uma jovem raça de guerreiros muçulmanos deu novo vigor<sup>22</sup> a *djihâd*: os turcos seldjúcidas, originários do norte da Ásia, das estepes russas. Num avanço rápido e violento os turcos conquistaram grande parte da Ásia Menor, incluindo a Palestina, fazendo frente ao Império Bizantino e ameaçando as fronteiras da Europa. Estavam apresentados os novos inimigos da cristandade.

Tudo mudou para os cristãos com a conquista da Terra Santa pelos turcos. A tolerância religiosa que marcou a maior parte do período de hegemonia árabe não existia mais. Os turcos seldjúcidas, movidos pelo fanatismo religioso, sublimado em nome do lucro pelos árabes, não toleravam a presença de ímpios em Jerusalém; cidade onde o profeta Maomé teria subido aos céus em corpo e alma. Acreditavam que a ortodoxia islâmica obrigava-os a purificar a região da presença sacrílega. Passaram então a perseguir os cristãos residentes na Palestina e saquear as caravanas dos palmeiros que chegavam. Muitos foram mortos neste processo.<sup>23</sup>

Estas graves notícias não demoravam a chegar na Europa, provocando imensa revolta. Somou-se ao escândalo e a cólera do momento toda a

---

<sup>22</sup>GROUSSET, René. *As Cruzadas*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965. p. 16.

<sup>23</sup> Em *Os Sete Pilares da Sabedoria*, T. E. Lawrence afirma que para diversas facções árabes tradicionalistas, os turcos eram tidos como “traidores do espírito e dos interesses mais elevados do Islã.” Ver páginas 46 e 47 da edição brasileira lançada pelo Circulo do Livro.

infame memória dos conflitos anteriores. Resultado: a semente da cruzada, plantada há tempos, germinou. A guerra santa cristã entrou em curso e a *peregrinatio contra paganos* foi preparada. Segundo o discurso oficial devia marchar para a Terra Santa uma peregrinação armada e hostil para garantir a chegada de futuras peregrinações desarmadas e pacíficas.

Sendo a Europa feudal uma sociedade organizada para a guerra,<sup>24</sup> o raciocínio natural do cristão do século XII foi contabilizar o sucesso da Primeira Grande Cruzada através do enorme número de cabeças de infiéis sarracenos decepadas ao longo da trilha de cidades tomadas na Palestina. Os cruzados, citando grosseiramente César, foram, viram e venceram. O marco maior da campanha vitoriosa ocorreu em julho de 1099, quando a velha Jerusalém foi reconquistada. Não de islâmicos turcos e sim de árabes egípcios, que ocuparam a cidade no ano anterior.

Mas a vitória cristã não foi em vão, trouxe responsabilidades. Existia agora um território para ser protegido, dividido em quatro reinos, chamados na Europa de ultramar: ao norte ficava o principado de Antioquia, a leste, na outra margem do rio Eufrates, existia o condado de Edessa, ao sul da Antioquia ficava o condado de Trípole e ainda mais ao sul, de Beirute à Gaza, foi fundado o Reino Latino de Jerusalém; tendo a cidade perfeita do medievo como capital e o líder cruzado Godofredo de Bulhões como primeiro administrador, sem título monárquico. Godofredo de Bulhões, segundo a tradição, recusou-se a usar uma coroa de ouro onde Jesus de Nazaré usou uma coroa de espinhos e governou o reino intitulando-se “Defensor do Santo Sepulcro”. Tenha sido um exemplo de humildade ou de sagacidade política, foi sem dúvida uma atitude perfeitamente afinada com o espírito simbólico épico e sacro das cruzadas.

---

<sup>24</sup> PARKER, Geoffrey (Org.) *Atlas da História Universal*. Goiânia: O Popular, 2000. p. 120.

Esta cristianização da Palestina resultou em um grave problema logístico. Finda a missão, a maior parte dos guerreiros que tomaram parte dela, sobretudo os grandes barões e seus principais vassallos, precisavam, e desejavam, voltar para a Europa, para suas famílias, seus feudos, suas obrigações mundanas. O contingente cristão baixou em pouquíssimo tempo de muitos milhares para a ínfima quantidade aproximada de trezentos cavaleiros e mil peões.<sup>25</sup> Permaneceram os mais fanáticos e aqueles que, demasiadamente pobres, cavaleiros sem herança, não possuíam outras alternativas. Não eram o suficiente.

O número cada vez menor de cruzados na Terra Santa explicitava que apesar da vitória o caminho dos palmeiros ainda não era totalmente seguro. Se os núcleos urbanos e suas proximidades eram arduamente protegidos o mesmo não se podia dizer das inóspitas estradas palestinas. A paisagem rochosa da região favorecia a ação de salteadores e fanáticos do islão, e também de párias cristãos,<sup>26</sup> que viviam entrincheirados nas colinas da Judéia, em sucessivos ataques as caravanas comerciais e religiosas que desembarcavam nos portos de Jafa e Cesaréia e percorriam as inseguras rotas abertas pelos cruzados.

Se neste primeiro momento tais ataques não representavam muito mais do que trabalho de formiga, sugeriam contudo que o domínio cristão na Palestina era bem mais precário e instável do que se poderia supor. O assédio muçulmano era um perigo mais do que eminente, era uma ameaça constante. Sobretudo para Jerusalém: uma cidade santa também para os muçulmanos. Um alvo do *djihâd* por definição.

---

<sup>25</sup> READ, Piers Paul. *Os Templários*. Rio de Janeiro: Imago. 2001. p. 98.

<sup>26</sup>A REGRA PRIMITIVA DOS CAVALEIROS TEMPLÁRIOS. Comentários de Pinharanda Gomes. Lisboa: Hugin, 1999. p. 19.

A desorganização inicial do Reino Latino de Jerusalém não permitiu que Godofredo de Bulhões pudesse fazer grande coisa para mudar o quadro alarmante. Seu irmão e sucessor Balduíno de Boulogne, antigo governador do condado de Edessa, que não teve escrúpulos em ser entronado como Balduíno I, em julho de 1100, tentou diversas iniciativas para repovoar a região e torná-la mais segura. Reforçou os muros da capital, procurou atrair imigrantes, sobretudo os cristãos sírios da Transjordânia, oferecendo-lhes gratuitamente terras e moradias dentro dos muros, além de isentar os impostos sobre os alimentos.

Ademais, a partir de 1103, obtendo poderes de Balduíno I, o Patriarca de Jerusalém começou a armar os chamados Cavaleiros do Santo Sepulcro: guerreiros que juravam em voto solene defender o túmulo vazio de Cristo. Futuramente iriam se constituir em uma ordem militar, contudo em seus primórdios não formavam uma confraria, associação ou organização de qualquer espécie. O título conjunto de Cavaleiros do Santo Sepulcro, no plural, indicava apenas a somatória de todos aqueles que individualmente foram armados cavaleiros, ou confirmaram sua investidura, sobre o Santo Sepulcro.<sup>27</sup> Neste sentido provavelmente grande parte de todos os pioneiros monges / guerreiros, de todas as ordens, nestes primeiros tempos, foram de algum modo Cavaleiros do Santo Sepulcro.

As esforçadas iniciativas de Balduíno I, obtiveram relativo sucesso. Mas o principal ainda faltava: proteger as estradas.

Um episódio particularmente sangrento pode traduzir a real extensão da ameaça islâmica. Ocorreu nas vésperas da páscoa de 1119. Na estrada entre Jerusalém e Jordânia um grupo de palmeiros, desarmados e enfraquecidos pelo jejum da quaresma, foram atacados e massacrados por salteadores sarracenos de Tiro

e Ascalão. Segundo o relato de um cronista contemporâneo, chamado Albert d'Aix, perto de trezentos cristãos foram assassinados e sessenta feitos prisioneiros nesta ofensiva.<sup>28</sup>

A extensão da tragédia chocou a população cristã da Palestina e pode ter representado uma espécie de catalisador para que o rei Balduíno II, primo de seu antecessor, entronado no ano anterior, consciente da urgentíssima necessidade da criação de divisões de guerreiros profissionais especialmente destacados para defender o Caminho de Jerusalém, buscasse em um grupo de cavaleiros idealistas que há tempos vagavam sem rumo certo pela Terra Santa, aqueles que talvez pudessem assumir ao menos parte deste encargo. Viviam como arremedos de monges, afirmando terem abandonado o mundo para servir a causa de Cristo. Eram facilmente confundidos com mendigos. Sobreviviam de esmolas, não possuíam nem hábito identificativo, nem regra que os unisse, apesar de dizerem-se fieis ao modelo monástico proposto por Santo Agostinho, seguido pelos cônegos da Igreja do Santo Sepulcro.<sup>29</sup> Nunca trocavam seus mantos, vestindo-os até que se deteriorassem totalmente, e raramente se lavavam ou cortavam os cabelos e aparavam as barbas longas.<sup>30</sup> Eram tão pobres que possuíam apenas um cavalo para cada dois cavaleiros. Contraditoriamente a este cotidiano contemplativo faziam fama em pequenas escaramuças contra o Islão. Fama suficiente para chamar a atenção do rei, que decidiu patrocinar o novo estilo de vida monástica que inauguravam, alimentando-os, vestindo-os e abrigando-os.

---

<sup>27</sup> SILVA, Eduardo Norte Santos. *Uma Ordem de Cavalaria: a Ordem Eqüestre do Santo Sepulcro de Jerusalém – das origens a actualidade*. Lisboa: Gráfica, 1988. p. 32 –33.

<sup>28</sup> BURMAN, Edward. *Templários – Os Cavaleiros de Deus*. Rio de Janeiro: Record, 1994. p. 19.

<sup>29</sup> READ, Piers Paul. *Os Templários*. Rio de Janeiro: Imago. 2001. p. 101.

<sup>30</sup> GARTEN, Juan de. *Os Templários – Soberana Ordem dos Cavaleiros do Templo de Jerusalém*. São Paulo: Traço, 1987. p. 10.

Talvez em função da segurança pessoal de Balduino II, os cavaleiros mendigos foram alojados na área norte do palácio real, a mesquita da Cúpula da Rocha, erguida onde antes existia o Templo de Salomão. Prédio milenar, destruído e reconstruído diversas vezes, que foi a primeira sede da confraria e inspiração para seu nome. Pois se é admissível que os cavaleiros não se batizaram imediatamente, é certo que fossem identificados pelos moradores da cidade como “*aqueles cavaleiros que vivem no templo*”.<sup>31</sup> Alcinha que perdurou e terminou por ser assumida oficialmente.

O mais provável é que a Ordem dos Templários tenha sido efetivamente fundada após a páscoa de 1119. Talvez no natal deste ano.<sup>32</sup> Não há uma data de aceitação unânime. Muitos historiadores recuam-na para 1118 ou, ao contrário, avançam-na para 1120. A confusão deve-se a pobreza, a falta de uma ideologia específica, o idealismo ingênuo que dava o tom de sua missão e sobretudo a obscuridade do papel oficial da Ordem junto as autoridades cristãs da Palestina, em seus primórdios. Uma quase marginalidade que resultou em lamentável pobreza documental. Nenhum cronista contemporâneo os menciona. Nem mesmo Fulcher de Chartres, capelão e historiador oficial da casa real do Reino Latino de Jerusalém na época.

Demorou bastante até que surgissem relatos narrativos sobre as origens do Templo. Aqueles que se tornariam os mais importantes, com status de vulgata, surgiram muito posteriormente, entre cinquenta e cem anos após os acontecimentos, tendo a peculiaridade de serem ideologicamente contraditórias entre si.

---

<sup>31</sup> BURMAN, Edward. *Templários – Os Cavaleiros de Deus*. Rio de Janeiro: Record, 1994. p. 19.

<sup>32</sup> GODES, Jesús Mestre. *Os Templários: alvorada e crepúsculo dos cavaleiros*. Cascais: Pergaminho, 2001. p. 15.

O primeiro foi uma crítica composta pelo arcebispo Guilherme de Tiro, aproximadamente em 1169, quando a Ordem já gozava da proteção papal, esboçava o imenso poder que iria adquirir e colecionava inimigos no clero e na nobreza européia. O segundo vem ainda mais tarde, em 1219, talvez em comemoração ao centenário de sua fundação. Trata-se de um elogio escrito pelo bispo de Acra, Jacques de Vitry, a partir do relato do mestre templário Pedro de Montaigu, que governou de 1219 à 1232.

Tanto o colérico arcebispo Guilherme de Tiro quanto o oficioso bispo Jacques de Vitry concordam que o número original dos cavaleiros mendigos que seriam o gérmen da Ordem dos Templários era nove. No entanto o relato de um terceiro cronista, chamado Miguel, o sírio, patriarca da Igreja Siríaca de Antioquia, pena teoricamente isenta, nem contrária nem favorável ao Templo, aponta o número bem diferente de trinta e um.<sup>33</sup> Não há como fechar a polêmica. A tradição dos nove costuma falar mais alta pois, com exceção de um, todos eles tem seus nomes e alguns aspectos de suas biografias identificadas em documentos tardios. Mas talvez, esta é uma hipótese que não se deve descartar, fossem nove figuras de frente seguidas por vinte e duas de menor importância.

Os nove citados são estes: o primeiro mestre Hugo de Payens, originário da Champagne, do vilarejo de Payens, a alguns quilômetros de Troyes. Quatro godofredos: o flamengo Godofredo de Saint Omer, o colaborador mais próximo de Hugo; Godofredo Royal, ou Rolando, de quem se sabe apenas o nome; Godofredo Bisol, originário sem dúvida de Languedoque; e Godofredo de Bouillin, que talvez fosse de Languedoque. Os flamengos Payens de Montedidier e Archembaud de Saint Aignan. Convenientemente havia também André de Montbard, cavaleiro borgonhês

---

<sup>33</sup> BURMAN, Edward. *Templários – Os Cavaleiros de Deus*. Rio de Janeiro: Record, 1994. p. 19 – 20.

aparentado, através de Aleta, sua meia-irmã, do célebre abade cisterciense Bernardo de Claraval: figura que viria a ser fundamental na história do Templo. E, finalmente, Gondomar: um cavaleiro que se acredita ser originário do Condado Portucalense.<sup>34</sup>

Sendo nove ou trinta e um cavaleiros o certo é que estes homens, uma vez caídos nas graças do Balduíno II, juraram os votos perpétuos diante do Patriarca de Jerusalém. Não juraram apenas os três votos monásticos tradicionais de *pobreza, castidade e obediência*. Houve pela primeira vez um quarto voto significativamente chamado de *cruzada*: o combate incansável contra os inimigos da fé cristã. A singularidade desde novíssimo voto, que nos anos seguintes seria largamente imitado por diversas outras confrarias nascentes, deu o passo inicial para a história das ordens militares medievais.

Santo Agostinho, ainda no século V, defendia a santificação da guerra contra os pagãos e infiéis. Entendia-a como uma versão sagrada da *bellum romanum*, a guerra romana, a luta em defesa do modelo civilizatório do Império Romano, agora encarnado na nova Roma cristã,<sup>35</sup> na qual a ética cristã substitui a *pax romana* e, conseqüentemente, o bispo de Roma passa a representar o papel anteriormente desempenhado pelo imperador. Nesta concepção filosófica da guerra esta o gérmen da cruzada. Concepção que deságua tranqüilamente no pedido de Urbano II, feito no concílio de Clermont, em 1095, aos cavaleiros cristãos: que abraçassem a prática de uma vida pura, condizente com suas nobres ocupações, deixando de espalhar o terror entre seus pares e combatessem exclusivamente os inimigos de Igreja. A cruzada, mais do que uma empresa coletiva, devia representar uma iniciativa fundamentalmente particular. Uma total entrega do guerreiro a causa de

---

<sup>34</sup> LAMY, Michael. *Os Templários - esses grandes senhores de mantos brancos*. Lisboa: Notícias, 2000. p. 26.

<sup>35</sup> SANTO AGOSTINHO. *A Cidade de Deus: contra os pagãos*. Petrópolis: Vozes, 1999. v. I. p. 64.

Cristo, a defesa de sua fé. A otimização desta visão de mundo levou ao desenvolvimento do conceito de monge / guerreiro, a partir do sucesso da empresa cruzada.

Porém, se a idéia do guerreiro cristão lutando pela defesa circunstancial de sua religião não era de todo estranha ao medievo, a de um monge guerreiro em tempo integral o era. Causava estranheza tal mistura de ofícios, de *estamentos*. A imagem de um homem de oração empunhando uma espada, derramando sangue, cortando cabeças, ainda que de infiéis, levando uma existência aventureira e não contemplativa, não era de modo algum facilmente assimilável. Repugnava a muitos.<sup>36</sup>

Somente no ambiente histórico propiciado pelas cruzadas foi possível introduzir a idéia de que:

*“O certo é que, morra-se no leito ou na guerra, preciosa será, sem dúvida, aos olhos do Senhor, a morte dos seus santos. Mas na guerra, seguramente, é tanto mais preciosa quanto é a mais gloriosa. Oh!, que vida tranquila, quanto é pura a consciência! Oh!, digo, que vida tranquila, quando se espera a morte sem medo, e, bem ao contrário, é ela vivamente desejada com prazer e recebida com devoção. Oh!, verdadeiramente santa e segura milícia, e, por completo livre do duplo perigo que ao género humano sói, amiúde, pôr à prova, quando Cristo não é o único motivo de se militar. De facto, todas as vezes que tu, combatendo, o faças na milícia profana, debes temer inteiramente ou que te mates deveras na alma com matar o inimigo no corpo, ou que*

---

<sup>36</sup> AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. *Las Órdenes Militares en la Edad Media*. Madrid: Arco / Libros, 1998. p. 10 – 11.

*sejas acaso morto por ele, a um tempo, no corpo e na alma. Considera-se um facto que o perigo ou a vitória do cristão não reside no evento guerreiro mas nas disposições do coração.*”<sup>37</sup>

Este texto, extraído da obra *De Laude Novae Militiae*, ou *Do Louvor da Nova Milícia*, um discurso exortativo aos Cavaleiros Templários, composto por Bernardo de Claraval, em 1130, a pedido do primeiro mestre do Templo, Hugo de Payens, fomenta a aproximação teológica entre a guerra secular e a contemplação ascética. O ato violento é admitido desde que represente a vontade do Deus cristão, seja emanção de sua ira. Vontade divina que só pode ser conhecida pelo guerreiro através da revelação que uma existência ascética pode proporcionar. Aquele que luta em nome do Cristo não deve temer a morte, pois se a fatalidade ocorrer será em glorioso martírio, estilo de morte revestida de alta dignidade dentro da teologia cristã,<sup>38</sup> reservada como prêmio aos santos. Neste sentido um exemplo emblemático é o do rei francês Luís IX, canonizado por Bonifácio VIII como São Luís, em 1297, falecido em pleno curso de uma campanha cruzada.<sup>39</sup>

Personagem fundamental nas origens do Templo é Bernardo de Claraval. Foi seu patrono e mentor intelectual. Pode-se afirmar tranquilamente que sem a sua interferência os cavaleiros templários dificilmente deixariam de ser uma pequena comunidade monástica perdida nos confins da Palestina. A versão heróica, romântica, dos Templários que seduziu a imaginação europeia foi literal e literariamente inventada por ele. Foi elaborada basicamente através de duas obras: o supracitado discurso exortativo *De Laude Novae Militiae* e a *Regula Pauperum Commilitonum Templi in*

---

<sup>37</sup> Tradução portuguesa de Carlos Eduardo de Soveral sobre o texto latino de Bernardo de Claraval, publicado em *Livro para os Soldados do Templo – Do Louvor da Nova Milícia*. Lisboa: Gráficas Manuel Pacheco, 1990. p. 3 - 4

<sup>38</sup> NIETZSCHE, Friedrich. *A Gaia Ciência*. São Paulo: Ediouro, 1987. p. 107.

<sup>39</sup> LE GOFF, Jacques. *São Luís*. Rio de Janeiro: Record, 1998. p. 469.

*Sancta Civitate* ou *Regra dos Cavaleiros Pobres do Templo da Cidade Santa*. O texto original da Regra de Bernardo de Claraval não chegou até nós. O que se conhece hoje é uma redação posterior atribuída a Estevão de Chartres, Patriarca de Jerusalém de 1128 à 1130, denominada como *Regra Latina*.<sup>40</sup> Esta Regra original, ou primitiva, perdida, constava de setenta e dois artigos, que se transformaram em inflacionados seiscentos e oitenta e seis através dos acréscimos posteriores, e foi a base das demais regras de grande parte das outras ordens militares.

Ainda que em uma visão superficial pareça estranha a associação entre uma confraria belicosa e um clérigo taumaturgo, conhecido por pregar o radical afastamento das coisas mundanas e por ver com desgosto o papa defender seu território pelas armas,<sup>41</sup> tal união foi algo natural. Na complexa personalidade de Bernardo de Claraval o sangue guerreiro estava presente. Ele era filho de um cavaleiro morto na Primeira Grande Cruzada, chamado Tecelino, *O Ruivo*, conselheiro dos duques de Borgonha, e antes de se converter em um *orator* aos vinte anos foi um esforçado *bellator*. Convertido passou a enxergar o ideal monástico como um ideal de combate.<sup>42</sup> Se não se dedicava exclusivamente as orações e intervinha nos grandes debates de seu tempo o que o movia era este ardor de combater pela causa da Cristo. Impregnou a Regra do Templo de suas concepções místicas do que é ser um homem de armas. O conselho aos freires templários de que não deveriam caçar nenhum outro animal que não o feroz leão<sup>43</sup> não pode ser interpretado de outra forma.

Ademais os templários, ao menos em suas origens imediatas, pois seu gigantismo posterior é um outro problema, devem ser interpretados a luz de um

---

<sup>40</sup> GODES, Jesús Mestre. *Os Templários: alvorada e crepúsculo dos cavaleiros*. Cascais: Pergaminho, 2001. p. 65.

<sup>41</sup> RUSSELL, Bertrand. *História da Filosofia Ocidental*. Lisboa: Circulo de Leitores, 1977. v. II. p. 39.

<sup>42</sup> BERLIOZ, Jacques. São Bernardo, o soldado de Deus. In: *Monges e Religiosos na Idade Média*. Lisboa: Terramar, 1994. p. 48.

<sup>43</sup> A REGRA PRIMITIVA DOS CAVALEIROS TEMPLÁRIOS. Comentários de Pinharanda Gomes. Lisboa: Hugin, 1999. p. 113.

fenômeno seu contemporâneo: a renovação eclesiástica da Igreja denominada *Reforma Gregoriana*, iniciada em meados do século XI por Cluny e posteriormente continuada por Cister. Pretendia-se retornar a uma estrita observância da Regra de São Bento, marcada pelo espírito de humildade, penitência e procura pela solidão contemplativa, fortalecendo espiritualmente a Igreja, permitindo seu domínio moral sobre a sociedade laica. A ideologia das ordens militares criadas após as cruzadas, não apenas os Templários, mas também os Hospitalários, os Teutônicos, além de outras, pode ser entendida como uma tentativa de recuperação do prestígio e pureza da cavalaria medieval a partir de sua adesão a estes movimentos monásticos que pretendiam renovar e moralizar os negligentes quadros da Igreja. Serviam como ampliação, extensão e braço armado deste *reforma*. Neste sentido, nota-se que é plenamente perceptível certas semelhanças entre os parâmetros de comportamento propostos nos documentos primitivos de Cister, tais como a *O Resumo da Carta de Caridade*,<sup>44</sup> e aqueles que constam na Regra primitiva do Templo. Regra escrita, ou pelo menos supervisionada, por Bernardo de Claraval, principal responsável pelo sucesso de Cister.

Bernardo de Claraval esteve presente praticamente desde o início e, ainda mais, seu nome marcou a gênese do cartulário oficial do Templo. A primeira citação escrita<sup>45</sup> aos Templários de que se tem notícia surgiu em uma carta do rei Balduino II ao abade de Claraval. Transcrevo abaixo uma tradução da epístola, escrita provavelmente no início de 1126, pouco antes da morte do monarca, na íntegra.

---

<sup>44</sup> CISTER – DOCUMENTOS PRIMITIVOS. Tradução e comentários de Aires A. Nascimento. Lisboa: Colibri, 1999. p. 53 - 61.

<sup>45</sup> BURMAN, Edward. *Templários – Os Cavaleiros de Deus*. Rio de Janeiro: Record, 1994. p. 23.

*“Os irmãos Templários, que Deus inspirou para a defesa desta província e protegeu de uma forma notável, desejam obter a confirmação apostólica bem como uma regra de conduta. Devido a isso, enviamos André e Gondomar, ilustres devido às suas proezas guerreiras e pela nobreza de seu sangue, para que solicitem ao soberano pontífice a aprovação da sua ordem e se esforcem por obter dele subsídios e ajudas contra os inimigos da fé, coligados para nos suplantarem e derrubarem o nosso reino. Sabendo bem quanto peso poderá ter a vossa intercessão, tanto junto de Deus como do seu vigário e dos outros príncipes ortodoxos da Europa, confiamos à vossa prudência esta dupla missão cujo êxito nos será muito agradável. Fundamentai as constituições dos Templários de tal forma que eles se não se afastem dos ruídos e dos tumultos da guerra e continuem a ser os auxiliares úteis dos príncipes cristãos... fazei de maneira que possamos, se Deus o permitir, ver em breve uma conclusão feliz desta questão. Dirigi por nós orações a Deus. Que ele vos tenha na sua santa guarda.”<sup>46</sup>*

Foram feitas ao abade de Claraval pedidos de grande vulto. Pedidos que sugerem uma radical mudança de rumos na até então peculiar humildade templária. Desejavam deixar de ser apenas uma milícia religiosa independente, uma mera comunidade de aventureiros, para tomar um caráter verdadeiramente monástico, ligando-se a hierarquia eclesiástica papal. Assumir uma função social e pública, adquirir um papel definido dentro da cristandade. Em uma só palavra, desejavam adquirir o status de *ordo*, de ordem, com todos os privilégios inerentes ao título.

---

<sup>46</sup> Versão em português realizada por Artur Lopes Cardoso a partir da tradução francesa de Michel Lamy sobre o original latino, publicada no livro *Templários – esses grandes senhores de mantos brancos*. Ver bibliografia.

Fruto direto da bem sucedida Primeira Grande Cruzada ao oriente, a Ordem dos Templários decidiu levar seus ideais ao ocidente. Hugo de Payens e seus freires começaram a peregrinação de volta a Europa. O objetivo primeiro e principal, é claro, era Roma. Porém, se em 1126 o ocidente ainda tinha a ilusão de que controlaria para sempre a cidade perfeita de Deus, Jerusalém, tendo vencido os infiéis muçulmanos na Terra Santa; estes mesmos inimigos representavam uma grande ameaça a civilização cristã dentro das fronteiras da Europa. Principalmente na Península Ibérica, onde as guerras de reconquista perduravam a séculos. Nos reinos de Leão, Castela, Aragão e no Condado Portucalense a cruzada contra o Islão, mais do que uma questão religiosa, era um problema político, territorial. Seus líderes necessitavam de ajuda urgente e estavam dispostos a pagar generosamente por ela. Existiram melhores paragens para uma incipiente e ambiciosa ordem monástica / militar prosperar?

## **1. 2 – O caminho da peregrinação passa pelo Condado Portucalense**

A Segunda Grande Cruzada foi um retumbante fracasso. Seu único êxito real consistiu na ajuda que os cruzados deram aos portucalenses na tomada de Lisboa, a Lissabona dos muçulmanos, em 1147. Um passo fundamental dentro do longo processo de independência e formação do reino de Portugal.

As principais forças responsáveis por esta façanha militar foram as procedentes dos Países Baixos e da Inglaterra, vindas pelo Atlântico. Mas a Segunda Grande Cruzada foi acima de tudo a *cruzada de dois reis*: Conrado II, do Sacro Império Romano Germânico, e Luís VII, da França. O que implicou necessariamente na participação ativa de duas das principais ordens militares medievais na conquista de

Lisboa: os Cavaleiros Teutônicos, monges / guerreiros símbolos vivos do germanismo, e os Cavaleiros Templários, uma confraria dominada pelos franceses.<sup>47</sup> O Templo sobretudo, pois seu patrono e mentor intelectual, Bernardo de Claraval, foi também o principal responsável em pregar a nova *peregrinatio contra paganos*. E, somado a isto, não por acaso, lembra-nos Carlos Eduardo de Soveral, tradutor e comentador da versão portuguesa do *De Laude Novae Militiae*, o abade cisterciense foi um declarado simpatizante do projeto de independência que o então jovem rei Afonso Henriques levava a cabo.

A presença da Ordem dos Templários no Condado Portucalense no entanto é mais antiga. Remonta a 1124 ou 1125, com verdadeiro assento de bases em 1128. Ano, aliás, capital para a história do Templo. Ano em que aconteceu o Concílio de Troyes, no qual se discutiu o mérito das reivindicações dos Templários em adquirir o almejado status de ordem. A realização deste concílio foi fruto do exaustivo trabalho diplomático de dezoito meses realizado por Hugo de Payens nas cortes e dioceses da Europa, patrocinado pela casa real de Jerusalém e auxiliado pela influência de Bernardo de Claraval junto aos altos círculos eclesiásticos. Das decisões tomadas pelos membros do Concílio de Troyes dependia o futuro da confraria do Templo.

Em 13 de janeiro de 1128 foram abertas as sessões, presididas pelo legado do papa Honório II, o bispo Mateus de Albano, contando com a presença de diversas autoridades da Igreja. Estranhamente, dentre os notáveis presentes, ao menos uma ausência se fez sentir. A do próprio abade de Claraval. Sendo em princípio inexplicável este distanciamento voluntário de um dos maiores interessados nos destinos dos debates, devemos entendê-lo como uma estratégia inteligente de alto

---

<sup>47</sup> DOLLINGER, Philippe. Os Cavaleiros Teutônicos, monges-soldados do germanismo. In: *Monges e Religiosos na Idade Média*. Lisboa: Terramar, 1994. p. 78.

preservação. Em virtude da natureza polêmica, singular, muito perto de herética, da proposta em jogo, a criação de uma ordem monástica em que seus membros portariam espadas como parte integrante de seus hábitos, o cuidadoso Bernardo de Claraval preferiu manter-se prudentemente um pouco à margem.<sup>48</sup>

Não que tenha soltado as rédeas do concílio, ao contrário, tomou todos os cuidados para que seu espectro pairasse sobre as cabeças dos debatedores. Senão vejamos. Troyes ficava a apenas vinte e nove quilômetros de Fontaine, cidade natal de Bernardo, e cerca de cinquenta quilômetros da abadia de Claraval. O vilarejo de Payens, onde nasceu o mestre templário Hugo, a apenas doze quilômetros. E, talvez o mais importante, todas as terras citadas haviam sido doadas pelo poderoso conde Hugo de Champagne, de quem Hugo de Payens era vassalo e acompanhou em uma cruzada a Palestina em 1104, certamente sua primeira ida a Terra Santa, e que se juntou as fileiras dos templários em 1125. Ademais, ficamos sabendo através do prólogo das atas do concílio que circunstancialmente Bernardo de Claraval chegou a discursar para os debatedores oficiais, que aplaudiram-no efusivamente.

Dirigido ou não o fato é que ao fim do Concilio de Troyes os Templários foram reconhecidos como ordem. A profissão de fé do mestre Hugo de Payens impressionou os membros do alto clero da Igreja. A Regra escrita por Bernardo de Claraval foi aprovada e foi-lhes atribuído o uso de um hábito; que deveria ser simples, sem ostentação e de uma única cor, preta, marrom ou preferencialmente branco. Pois, escreveu Bernardo de Claraval, “*Quid albedo? Nisi integra castitas.*”, ou seja “que é o branco senão inteira pureza?”.<sup>49</sup> A cruz vermelha viria depois.

---

<sup>48</sup> GODES, Jesús Mestre. *Os Templários: alvorada e crepúsculo dos cavaleiros*. Cascais: Pergaminho, 2001. p. 65.

<sup>49</sup> A REGRA PRIMITIVA DOS CAVALEIROS TEMPLÁRIOS. Comentários de Pinharanda Gomes. Lisboa: Hugin, 1999. p. 96-97.

A expansão subsequente foi vertiginosa e, em muitos aspectos, pode ser explicada por sua coligação e acompanhamento do crescimento de Cister. Ainda em 1128 e começo de 1129, os templários recrutaram novos membros e receberam vantagens eclesiásticas e régias em vários reinos europeus. Primeiramente em França, Inglaterra, Escócia e no Condado Portucalense. Logo prosperariam nos reinos espanhóis e, em menor grau, nos italianos. No curso de alguns poucos anos já estavam presentes em praticamente todo ocidente. Começara a impressionante escalada ao poder que levaria o Templo a criar uma verdadeira *república religiosa*<sup>50</sup> independente dentro da cristandade. Uma poderosíssima organização financeira internacional construída a base de doações de terra, transporte de peregrinos, comércio e usura.

A precoce entrada dos Templários na Península Ibérica foi contemporânea a uma grave crise política, que sob certo aspecto também pode ser definida como uma grave crise familiar. Parentes próximos, pais, mães, filhos e primos, que também eram reis, rainhas e condes, disputavam o poder entre si ao mesmo tempo que combatiam inimigos religiosos e étnicos externos e internos. Desta crise e de seus desdobramentos resultaria o surgimento do primeiro estado nacional moderno: Portugal. O Templo, como veremos, esteve presente em praticamente todos os estágios do difícil processo de sua formação.

A Península Ibérica, separada do restante da Europa cristã pelos Pirenéus, desenvolveu-se de forma singular ao longo da Alta Idade Média. Diferentemente da maior parte da Europa medieval, os reinos ibéricos não foram caracterizados pela existência do que podemos chamar de feudalismo clássico:

---

<sup>50</sup> FERREIRA, Alexandre. *Suplemento Historico ou memorias e noticias da celebre Ordem dos Templários, para a historia da admiravel Ordem de Nosso Senhor Jesu Christo*. Lisboa: Academia Real, edição fac-similada de 1998 de um original de 1734. p. 52 – 53.

sistema marcado pela fragmentação da autoridade nas mãos dos senhores locais e subsequente enfraquecimento do poder real central. Desenvolveram-se outras formas de articulação entre o rei, o suserano maior, e seus vassallos, baseadas menos nos laços de fidelidade do que na quantidade prática de homens que se poderia armar<sup>51</sup>. Assim, desde cedo, o alcance da autoridade real esteve intrinsecamente relacionada a seu poderio bélico.

Dentre todos Afonso VI, rei de Leão e Castela, de 1072 à 1109, foi o monarca que mais eficientemente conseguiu impor-se como uma espécie de líder máximo. Assegurado por suas vitórias militares pôde ostentar títulos tais como *Imperator Super Omnes Spaniae Nationes e Totius Hispaniae Imperator*, ou seja: Alto Imperador de Toda Gente das Nações Hispânicas e Imperador de Toda Espanha. Procurou conduzir a península a uma certa unidade política e geográfica, desenhando um tipo de autoridade que admitia outras autoridades menores, suas subordinadas. Porém as grandes mudanças econômicas e culturais ocorridas ao longo do século XI, evoluíram nos primeiros anos do século XII para a formação de um ambiente propício para que acontecessem também significativas mudanças políticas. Assim, com a morte de Afonso VI, em 1109, se deflagrou uma reação generalizada contra o crescente poder da casa real leonesa.

As disputas ocorreram em diversos níveis. Na principal delas a herdeira de Afonso VI, a rainha Urraca, disputou ao longo de muitos anos com o rei de Aragão, Afonso I, o Batalhador, seu segundo esposo, a chefia política da Espanha. Afonso I, segundo consta, farto da leviandade de Urraca e da hostilidade dos castelhanos, retirou-se de Leão em 1114, para se dedicar a reconquista de Aragão.

---

<sup>51</sup> MATTOSO, Jose (Org.) *História de Portugal - a monarquia feudal*. Lisboa: Estampa, s/ d. p. 11 – 12.

Ao mesmo tempo a rainha Urraca teve sérias desavenças com o arcebispo de Santiago de Compostela, Dom Diego Gelmírez, pela autoridade sobre a Galiza. O clérigo, apoiado pela forte presença de Cluny, e pela constante presença de estrangeiros atraídos pela peregrinação ao santuário do *Sant'ago Matamouros*, introduziu costumes franceses em sua diocese, em detrimento das práticas galegas tradicionais, afastando-se cada vez mais do projeto de unidade ibérica pretendido por Leão e Castela. Chegou a criar uma esquadra naval particular para, oficialmente, defender a costa contra ataques de piratas normandos e sarracenos, vindos do norte da África; mas que servia ao mesmo tempo para sugerir um estado de independência, que nunca chegou a se concretizar.

O Condado Portucalense também se tornou campo de disputa. O rei Afonso VI legou-o a um dos diversos nobres franceses que o ajudaram militarmente, por ocasião de seu casamento com sua filha bastarda, Teresa: um borgonhês chamado Henrique. Não por acaso primo do conde Raimundo de Borgonha, primeiro marido de Urraca, irmã de Teresa.

Acredita-se que neste época, fins do século XI, o que se chamava de Condado Portucalense consistia em uma faixa de terra bem menor do que viria a ser nos anos subsequentes. Um documento, um diploma de doação, de 1097, afirma que “*comite Domno Henrico, genero supradictil Regis, dominante a flumine usque in Tagum*”,<sup>52</sup> ou “Cortesmente foi concedido a Henrique exercer o domínio da corte supracitada, sendo soberano do rio Minho sem interrupção até o Tejo.”

Com a morte de seu suserano, o conde Henrique, que já esboçava timidamente atitudes autônomas aproveitando-se do estado de guerra permanente e das imensas dificuldades de comunicação entre suas terras e Leão e Castela,

---

<sup>52</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Livro Preto, folha 196.

agravadas pelas disputas internas entre os diversos reinos, empenhou-se de forma redobrada e agora explicita em projetos de independência. Chegou a intitular-se *Et Totius Portugalis Dominus*, ou Senhor de Todo Portugal. Mas não ousou atribuir-se o título de *rex*.

Com sua morte precoce, ocorrida entre 1112 e 1114, coube a sua viuva Teresa, uma mulher astuta e engenhosa, além de reconhecidamente ambiciosa, continuar seus planos. No que obteve relativo êxito, aproveitando-se das querelas existentes na corte de sua meia-irmã Urruca; de quem hora era aliada, hora era adversária, dependendo da estratégia política do momento. Diferentemente do finado esposo Teresa, sim, usou o título de rainha; protegida pelo fato de ser filha, ainda que bastarda, de Afonso VI. Em 1116 foi reconhecida como *Tarasie Regina*, ou Rainha Teresa, pelo papa Pascoal II. Em 1117, sobre seu governo, o Condado Portucalense foi designado pela primeira vez como reino. Ainda não o era.

A morte de Urraca em 1126, eleva ao trono Afonso VII, seu filho com o conde Raimundo de Borgonha. O novo rei leonês, consciente do projeto de independência portucalense, decide exigir pelas armas que seus direitos de suserano fossem respeitados. Aliado ao belicoso arcebispo de Santiago de Compostela, Diego Gelmírez, invade o condado indisciplinado na primavera de 1127 e obriga a tia a reconhecer sua supremacia.

Contudo, a esta altura duas facções se digladiavam pelo poder no Condado Portucalense. De um lado estavam os partidários da rainha Teresa, a alta nobreza portucalense, e do outro os seguidores do jovem e impetuoso infante Afonso Henriques, seu filho adolescente, os chamados infanções: representantes da baixa nobreza.

Aquartelado em Guimarães, cidade sitiada durante a vitoriosa campanha de Afonso VII, o infante liderava um numeroso grupo de descontentes com o governo da rainha mãe. Herdeiro natural do condado, Afonso Henriques desejava ver-se livre da tutela<sup>53</sup> da mãe e ter sua ascensão ao poder antecipada. Rebeldia que nada tinha de gratuita ou meramente pessoal. Deve ser interpretada como uma manifestação de repúdio de parte da nobreza portugalense a crescente influência galega no condado, personalizada naquela ocasião na pessoa da rainha; que segundo se comentava na Corte envolveu-se emocionalmente com um líder galego.

Não muito depois da renovação da vassalagem de Teresa em 1127, no dia 24 de junho de 1128 os exércitos adversários de mãe e filho confrontaram-se nas proximidades do Castelo de Guimarães, no campo de São Mamede, no que ficou conhecido, segundo os relatos da *Chronica Gothorun*, como a Batalha de São Mamede. Neste conflito entre infanções e ricos-homens, a rainha Teresa foi derrotada e expulsa do condado, refugiando-se na Galícia. O destino dos portugalenses passam definitivamente às mãos de Afonso Henriques.

O jovem infante, agora largamente apoiado pela nobreza como um todo, inicia uma incansável campanha pela reconquista e independência de seu reino. Para isto fez-se necessário repetir o que fez seus genitores, cada um a seu tempo e a seu modo, e desafiar a autoridade de Leão e Castela. Romper os laços de vassalagem que o ligavam ao primo e suserano, Afonso VII. Assim, corajosamente, ainda em 1128, Afonso Henriques já usa o título de *portugalensium rex*, rei portugalense. E, certamente seu ato mais petulante, não esteve presente a grandiosa cerimônia em que Afonso VII se fez coroar imperador de toda a Espanha, na catedral de Leão, em 1135.

---

<sup>53</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz & HOMEM, Armando Luís de Carvalho (Orgs.) *Nova História de Portugal: Portugal em Definição de Fronteiras - do Condado Portucalense à crise do século XIV*. Lisboa: Presença, 1996. p. 24.

Este era o cenário ibérico quando da chegada dos Templários; ou Tempreiros, como são designados em diversos documentos galego portugueses.

Aparentemente os primeiros freires a pisar em terras portuguesas teriam chegado a corte da rainha Teresa, em Braga, vindos da França, em 1124. No ano seguinte, através de obscuros contatos com a nobreza portugalense, os quais pretendo discutir adiante, obtiveram permissão para ocupar, sem que isto resultasse em doação perpétua, terras no Soure e o castelo de Penafiel, em Forte Arcada. Esta praça forte, localizada em uma região de fronteira estável com os mouros, tornou-se a primeira sede portuguesa do Templo. Receberam ainda doações particulares de ricos-homens, tais como a de Afonso Anes, que lhe doou em testamento metade da Quinta de Vila Nova, caso morresse “*sine haerede bonae, et legitimae mulieris*”,<sup>54</sup> ou seja: “sem herdeiro dos bens, e mulher legítima”.

O primeiro homem que pode ser chamado de líder templário no Condado Portucalense foi o francês Guilherme Ricardo. O nome que se dava a esta função variava de comendador mor, preceptor ou mestre provincial,<sup>55</sup> subordinado ao mestre de Jerusalém, chamado erroneamente nos tempos modernos de *grão-mestre*, termo inexistente nos documentos medievais. Segundo o catálogo de mestres provinciais elaborado pelo historiador português Alexandre Ferreira, o governo de Guilherme Ricardo estendeu-se de 1125 à 1128.<sup>56</sup>

Sua residência oficial não era na praça forte de Penafiel, como seria de se presumir em se tratando de um monge / guerreiro imbuído da missão de combater os mouros, e sim na corte, em Braga. Prática que se tornaria hábito entre os mestres provinciais posteriores. O que denuncia desde muito cedo os precoces e

---

<sup>54</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Livro dos Mestrados, folha 38, verso.

<sup>55</sup> SANTOS, José António dos. *Monumentos das Ordens Militares do Templo e de Christo em Thomar*. Lisboa: Biblioteca Universal, 1879. Edição fac-similada de 1998. p. 28 – 29.

<sup>56</sup> DIAS, Mário Simões. *Os Templários em Terras Portuguesas*. Coimbra: Edição do Autor, 1999. p. 68 – 69.

estreitos laços entre o Templo e os círculos aristocráticos portugalenses. O que temos que ter em mente é que o Templo se tratava então de uma obscura organização estrangeira, representada por um estrangeiro, recém chegada a uma terra empenhada em combater as influências externas. Situação que em tese deveria limitar sua movimentação, o que na prática parece não ter acontecido.

De resto é preciso admitir que muito provavelmente Guilherme Ricardo não possuía ainda comandados em número suficiente para ocupar de forma satisfatória uma praça forte fronteiriça. Quando muito acompanhava-o alguns poucos franceses e outro tanto de patrícios recrutados. Não podemos esquecer que nesta época, entre 1124 e 1126, Hugo de Payens nem sequer havia iniciado ainda sua campanha sistemática de propaganda pela causa templária.

No começo de 1128, chegou a Braga um templário, presumivelmente catalão ou francês, chamado Raimundo Bernardo. Este cavaleiro veio juntamente com o mestre Hugo de Payens da Terra Santa, com a missão de ajudá-lo em uma campanha de arrecadação de fundos e recrutamento de novos membros para a confraria. Pela natureza de sua missão pode-se deduzir que era uma figura de relevo no círculo palestino da ordem. Não estando entre os nove pioneiros cujo nomes são conhecidos, Raimundo Bernardo estaria muito provavelmente entre os vinte e um anônimos que sobraram entre os trinta indicados por Miguel, o Sírio. Sua presença e pregação fez muito sucesso na corte.

Ao que parece para tentar persuadir Raimundo Bernardo a permanecer no Condado Portucalense e empenhar-se na Reconquista, no dia 19 de março de 1128, portanto um pouco depois do Concílio de Troyes e um pouco antes da decisiva Batalha de São Mamede, a rainha Teresa doou formalmente à Ordem dos Templários o castelo do Soure, as margens do rio Mondego, e as terras circunvizinhas.

A manobra da soberana obtêm sucesso. Neste local passa a funcionar a sede portuguesa do Templo, onde permaneceu até 1147, tendo Raimundo Bernardo como mestre provincial.

É muito comum encontrarmos em estudos históricos que esta imensa generosidade<sup>57</sup> por parte da enfraquecida rainha Teresa é facilmente justificável através de sua grande percepção de estratégia militar. Segundo esta explicação simplista, ainda em 1125 e depois em 1128, a monarca teria percebido que aqueles pobres e excêntricos monges / guerreiros representariam um reforço considerável na luta contra os muçulmanos. Versão crível na medida em que se tratava de uma mulher engenhosa, acostumada com a prática da guerra: guerra política e guerra familiar. Contudo, em meu entender, falta algo. Neste caso a Navalha de Ockhan não se sustenta sozinha.

O que representavam os idealistas Cavaleiros Templários para os europeus das primeiras décadas do século XII? Praticamente nada. As batalhas épicas nas quais eles forjaram a fama de guerreiros temíveis, incansáveis, muitas vezes cruéis e brutos, ainda não haviam sucedido. As reações bélicas muçulmanas significativas na Palestina só começariam na década de quarenta.

As atividades dos freires do Templo resumiam-se então a vigiar a estrada que ia do porto de Jafa a Jerusalém, informar as melhores rotas aos palmeiros, levar provisões aos cristãos que iam se banhar ritualmente no rio Jordão, prender beduínos ladrões ou arruaceiros<sup>58</sup> e pequinesas semelhantes. Trabalhos importantes sem dúvidas, muito úteis naquela região cuja ocupação cristã era preservada artificialmente por razões sentimentais,<sup>59</sup> mas que não podem ser apontadas

---

<sup>57</sup> MATTOSO, José. *Ricos-homens, Infâncias e Cavaleiros*. Lisboa: Guimarães & C<sup>a</sup>, 1982. p. 228.

<sup>58</sup> GANDRA, Manuel J. (Org.) *Cadernos da Tradição: O Templo e a Ordem Templária em Portugal*. Lisboa: Hugin, 2000. p. 05.

<sup>59</sup> BURMAN, Edward. *Templários – Os Cavaleiros de Deus*. Rio de Janeiro: Record, 1994. p. 17.

necessariamente como heróicos. Pouco têm de aventurecos ou grandiosos. Os templários pioneiros agiam mais como patrulheiros do que como guerreiros. Provavelmente ficavam mais tempo no ócio do que em campanha. Tampouco podiam se meter a tanto. Nestes primeiros anos foram pouquíssimos os recrutamentos de novos membros. O que significa que a esta altura qualquer batalha mais violenta, com um número considerável de baixas, reduziria drasticamente o parco contingente da confraria. Em resumo qualquer fama que os Templários pudessem possuir antes de 1128, e mesmo nos meses imediatamente posteriores ao Concílio de Troyes, não devia ultrapassar a condição de curiosidade vinda do inóspito ultramar. Eram praticamente anônimos na Europa.

Então, por que confiar castelos e terras a monges / guerreiros, sem grande experiência de combate, cheirando à hereges?

Em poucas palavras, acredito que somente a presença de um templário especialmente afinado com os interesses da aristocracia portugalense, no qual eles depositassem sua inteira confiança, poderia justificar estas doações. Pois, se por um lado, a existência da Ordem do Templo, enquanto instituição, era quase ignorada entre os nobres europeus de meados do século XII, seus membros pioneiros não o eram. Entre seus familiares e nas suas regiões de origem estes cavaleiros deviam ser verdadeiras celebridades.

O que explica isto é uma análise da progressão natural de um fenômeno tipicamente medieval: o profundo respeito ao Caminho de Jerusalém. A lógica cartesiana apregoa que quando se tem a disposição os primeiros termos de um problema pode-se encontrar os outros a partir de sua análise racional, chegando assim a sua solução.<sup>60</sup> Pois bem, se é verdade que o medievo exaltava o feito dos indivíduos

---

<sup>60</sup> Ver o tratado da *Geometria*, escrito por Descartes em 1637.

que simplesmente percorriam o Caminho de Jerusalém, parece-me evidente que multiplicassem este apreço e admiração diante daqueles que fizeram a rota servindo a *peregrinatio contra paganos*, em outras palavras: os veteranos das cruzadas. Justo admitir ainda que àqueles idealistas que decidiram permanecer na Terra Santa, independentemente dos motivos pessoais que levaram-nos a esta radical tomada de decisão, para servir a causa da cristandade, fossem ainda mais louvados. Talvez não fossem compreendidos, o que é outro problema, mas certamente eram grandemente admirados.

Dentre os nove ou trinta e um templários pioneiros encontramos ao menos um portugalense de nascimento: Gondomar. Trata-se de uma figura misteriosa, envolta em brumas. Conhecido, ao contrário de seus oito confrades identificados, por um nome único, seco; e não uma composição formada pelo nome pessoal e um sobrenome, que poderia ser uma referência ao local de origem ou profissão, algo comum na época. É na verdade, como veremos adiante, somente a segunda parte: apenas a indicação geográfica. Apenas Gondomar e suas variações de documento para documento: Gondemar, Gondemarc etc.

Não era algo muito comum encontrar portugalenses entre os cruzados. A sociedade portuguesa não assimilou com exatidão o espírito de cruzada ultramar que os monges cluniacenses procuraram disseminar na Península Ibérica no século XI. Apoderou-se de seus elementos principais e adaptaram-no a sua realidade imediata. Ao contrário de grande parte dos reinos europeus entusiastas da mística da cruzada, França, Inglaterra e Sacro Império Romano Germânico sobretudo, os portugalenses sofriam com a ameaça muçulmana em seus próprios territórios. Necessitavam combatê-los ali mesmo. A reconquista era sua cruzada. Assim sendo foram tomadas iniciativas para que os guerreiros nativos não abandonassem uma luta

em detrimento da outra. Sabe-se por exemplo que no século XII, o conde de Coimbra proibiu seus vassalos de engrossarem as fileiras de combatentes que iam até Jerusalém; prometendo-lhes que se combatessem em defesa dos castelos de Leiria e da Estremadura receberiam em caso de morte as mesmas indulgências divinas que aqueles que perecessem na Terra Santa.<sup>61</sup>

As citações ao nome de Gondomar no cartulário primitivo do Templo são raras, ainda que significativas. Foi sem dúvida um personagem de relevo, de importante atuação no processo de fundação da Ordem. Isto ficou evidente na epístola de 1126, remetida pelo rei Balduíno II a Bernardo de Claraval, onde são mencionados dois cavaleiros especialmente destacados para encontrar o sumo pontífice e pedir-lhe subsídios materiais para que pudessem continuar a missão de salvaguardar os caminhos dos palmeiros. Os nomes citados são os de André de Montbard, significativamente o meio-irmão de Aleta, mãe de Bernardo de Claraval, e o portugalense Gondomar. Balduíno II refere-se a ambos como “ilustres devido às suas proezas guerreiras e pela nobreza do seu sangue”. Claro que não se poderia esperar outra coisa de uma carta de referência do que o elogio das figuras apresentadas, contudo o parte em que se louva a nobreza de seu sangue parece-me relevante.

O trecho parece não deixar dúvidas de que Gondomar tinha sangue nobre. Esta não era uma condição universal dentre os primeiros templários. Na Regra de Bernardo de Claraval aceitava-se a candidatura de um neófito ao hábito templário independentemente de suas origens. Somente a partir de 1230, sob o mestrado de Pedro de Montaigu, passou a se exigir do postulante a comprovação de que descendia de um nobre.<sup>62</sup> Assim sendo, nestes tempos em que a expansão era

---

<sup>61</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz & HOMEM, Armando Luís de Carvalho (Orgs.) *Nova História de Portugal: Portugal em Definição de Fronteiras - do Condado Portucalense à crise do século XIV*. Lisboa: Presença, 1996. p. 53.

<sup>62</sup> GODES, Jesús Mestre. *Os Templários: alvorada e crepúsculo dos cavaleiros*. Cascais: Pergaminho, 2001. p. 41.

uma meta, ser um templário e ao mesmo tempo ser um nobre por nascimento poderia significar uma peculiar, e valiosa, facilidade para obter contatos importantes.

Uma passagem do *Livro Velho de Linhagens*, composto entre 1282 e 1290, em galego-português, cita um local, um castro, um castelo no caso, pertencente a um certo Gondomar; nas proximidades do qual se lutou contra o muçulmanos, expulsando-os. Pelos dados geográficos informados na passagem, e o auxílio de um mapa de Portugal, foi possível localizar esta fortaleza no extremo norte do condado; próximo a Porto. Cito o trecho, o parágrafo inteiro, abaixo

*“Reinou depos el seu filho Dom Ordonho em seu logo. Pobrou a vila de Leon, e veio conquerer a Portugal, que era de Mouros, e deu a Santiago porem que o ajudasse o couto de Mo(u)quim e de Cornelham. E veio com ele seu irmão Alboazar. E porque foi bem por armas, puserom-lhe nome de Monte Cordova., que era chamado Pena de Cide, e guerreou dahi os Mouros, e deitou os Mouros de São Romão de Mouros. E des i filhou o crasto d’Aveoso a Mouros e deitou Mouros de castro de Gondomar e de Todeu e feze-os ir a castro Marnel de Riba de Vouga.”<sup>63</sup>*

A partir deste fiapo de evidência é possível supor que o futuro freire Gondomar, pioneiro templário, não sendo o próprio senhor da praça forte, um membro da *“linhagem dos mui nobres e honrados ricos homens d’algo d’Amaia”*, seria talvez seu filho. Um filho mais moço que decidiu abraçar a cavalaria como modo de vida, como muitos jovens aristocratas sem herança faziam na época. Um homem de armas que vagou pela Europa medieval fazendo a *tournée*; rodando de reino em reino

---

<sup>63</sup> PORTUGALIAE MONUMENTA HISTORICA – livros velhos de linhagens. Edição crítica por Joseph Piel e José Mattoso. Lisboa, 1980. v. I. p.50.

participando de torneios. Neste mister chegou certamente a França, reino no qual este esporte era imensamente popular, onde teria se juntado a um grupo de cavaleiros locais; pois os moços cavaleiros jamais andavam sozinhos.<sup>64</sup> Um guerreiro que, talvez por influência dos companheiros ou do senhor que então servia, acabou por se juntar aos que partiam na *peregrinatio contra paganos* e posteriormente, como um desdobramento mais ou menos natural da aventura palestina, a nascente *miles Christi*.

Postulado cartesiano que coloca Gondomar em condições críveis de portar a carta de apresentação de Balduíno II, em 1126. E daí para chegar ao Condado Portucalense em condição de adquirir privilégios na corte da rainha Teresa. Primeiro por ser oriundo de uma família com tradição no combate aos mouros, como o *Livro Velho de Linhagens* demonstra. Segundo por ser de uma família nobre do norte, com terras muito próximas da fronteira com a Galícia; e certamente com interesses no polêmico estreitamento de laços que a soberana lusitana mantinha com a nobreza galega naquele período.

Assim, sendo oriundo da nobreza portucalense é razoável admitir que Gondomar, em algum momento de sua viagem diplomática a Europa, ou mesmo antes de 1126, talvez nos anos imediatamente anteriores, 1124 ou 1125, tivesse retornado a sua terra natal e disseminado entre seus entes queridos os novos ideais que defendia. Relatos estes que, devido a seu peso de experiência ao mesmo tempo mística e guerreira, tão cara a mentalidade medieval, podem ter gerado interesse. O mesmo tipo de interesse que levou o já idoso conde Hugo de Champagne a sagrar-se templário nesta mesma época, além Pirenéus. Ou seja: um sentimento marcado bem mais pela simpatia ideológica do que voltado a uma ação eminentemente prática.

---

<sup>64</sup> DUBY, Georges. *Guilherme Marechal ou o maior cavaleiro do mundo*. Rio de Janeiro: Graal, 1987. p. 103.

Sentimento reforçado pelo fato de que, devido a seu constante estado de guerra, ainda ressoava com muita força na Península Ibérica a censura que o papa Gregório VII, entre os anos 70 e 80 do século XI, lançou aos nobres que decidissem abandonar o mundo e se encerrar em um mosteiro. Moda que esvaziava o exercito cristão. Este ato, num primeiro olhar visto como desprendido e santo, passou a ser interpretado como um desonroso abandono de trincheiras.<sup>65</sup> Atitude indigna de um aristocrata, sempre um *bellator*, dono de responsabilidades.

Com o surgimento do conceito de cavalaria monástica em meados do século XII, nobres que desejassem tomar a cruz poderiam fazê-lo sem experimentar a mesma culpa que seus antepassados. Mesmo que fosse às portas da morte. No costume que grassou na Europa durante a Baixa Idade Média de abandonar o mundo durante as cerimônias de extrema unção, muitos preferiam ser lembrados como templários. Sinal de glória guerreira, sucesso social e poder temporal. Sabe-se que o maior cavaleiro de todos os tempos, segundo Duby, Guilherme Marechal, então regente do trono inglês, em 1219, moribundo tomou e foi enterrado vergando o lendário hábito branco bordado com a cruz vermelha. Foi descido à cripta da sede inglesa do Templo, em Londres, como se tivesse sido um monge por toda a vida.<sup>66</sup>

Portanto se no início as ordens militares representavam basicamente um atrativo para os jovens idealistas que as regras de herança afastavam de suas famílias e para idosos abonados seduzidos pelos ideais das Cruzadas. Depois, com seu maior engajamento nas guerras de Reconquista, passaram a absorver o excedente demográfico da nobreza ibérica. Ofereciam-lhes um estilo de vida

---

<sup>65</sup> CARDINI, Franco. O Guerreiro e o Cavaleiro. In: LE GOFF, Jacques (Org.) *O Homem Medieval*. Lisboa: Presença, 1989. p. 59.

<sup>66</sup> DUBY, Georges. *Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p. 23.

aventuresco, que ao mesmo tempo lhes garantia uma vaga dentre os escolhidos dos céus no Juízo Final.

Além disto era muito comum os laços de parentesco entre os membros das ordens militares. A entrada de um indivíduo quase sempre acarretava no posterior recrutamento de outros de sua família, não raramente na geração seguinte.<sup>67</sup> Esta prática pode ser interpretada como a criação de uma forma muito peculiar de tradição familiar, que serviu de combustível a expansão das confrarias monástico / militar. E que teria tido início no Condado Portucalense através de Gondomar.

A mais do que evidente falta inicial de interesse dos Templários em combater seriamente na cruzada peninsular ibérica<sup>68</sup> parece corroborar esta hipótese. A grande verdade é que durante os primeiros vinte e dois anos o Templo prosperou no Condado Portucalense, recebendo inúmeras doações, em dinheiro e em terras, régias e particulares, sem corresponder satisfatoriamente em sua pretensa missão de salvaguardar as fronteiras contra os mouros. Sua atuação militar foi pífia, os resultados insignificantes, não raro vexatórios. Lembram mais a acumulação voluntária de bens baseado em interesses particulares e / ou familiares e / ou de grupo.

Mas, independentemente do fracasso, ainda assim os incentivos e doações não cessavam. Ao contrário, houve períodos em que se multiplicaram. E não exclusivamente aos freires Templários, os primeiros a chegar, mas também a diversas outras ordens militares. Sabe-se por exemplo que os Hospitalários foram agraciados ainda em 1128, ano da doação do castelo do Soure ao Templo, com o rico mosteiro beneditino de Leça do Bailio.

---

<sup>67</sup> MATTOSO, José. *Ricos-homens, Infanções e Cavaleiros*. Lisboa: Guimarães & C<sup>a</sup>, 1982. p. 234 – 235.

<sup>68</sup> MATTOSO, José. *Obra citada*. Lisboa: Guimarães & C<sup>a</sup>, 1982. p. 228.

Posteriormente ordens de origem espanhola, tais como a de Santiago da Espada e da Calatrava, foram atraídas para o condado, já então feito reino, por meio de doações e privilégios. A Ordem de Santiago, por exemplo, captada por Afonso III, identificou-se de tal modo a Portugal que chegou a opor-se abertamente a Leão e Castela. Tornou-se uma das principais forças de controle do litoral português. Ocupou toda a faixa costeira ao sul da linha do Tejo; além de diversas comendas no interior do reino. Totalizou em fins do século XIII, cerca de trinta e cinco povoações sob seu controle.<sup>69</sup> Número que mais se aproximava ao das possessões templárias. As duas confrarias se uniriam posteriormente nos últimos esforços de Reconquista, na tomada do Algarve. Região que dividiriam entre si.

Também foram criadas ordens eminentemente portugalenses, tais como a de Montesa e a de Avis. Esta última adotou os costumes da espanhola Calatrava e tornou-se a mais relevante. Chegou a possuir em fins do século XIII, aproximadamente vinte e uma comendas em território português,<sup>70</sup> espalhadas entre os rios Tejo e Odiana, algumas poucas na fértil região da Balata e ainda outras na mais do que instável região do Algarve.

Porém, os maiores rivais da Ordem dos Templários sempre foram os Cavaleiros do Hospital de São João, ou os Hospitalários, ou simplesmente o Hospital.<sup>71</sup> Chegaram a travar em plena Palestina, em meio a guerra comum contra os muçulmanos, batalhas violentas entre si. Apesar do antagonismo sempre influenciaram-se mutuamente. Como exemplo pode-se citar o fato de que a administração europeia do Templo foi baseada na estrutura desenvolvida

---

<sup>69</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal – Estado, Pátria e Nação (1080 – 1415) I volume*. Lisboa: Verbo, 1977. p. 171.

<sup>70</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Obra citada*. Lisboa: Verbo, 1977. p. 170.

<sup>71</sup> Devido ao deslocamento de sua sede o Hospital passou a ser denominado no século XIV de Ordem de Rodas e no século XVI de Ordem de Malta.

anteriormente no Velho Mundo pelo Hospital, ao passo que a Regra dos Templários serviu como modelo para a Regra dos Hospitalários, mesclada com características da moral monástica agostiniana.<sup>72</sup>

Mas suas diferenças eram também bastante significativas. Sobretudo no tocante à imagem difundida por cada confraria. Embora possuidores de uma Regra mais branda, muitos candidatos a neófitos preferiam optar pelo severo rigor ascético templário do que pelos deveres muitas vezes desagradáveis de tratar de enfermos cumpridos pelos Hospitalários.<sup>73</sup>

Cronologicamente o Hospital é mais antigo. Sua criação remonta as origens do Reino Latino de Jerusalém. Foi fundado por um cruzado francês chamado Geraldo, conhecido por seu espírito piedoso e astúcia militar. Apesar das aptidões do fundador a confraria não possuía inicialmente caráter bélico e tampouco monástico. Tratava-se de uma comunidade leiga devotada em hospedar e tratar dos ferimentos dos palmeiros pobres nas dependências do mosteiro de Santa Maria dos Latinos, erguido por mercadores de Amalfi, em Jerusalém. Posteriormente, já obedecendo, tal qual os pioneiros templários, a Regra monástica de Agostinho de Hipona construíram um hospício no local onde, segundo a tradição, um anjo anunciou o nascimento de São João Batista.

O Hospital recebeu aprovação papal em 1113. A esta altura já possuía diversas casas na Europa. Lugares onde se prestava assistência aos romeiros, peregrinos, palmeiros e outros. Embora nunca tenham abandonado sua vocação original de abrigar e tratar dos viajantes religiosos os Cavaleiros Hospitalários, levados tanto pela situação de perigo constante na Palestina, como pelo exemplo e

---

<sup>72</sup> READ, Piers Paul. *Os Templários*. Rio de Janeiro: Imago. 2001. p. 118.

<sup>73</sup> SERRÃO, Joel (Org.) *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas, 1971. v. IV. p. 144.

antagonismo templário, decidiram pegar em armas e transmudar-se em uma *militia Christi*.

Extremamente bem sucedidos além Pirenéus, em seus primeiros anos no Condado Portucalense os Hospitalários, semelhantemente aos Templários, fracassaram. Fique claro que fracassaram em suas atribuições defensivas. Com o agravante de que pecaram por inércia. Antes de 1147, sequer tentaram organizar forças de defesa contra o avanço muçulmano. Limitaram-se a atuar nos hospícios e na corte, no que foram bastante felizes dado o progresso que a ordem experimentou no tocante ao acúmulo de bens.

Mas mesmo depois, especialmente entre 1147 e 1170, período de maior empenho do conjunto das ordens militares contra o Islão, o Hospital seguiu fundando comendas sem contudo edificar fortalezas.<sup>74</sup> Colaborava timidamente na Reconquista tomando parte de campanhas alheias. O resultado foi que embora não tenham prosperado tanto quando os rivais, justamente devido a sua tímida atuação militar, os Hospitalários ocuparam um número considerável de localidades ao longo das fronteiras com o reino de Leão e com as terras ocupadas pelos muçulmanos. Em fins do século XIII, o Hospital controlava cerca de vinte concelhos<sup>75</sup> em Portugal, localizadas em um longa porém estreita faixa de terra que ia da região da Beira ao Alentejo. Número bastante expressivo, mas ainda assim a menor quantidade dentre as grandes ordens militares.

Apesar das atuações inicialmente pírias nas guerras de Reconquista, as ordens militares como um todo, e os Templários em particular, acabaram por desempenhar papéis fundamentais no conturbado jogo político / familiar

---

<sup>74</sup> MATTOSO, José. *Ricos-homens, Infanções e Cavaleiros*. Lisboa: Guimaráes & C<sup>a</sup>, 1982. p. 228.

<sup>75</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal – Estado, Pátria e Nação (1080 – 1415)*. Lisboa: Verbo, 1977. v. I. p. 169.

ibérico. Nos reinos espanhóis, que somente aderiram ao apoio sistemático às confrarias monásticas depois do exemplo portugalense, a expansão se deu a partir da incorporação do conde Ramón Berenguer III, de Barcelona, que fez os juramentos templários em 14 de junho de 1130. Seu recrutamento rendeu à Ordem o castelo de Granema e, com sua morte no ano seguinte, num gesto sentimental típico das iniciações da época, seu cavalo e sua armadura.<sup>76</sup> Depois do conde diversos outros notáveis aderiram direta ou indiretamente aos círculos de relações das ordens militares.

Talvez o caso mais interessante e significativo seja o de Afonso I, o Batalhador, de Aragão, um entusiasta da milícia. Ele pessoalmente fundou duas confrarias de cavaleiros com a explícita missão de combater o avanço islâmico: a confraria de Monreal del Campo e a de Belchita, em 1122.<sup>77</sup> Separado de sua esposa Urraca de Castela, desde 1114, o rei descobriu-se estéril, incapaz de gerar herdeiros. Diante desta situação redigiu em outubro de 1131, um testamento em que deixava seu reino para os Cônegos do Santo Sepulcro, os Cavaleiros Templários e os Cavaleiros Hospitalários. Dividiriam-no igualmente entre si. Um terço para cada.

*“A estes três concedo todo meu reino (...) também a autoridade que tenho em todas as terras de meu reino, tanto sobre os clérigos como sobre os leigos, os bispos, os abades, os cônegos, os monges, os nobres, os cavaleiros, os burgueses, os camponeses e os mercadores, os homens e as mulheres, os pequenos e os grandes, os ricos e os*

---

<sup>76</sup> BURMAN, Edward. *Templários – Os Cavaleiros de Deus*. Rio de Janeiro: Record, 1994. p. 84 – 85.

<sup>77</sup> DEMURGER, Alain. *Os Cavaleiros de Cristo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. p. 43.

*pobres, bem como os judeus e os sarracenos, com leis como as que meu pai e eu temos tido até agora e que devemos ter.*<sup>78</sup>

Nota-se que os beneficiários do testamento, segundo os termos do próprio documento, não receberiam apenas os direitos de vassalagem e sim se tornariam os suseranos maiores de Aragão. Se as cláusulas fossem cumpridas a risca teriam autoridade máxima sobre aquelas terras. Literalmente ocupariam o lugar do rei. Independentemente de questionarmos se Afonso I tinha ou não o direito de fazer tal doação de poderes o fato é que o fez. Assim sendo a pergunta que fica não é porque o fez e sim porque o fez do modo que fez.

O mais comum na historiografia é atribuir o ato de Afonso I a seu desejo de evitar que, após a sua morte, seu reino se tornasse objeto de disputa entre os barões que se achassem no direito legítimo de disputar a coroa vaga.<sup>79</sup> Disputa que possivelmente geraria uma guerra civil, enfraquecendo Aragão nas guerras de Reconquista e a frente a Leão e Castela. Digno de nota é a escolha que fez daqueles que deveriam representar o elemento pacificador. Recaiu justamente em um grupo que ainda tinha se mostrado pouco útil na sua incansável luta contra os muçulmanos, a qual dedicou todos seus esforços e que lhe rendeu o significativo apelido de “Martelo dos Mouros”. Somente em 1134 os Templários de Espanha entraram em combate contra os mouros, vencendo-os e ganhando assim os direitos sobre o castelo de Calatrava. Uma ação muitíssimo bem sucedida, mas que só aconteceu no ano da morte do soberano. O testamento já existia há três anos.

---

<sup>78</sup> Tradução para o português por Marcos José da Cunha, a partir da versão em inglês de Piers Paul Read, do original latino; publicada no livro *Os Templários*. Ver bibliografia.

<sup>79</sup> READ, Piers Paul. *Os Templários*. Rio de Janeiro: Imago. 2001. p. 119.

A única explicação possível para, esta sim, verdadeiramente descomunal generosidade de Afonso I, para com as ordens militares talvez seja a intervenção de relações pessoais sobre assuntos políticos de interesse do reino. À semelhança do que parece ter ocorrido em menor grau no vizinho Condado Portucalense. Corrobora com esta hipótese o fato de que com a morte do rei seu polêmico testamento foi ignorado. Nem mesmo a intervenção do papa Inocêncio II pôde fazer com que os beneficiários recebessem seu rico quinhão. Outros interesses estavam em jogo. E o ambiente de guerra civil antevisto por Afonso I se esboçou.

Os aragoneses decidiram aclamar rei o irmão do soberano morto, o infante Dom Ramiro, um monge. Os navarros por sua vez escolheram como rei Dom Garcia Ramírez V. O sempre belicoso Afonso VII, de Castela, enteado de Afonso I, alegando direito sucessório, invadiu Saragoça e intitulou-se rei de Aragão. Um acordo entre Afonso VII e Dom Ramiro possibilitou que o religioso fosse entronado como Ramiro II, o *Monge*. Foi dispensado de suas obrigações sacerdotais e se casou com Inês de Poitiers, com quem teve a princesa Petronila, que viria a se casar com seu sucessor Ramón Berenguer IV. A vocação religiosa de Ramiro II falou mais alto que seus deveres monárquicos. Governou por pouco tempo, renunciando em 1137 e se retirando ao mosteiro de São Pedro el Viejo, em Huesca, onde viveu em contemplação até 1157.

Foi o genro e sucessor de Ramiro II, Ramón Berenguer IV, filho de Ramón Berenguer III, primeiro templário aragonês, que colocou fim no incomodo problema do testamento de Afonso I. Em 1143, cerca de dez anos depois da morte do doador, o novo rei fez um acordo com seus beneficiários. Para ressarcir-los fez-lhes a doação de diversos propriedades, isentou-os de impostos e prometeu-lhes um décimo da receita real e um quinto de todas as terras que viessem a tomar dos mouros. Aos

Templários couberam seis fortalezas, sendo a principal localizada em Monzón. Pouco em comparação com o todo prometido, e perdido, mas que representava uma fortuna considerável.

A boa vontade, a vontade política, demonstrada por Ramón Berenguer IV não foi gratuita. Na década que transcorreu desde a morte de Afonso I, as ordens militares já não eram as corporações inábeis e inexperientes de antes. Neste espaço de tempo tiveram importantes êxitos militares em Andaluzia, Maiorca e Valencia. Além de se tornarem cada vez mais importantes na vasta estrutura comercial ligada ao Caminho de Santiago de Compostela. Eram já, portanto, aliados valiosos. Não constituíam mais uma incógnita e sim uma realidade.

No Condado Portucalense o primeiro grande feito militar templário, que permaneceria como o maior, só viria a ser realizado em 1147: durante a tomada de Lisboa, em meio ao avanço das forças da Segunda Grande Cruzada. Mas se entre 1128 e 1143, praticamente não foram registradas atividades militares por parte do monges / guerreiros isto não significa necessariamente displicência. Os interesses eram então outros. Neste espaço de tempo os Cavaleiros Templários portucalenses evoluíram, se metamorfosearam. Passaram de um pequeno grupo ligado por laços afetivos, quando não familiares, para uma comunidade fechada extremamente complexa, com características próprias; e muito, muito rica e poderosa. Nesta década e meia os templários portucalenses preocuparam-se em se organizar, se estruturar, se hierarquizar. Não em combater. Não ainda.

Se em países de forte presença templária como a França e a Inglaterra pode-se afirmar que os freires deixaram de fazer cumprir seu voto de *cruzada* para se tornarem sobretudo políticos e financistas, no que passaram a ser

odiosos para grande parte da população,<sup>80</sup> os templários portugalenses ao contrário, encontraram nas guerras de Reconquista o ambiente ideal para reproduzirem suas atividades palestinas de combate aos inimigos da fé cristã. Isto, sem abandonar a vocação comercial que cada vez mais grassava no seio da Ordem. Os templários jamais deixaram de atender a demanda do comércio de peregrinos.

Neste sentido é bastante representativo o fato de que Portugal, o antigo *Porto Cale* romano, era passagem obrigatória para as armadas cristãs dos reinos do norte da Europa em direção ao Mediterrâneo. Uma rota náutica muito usada pelos palmeiros e conseqüentemente usado pelos cavaleiros da Segunda Grande Cruzada. Ou seja: os Cavaleiros Templários que desembarcaram em terras portugalenses juntamente com as forças cruzadas em 1147, não eram estranhos àqueles portos. O nascente Reino de Portugal, lentamente edificado por Afonso Henriques, já era, ao lado e talvez até mesmo adiante da França, o mais templário dos reinos europeus.

---

<sup>80</sup> SERRÃO, Joel (Org.) *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas, 1971. v. IV. p. 145.

Mapa 1

## CAPÍTULO II

### *IN NOMINE PATRIS, FILII, SPIRITUS SANCTI ET REX*

#### **A função estratégica do Templo na formação do Reino de Portugal**

*“O rei de Portugal lhes doa uma floresta, e como ainda estivesse ocupada pelos sarracenos os Templários se metem ao assalto, expulsam os mouros, e por assim dizer fundam Coimbra. E são apenas episódios. Em resumo, uma parte combate na Palestina, mas o grosso da ordem progride em casa.”*

Umberto Eco

#### **2. 1 – O “amor” ao rei**

Os militares e os clérigos são entes dramáticos por definição. A pompa cerimoniosa dos rituais de investiduras, dos desfiles bélicos e dos cortejos sacros, dos cultos religiosos e da organização hierárquica tão característica destas duas formas de estamentos não deixam dúvidas quanto a isto. Significativamente os Cavaleiros Templários eram tanto clérigos quanto militares e certamente em virtude disto foram uma das organizações mais teatrais que a Idade Média conheceu. Suas aparições públicas eram maquiavelicamente planejadas para causar espanto à audiência, fossem os presentes aliados ou inimigos de sangue. Impressionavam até

mesmo os mais notáveis guerreiros de seu tempo.<sup>81</sup> Diz-se que a sempre solene chegada dos disciplinados esquadrões do Templo ao campo de batalhas provocava alívio àqueles que lutariam a seu lado e enchiam de terror os adversários.

Fundamentada ou não, tornou-se legendária a coragem templária. Nem mesmo Alexandre Herculano que no prefácio de seu *História de Portugal* condenou a poesia na ciência pôde deixar de impregnar de lirismo e dramaticidade sua descrição dos Cavaleiros Templários durante sua chegada ao campo de batalhas, os preparativos para a peleja e finalmente o avanço destemido contra os inimigos.

Segundo as narrativas clássicas os Templários perfilavam-se em silêncio na dianteira dos batalhões, impassíveis, esperando o comando de atacar. O grosso da tropa usava um amplo manto branco com capuz igualmente branco. Os sargentos e capelães trajavam preto. Durante os combates os freires usavam couraças e cotas de malha sob os hábitos. A famosa cruz vermelha que os identificava em toda cristandade foi assumida em 1146, quando o papa Eugênio III, um veemente protetor da Ordem, autorizou-os a usar tal indumentária no peito e sobre o ombro esquerdo. Tratava-se de uma cruz pátea, rubra para simbolizar a cor sangüínea das chagas de Jesus de Nazaré, vazada em branco, cujo desenho tem origem no cristianismo oriental; provavelmente bizantino, mas também encontrada no Oriente Médio e no Egito, onde foi bastante forte o cristianismo chamado copta / caldaico / sírio, além de ter sido símbolo do reino da Armênia.<sup>82</sup>

As armas mais comuns utilizadas pelos Templários consistiam em uma espada pesada, uma lança, um punhal e uma maça de pontas. No auge do poder tinham a fama de possuírem os melhores cavalos da época. Acima dos cavaleiros

---

<sup>81</sup> DUBY, Georges. *Guilherme Marechal ou o maior cavaleiro do mundo*. Rio de Janeiro: Graal, 1987. p. 21.

<sup>82</sup> GANDRA, Manuel J. A Cruz da Ordem do Templo e as Insígnias da Ordem Templária em Portugal. In: *Cadernos da Tradição – o Templo e a Ordem Templária em Portugal*. Lisboa: Hugin, 2000. p. 71.

balançava ao vento seu estandarte, chamado de *Beaucéant*: aparentemente uma bandeira bicolor, em preto e branco, com a cruz vermelha ao centro.

A voz de comando do mestre, que empunhava um cetro tendo na extremidade uma cruz esculpida sobre um globo cercado de ouro, uma trombeta dava sinal de combate as fileiras inimigas. Os Templários avançavam correndo, erguendo os olhos para o céu, entoando a plenos pulmões o Salmo 113, de David, em latim, segundo a *Vulgata*: “*Non nobis, Domine, non nobis, sed nomini tuo da gloriam*” ou “Não a nós, Senhor, não a nós, mas a glória de teu nome”.

Sendo os primeiros a atacar eram os últimos a retirarem-se. Entre os freires do Templo existia a tradição de desprezarem os combates singulares, homem contra homem, os mais comuns na época, tanto em torneios quanto em lutas reais. Preferiam se atirar em bloco contra colunas cerradas. Para eles não havia recuar. Ou dispensavam os inimigos ou morriam.<sup>83</sup>

Descontados os óbvios exageros é crível acreditar que os Templários, e de resto os monges / guerreiros de modo geral, representassem de fato um fator diferencial no tenso ambiente das batalhas. Uma espécie de curinga. Talvez menos por suas funções e aptidões bélicas objetivas do que pelo profundo significado simbólico que suas presenças adquiriram através da pregação mitificadora fomentada por Bernardo de Claraval. Sobretudo se considerarmos que a regra fundamental das guerras européias entre os séculos XI e XII, salvo em situações bastante particulares, era o de evitar o confronto direto das forças beligerantes sempre que possível. Os exércitos, normalmente bem menos numerosos do que se costuma imaginar, pois eram comumente inflacionados pelos cronistas de época, podiam passar meses inteiros, ou

---

<sup>83</sup> HERCULANO, Alexandre. *História de Portugal*. Lisboa: Ulmeiro, 1980. v. V. p. 65.

mais especificamente verões inteiros, manobrando para se evitarem mutuamente.<sup>84</sup> Em uma situação estratégica peculiar como esta o uso de um símbolo poderoso e, imagino, amplamente conhecido como o *Beaucéant* balançando ao vento acima das cabeças e lanças dos soldados de um exército, poderia representar um considerável trunfo psicológico sobre o inimigo, no momento em que o combate se fizesse inevitável. O infante Afonso Henriques certamente deu-se conta disto quanto assumiu o comando do Condado Portucalense em 1128.

Foi durante o longo reinado de Afonso Henriques, que estendeu-se de 1128 à 1185, mais especificamente em sua segunda metade, que o Templo adquiriu uma função objetiva dentro do processo de formação do Reino de Portugal. Se desde o início da década de vinte, com o condado ainda sobre a autoridade da rainha Teresa, foram-lhes atribuídas obrigações defensivas junto as fronteiras muçulmanas, estas até então não foram cumpridas a contento. Com dificuldades até mesmo em manter seus domínios no Além Mar, como a Queda de Acre demonstraria, os Templários levavam com desleixo a Cruzada Peninsular Ibérica. Nesta altura seus interesses na Europa estavam muito mais ligados as atividades de banqueiros e transportadores de palmeiros. A virada aconteceu em 1143. Um ano bastante peculiar e movimentado politicamente e que por sua singularidade pode talvez lançar alguma luz sobre a mudança de atitude do Templo.

Consta que em 1143 o rei aragonês Rámon Berenguer IV, teria feito um acordo com o comendador templário Roberto de Craon, no que qual se comprometia a finalmente resolver a pendência relacionada ao testamento de Afonso I, se o Templo se comprometesse a dedicar maior empenho nas guerras de Reconquista.

---

<sup>84</sup> LACEY, Robert & DANZIGER, Danny. *O Ano 1000 – a vida no início do primeiro milênio*. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 130.

Isto parece ter algum fundamento, pois de fato a partir deste momento o combate aos mouros tornou-se muito mais intenso por parte dos monges / guerreiros; não apenas templários, que sem dúvidas foram os precursores, mas do conjunto das ordens militares. A Reconquista foi definitivamente assumido como uma missão. Não só nos reinos espanhóis como em toda península.

No tocante ao Condado Portucalense a razão do empenho pode estar relacionada ao fato de que foi também em 1143 que se assinou a Paz de Zamora. Neste armistício firmado entre Afonso Henriques e seu primo Afonso VII, decidiu-se sobre a natureza da autoridade do infante portucalense e por conseguinte sobre o destino das terras lusitanas. Pois se desde 1128, Afonso Henriques usava o título de rei, oficializando esta prática nos documentos oficiais escritos a partir de 1139, ele não o era de fato; segundo as leis feudais de vassalagem. Teve que conquistar este status derrotando pelas armas sucessivas vezes seu suserano.

Conseguiu em parte alcançar seu intento em outubro de 1143, depois que guerreiros portucalenses derrotaram na Galiza cavaleiros leoneses. Diante da nova derrota e do estorvo constante representado pelo vassalo rebelde, Afonso VII viu-se forçado a assinar um tratado em que reconhecia o direito do primo em usar o título de rei; ou seja: o direito de usar um título igual aos dos outros chefes políticos e militares da Península Ibérica.<sup>85</sup> O que na prática não significava a independência do condado em relação a Leão e Castela, já que os laços de vassalagem não foram quebrados, pois em troca Afonso Henriques devia admitir ser dependente do soberano leonês em virtude do senhorio de Astorga. Ademais, Afonso VII usava o título de

---

<sup>85</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz & HOMEM, Armando Luís de Carvalho (Orgs.) *Nova História de Portugal: Portugal em Definição de Fronteiras - do Condado Portucalense à crise do século XIV*. Lisboa: Presença, 1996. p. 28.

imperador desde 1135; o que o colocava acima de todo e qualquer rei que houvesse na península.

Assim sendo, o grande golpe de gênio político aplicado por Afonso Henriques foi o de, antes mesmo da cerimônia, declarar-se vassalo do papa Inocêncio II, diante de seu legado Guido de Vico, que estava presente a conferência de Zamora. Mas foi uma atitude em dois atos. Posteriormente, em 13 dezembro do mesmo ano, o novo rei iria enviar um documento ao papa onde se prontificava a ser “*miles beati Petri et romani pontificis*”,<sup>86</sup> ou “guerreiro do bem-aventurado Pedro e do pontífice romano”. Pagaria um tributo anual de quatro onças de ouro, um valor mais simbólico do que vultoso, sob a condição de que a Santa Sé o defendesse de quaisquer outros poderes eclesiásticos e civis.

Inocêncio II aceitou sua vassalagem. Mas não o chamou desde já de *rex*, talvez em respeito ao muito mais poderoso Afonso VII, porém reconheceu-o como o supremo chefe militar das terras portugalenses; tendo o direito de as retomar e governar em nome da cristandade. O pleno reconhecimento de sua realeza pelo papado só vivia em 1179, na bula *Manifestus Probatum*. Contudo, independentemente da demora, e do surgimento de certas lendas, como a narrada por Herculano no conto *O Bispo Negro*, onde espadas portuguesas são colocadas no pescoço de legados papais,<sup>87</sup> sabe-se que desde 1143, em grande parte da correspondência mantida entre o rei e o chefe da cristandade, Afonso Henriques aludia suas vitórias como tendo sido conquistadas em honra de são Pedro.

O que a primeira vista pode parecer um golpe na legitimidade das relações feudais, contra os direitos de suserania de Castela, deve na realidade ser

---

<sup>86</sup> MONUMENTA HENRICINA. Coimbra, 1960. v. I. p. 2.

<sup>87</sup> HERCULANO, Alexandre. *Lendas e Narrativas*. Lisboa: Livraria Bertrand, s / d. v. II. p. 74 – 75.

interpretado como um ato natural dentro do projeto político da Igreja. Não podemos ignorar que neste período histórico, primeira metade do século XII, as doutrinas teocráticas de Gregório VII estavam no auge de sua importância. O surgimento de um novo reino, quiçá um exemplo ao resto da Europa, que se colocasse em posição de vassalagem junto a Roma integrava-se a perfeição com estas idéias.

A independência do Condado Portucalense só foi conquistada de fato através da estratégia de colocar-se sobre a proteção papal. E estando legitimado enquanto Reino de Portugal, os domínios do agora monarca pleno Afonso Henriques precisavam enfrentar um inimigo interno: os mouros. A Reconquista ganhava mais do que nunca um caráter de formador de nacionalidade. Assim sendo os já numerosos e estruturados Cavaleiros Templários, monges / guerreiros, armados sob o juramento do quarto voto, a *crusada*, ligados que eram diretamente ao papa, o novo suserano do rei, podiam ser encarados como aliados naturais neste esforço de guerra tão importante para o futuro do reino.

Somasse a isto o fato de que apesar das lutas políticas entre os monarcas o universo dos templários da Península Ibérica possuíam uma certa unidade administrativa. Algo que seria cimentada a partir de 1145, com a união dos reinos de Portugal, Leão e Castela sob a autoridade de um só mestre provincial,<sup>88</sup> chamado Ministro e / ou Prelado da Ordem do Templo nos Três Reinos de Espanha,<sup>89</sup> só deixando de o ser em 1288. Neste contexto creio que é crível acreditar que o pedido de empenho feito aos freires espanhóis por Rámon Berenguer IV, ecoou nas forças portuguesas. Neste ponto é notável observar que o primeiro Prelado da Ordem do Templo nos Três Reinos de Espanha, foi um português, como a alcunha não deixa

---

<sup>88</sup> DIAS, Mário Simões. *Os Templários em Terras de Portugal*. Coimbra: edição do autor, 1999. p. 48.

<sup>89</sup> VITERBO, Joaquim Santa Rosa. Tempreiros ou Templeiros. In: *Cadernos da Tradição – o Templo e a Ordem Templária em Portugal*. Lisboa: Hugin, 2000. p.29.

dúvidas, conhecido somente como frei Soeiro. Em certas ocasiões, incluindo no Catálogo de Alexandre Ferreira, Soeiro é apresentado também como sendo um dos mestres provinciais portugueses.

Certamente também foi fundamental para a mudança de atitude do Templo quanto as guerras de Reconquista a chegada, ainda em 1143, de um novo mestre provincial a Portugal, chamado Hugo de Martónio, um francês. Este personagem parece ter sido verdadeiramente o primeiro a assumir o título de Prelado Geral das Espanhas, mas de forma provisória, antes do frei Soeiro ocupá-lo. A partir daí, em certos documentos, é estranhamente designado de *Freire do Hospital*.

Seu antecessor foi um outro francês chamado Pedro Froilaz, que governou o Templo português a partir de setembro de 1140, após o afastamento, talvez a morte, do pioneiro Raimundo Bernardo. Nada consta que este mestre provincial tenha realizado algo de notável no campo bélico. Certamente deu prosseguimento ao plano de estruturação hierárquica e organizacional da Ordem em terras lusitanas. Ao que parece a única citação documental sobre este personagem se encontra na *História da Ordem do Hospital*, na página 13 de sua edição de 1793. Um texto moderno portanto, mas que mereceu crédito segundo o crivo de Alexandre Ferreira.

Sob o comando de Hugo de Martónio os templários portugueses travavam os primeiros combates contra os muçulmanos documentados. Apesar do entusiasmo inicial não tardou para que acontecesse um estrondoso fracasso. Em 1144, ocorreu uma invasão maciça de mouros na região do Soure. Os inexperientes freires do Templo, há tempos responsáveis por aquelas terras, saíram em combate aos inimigos ajudados pelos habitantes das povoações circunvizinhas. As forças cristãs foram massacradas. Segundo Alexandre Herculano centenas de templários tombarem

em ação, no que ele chamou de “batismo de sangue”.<sup>90</sup> O resultado prático da derrota foi que grande parte do Soure foi ocupado por muçulmanos. Não foi porém uma conquista total, pois se sabe que a sede templária em Portugal permaneceu ali até 1147; ano da tomada de Santarém.

Apesar da derrota contraditoriamente, mas nem tanto dado as novas circunstâncias políticas acima mencionas, as doações de terras e bens a Ordem se multiplicaram. Sendo que as atividades de Hugo de Martónio no governo da confraria podem ser acompanhadas de 1143 à 1154, neste espaço de tempo salta aos olhos o progresso material alcançado pelos Templários. A primeira citação ao nome de Hugo de Martónio em um documento foi já em uma carta de doação feita por um casal de nobres, Mendo Moniz e Cristina Gonçalves, ao Templo representado na pessoa de seu novo mestre provincial, no ano de 1143.<sup>91</sup> Em 1145, Fernão Mendes de Bragança e sua esposa dona Sancha, doaram a Ordem três importantes castelos: um em Longroiva, em Meda, e os de Numão e Marialva.

Neste contexto é digno de nota perceber que entre estas duas representativas doações, no ano de 1144, os monges cistercienses instalaram-se em Portugal, na região de Tarouca, na zona mais fértil, rica e povoada de Portugal, a chamada Balata. Área cobiçada, da qual o monarca não doara um torrão de terra sequer a qualquer uma das Ordens Militares; que até aquela data fazia questão de manter exclusivamente como possessão régia. Os cistercienses quebrariam esta resistência e, ainda que apenas numa pequena parte da Balata, prosperariam; instalando uma nova forma de religiosidade de monges regulares em Portugal.

---

<sup>90</sup> DIAS, Mário Simões. *Os Templários em Terras de Portugal*. Coimbra: edição do autor, 1999. p. 70.

<sup>91</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, gaveta 7, maço 10, número 6.

Ou seja: também em Portugal a expansão conjunta das duas confrarias, a eminentemente militar e a eminentemente clerical, seguia seu prumo, já bastante visível em França. Não existe porque dúvidas que a presença de Cister ajudou a consolidar a aproximação cada vez maior entre o Templo e a monarquia. Mas, infelizmente, como se sabe, o único documento que subsiste a atestar as afamadas relações entre o mentor de Cister e dos Templários, Bernardo de Claraval e Afonso Henriques é a carta de doação que o primeiro rei português e sua esposa, dona Mafalda, lhe fizeram de uma herdade entre Leiria e Óbidos, as terras de Alcobaça, em 08 de abril de 1153;<sup>92</sup> onde edificaria um monumental mosteiro.<sup>93</sup>

No ano seguinte, em 1154, pouco antes de falecer, Hugo de Martónio mandaria construir a igreja de Santa Maria de Alcáçova de Santarém, cidade que era então sede do Templo português. O santuário ficaria sobre a superintendência de Pedro Arnaldo. Depois de 1158, depois da morte de ambos, o fundador Hugo de Martónio e o cura Pedro Arnaldo, foi fixada em suas paredes a seguinte inscrição:

*“Anno ab incarnatione M. C. L. IV. Ab urbe ista capta VII. Regnante D. Alfonso rege comitis Henrici filio, et uxure ejus regina Mahalda: haec ecclesia fundata est in honorem s. Maria Virginis, matris Christi, a militibus templi hierosolomitani, jussu magistri Ugonis: Petro Arnaldo aedificii curum gerente. Animae eorum requiescant in pace, amen.”*

“No ano da encarnação de 1154, nesta sétima cidade tomada, no reinado de Dom Afonso, filho do conde Henrique, e sua esposa rainha Mafalda: nessa assembléia fundada em honra da santa virgem Maria,

---

<sup>92</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Mosteiro de Alcobaça, maço 1, número 1.

<sup>93</sup> SÃO BERNARDO (1090 – 1990): Catálogo Bibliográfico e iconográfico / introdução, selecção e catalogação por Gérard Leroux – Lisboa: Biblioteca Nacional, 1991. p. 29.

mãe de Cristo, pela Milícia do Templo de Jerusalém, por ordem do mestre Hugo; tendo Pedro Arnaldo como cura do edifício. Que descansem em paz. Assim seja.”

Trata-se de um texto bastante significativo, para muito além de seu caráter original de homenagem aos fundadores. Nele fica explícita a definitiva cristalização de uma relação estreita entre a casa real e o Templo. Se em seus primórdios, na já longínqua data de 1125, esta relação tinha algo de frágil, unilateral, o que se via então era pura cumplicidade. A mensagem da inscrição pode ser resumida e / ou interpretada da seguinte forma: o Templo construiu aquela igreja, mas o fez sobre a tutela e proteção do rei.

Não por acaso. Naquela altura os Templários encontravam-se firmemente engajados no projeto de formação do reino. Não eram mais vistos como meros colaboradores, devidamente pagos obviamente, na Reconquista. Eram parte ativa dos planos políticos do rei Afonso Henriques e por conseguinte da nobreza portuguesa. O aumento crescente das doações particulares e régias ocorridas após o fracasso de 1144, corrobora esta hipótese.

Tanto é assim que já no governo do sucessor de Hugo de Martónio, houve o que se pode chamar de nacionalização da Ordem. Um português de nascimento tornou-se mestre provincial. Tratou-se do mesmo Pedro Arnaldo que foi nomeado cura da Igreja de Santa Maria de Alcáçova. Era comendador do Templo em Santarém desde 1147, ano de sua tomada dos mouros. Assumiu o título de mestre provincial português em 1156 e no início do ano de 1158, em documento datado de 5

de abril,<sup>94</sup> aparece citado como Prelado da Ordem do Templo nos Três Reinos de Espanha.

O governo de Pedro Arnaldo notabilizou-se como o último do que costuma ser chamado de primeiro período<sup>95</sup> da Ordem dos Templários em Portugal, que se estendeu por trinta e três anos, de 1125 a 1158. Aparentemente Pedro Arnaldo morreu em combate, durante a primeira tomada de Alcácer do Sal, em 1158. Lutou ao lado de seu sucessor: Dom Gualdim Pais, cujo governo marcaria a mudança para a nova fase; que se caracterizaria sobretudo pela crescente adoção de um caráter nacional para a Ordem e por conseguinte o fortalecimento de sua aliança com o poder régio.

Uma cantiga da tradição lírica trovadoresca galego-portuguesa, a qual se atribui o título de *Non é Amor en Cás de Rei*, composto por Gil Pérez Conde em meados no século XIII, catalogada no Cancioneiro da Biblioteca Nacional, sob o número 1525, procura traduzir, através da observação da atitude do soberano português em um momento de desânimo, quando exilado em Castela, o que uma certa parcela da sociedade portuguesa pensava sobre esta relação entre a Casa Real e o Templo. Cantigas como esta, mesmo combatidas pela Igreja e por diversas instituições laicas, grassavam na Idade Média ibérica cumprindo a importante função de fazer circular notícias políticas<sup>96</sup> e / ou opiniões sobre as mesmas.

*“Non é Amor en cas de Rei,*

---

<sup>94</sup> VITERBO, Joaquim Santa Rosa. Tempreiros ou Templeiros. In: *Cadernos da Tradição – o Templo e a Ordem Templária em Portugal*. Lisboa: Hugin, 2000. p.30.

<sup>95</sup> DIAS, Mário Simões. *Os Templários em Terras de Portugal*. Coimbra: edição do autor, 1999. p. 71.

<sup>96</sup> SANTOS, Dulce Oliveira Amarante dos. Outros Olhares Sobre a Jograria Ibérica Urbana (sécs. XIII – XIV). *História Revista*: revista do Departamento de História e do Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias / Universidade Federal de Goiás. – vol. 5. n. 1/ 2 (jan. / dez. 2000) – Goiânia: Editora do Mestrado em História, 2000 – v. (1/2) 71 – 88. p. 85 – 86.

*ca a non pod'om'i achar  
aa cea nen ao jantar;  
a estas oras o busquei  
nas pousadas dos privados;  
Preguntei a seus prelados  
por Amor, e nono achei.*

*Teem que o non sa' el –Rei  
que Amor aqui non chegou,  
que tant'ogano d'el levou  
e non veo, beno busquei  
nas tendas dos infanções  
e nas dos de criações,  
e (er) dizem todos: - Non sei.*

*Perdud' é o Amor con el-Rei,  
por que nunca en oste ven,  
pero, xe del(e) algo ten.  
Direi-vos eu u o busquei:  
antr'estes freires tempreiros,  
ca já os espitaleiros  
por Amor non pregunterei.”<sup>97</sup>*

A palavra “amor”, mote do poema, não possui modernamente o significado de então. O amor moderno, nosso amor romântico, era relacionado na

---

<sup>97</sup> CANTIGAS D'ESCARNIO E DE MAL DIZER DOS CANCIONEIROS MEDIEVAIS GALEGO-PORTUGUESES. Edição crítica por Manuel Rodrigues Lapa, 2 ed. Ver. E aum. Vigo: Galáxia, 1970. p. 252.

Idade Média as práticas de cortesia. No medievo este termo era usado basicamente para indicar o sentimento que um homem nutre por outro a quem admira ou tem como irmão; designa assim, simplificando ao máximo, amizades masculinas.<sup>98</sup> Assim sendo, no poema de Gil Peres Conde, o termo “amor” pode ser entendido como lealdade. A lealdade do Templo ao rei. Ou até mais: a lealdade específica do mestre provincial a pessoa do rei. Não foi raro, como veremos em um exemplo sintomático adiante, soberanos que foram amigos de infância e / ou companheiros de armas de mestres provinciais.

Esta lealdade templária ao rei, colocada pelo bardo acima de todas as outras, devia traduzir-se na prática em atividade bélica. Atividades, aliás, imensamente necessárias naqueles conturbados anos de formação e consolidação das fronteiras do reino

Ao longo das primeiras décadas do século XII, a defesa do Condado Portucalense contra o avanço mouro dependia em grande medida do fossado e / ou fossadeira, que seria uma espécie de serviço militar ao qual o vilão estava obrigado a cumprir sob pena de sofrer pesadas multas ou até mesmo castigos corporais; por ausência ou covardia. A tática consistia basicamente em executar pequenos ataques as terras inimigas, ao estilo da guerra de guerrilha. Normalmente se ia, atacava e voltava. Dificilmente se ampliava fronteiras. Não era um recurso muito eficiente.

Limitado a pouco mais do que o fossado permitia, entre 1128 e 1135, Afonso Henriques não dispunha de poderio militar suficiente para empreender nenhum avanço decisivo contra os reinos muçulmanas ou mesmo consolidar a

---

<sup>98</sup> DUBY, Georges. *Guilherme Marechal ou o maior cavaleiro do mundo*. Rio de Janeiro: Graal, 1987. p. 67 – 68.

ocupação das terras ao sul do Mondego.<sup>99</sup> Ao mesmo tempo precisava lutar contra cristãos. Em campanhas sucessivas, empreendidas em 1130, 1133, 1134, combate na Galícia; obtendo uma vitória decisiva apenas em 1137, na batalha de Cerneja; quando as tropas galegas dos condes de Leão, Rodrigo Vela e Fernando Pérez, batem em desordenada retirada. Apesar deste vitória ao norte, o sul segue seriamente ameaçado pelo Islão. As hostes muçulmanas tomam o castelo de Leiria e derrotam os portugueses em Tomar, ocupando estas regiões.

Neste contexto, somente após 1135 o rei encontrou-se na condição de preparar lenta e cautelosamente o alargamento de suas fronteiras, a partir da substituição efetiva dos camponeses recrutados pelo fossado pelo uso de guerreiros profissionais. A medida que as ordens militares passaram a exercer um papel mais ativo na Reconquista, o rei pôde aos poucos ir dispensando os vilões, normalmente indivíduos pouco preparados e indisciplinados para a arte da guerra. Passou-se a se cobrar o fossado como um tributo ordinário, sem ligações específicas com atividades militares.<sup>100</sup>

Dentre todas as ordens militares ao Templo couberam os maiores encargos. Nos curtos espaços de tempo em que existia relativa paz, tinham a obrigação de proteger as fronteiras e informar ao rei acerca das atividades muçulmanas. Durante os períodos de guerra deviam exercer tanto a primeira resistência defensiva ao avanço do inimigo quanto tomar a dianteira dos primeiros ataques da subsequente ofensiva cristã. Nos sítios e ataques a povoações ocupadas por mouros tinham sempre papéis preponderantes nos planos de invasão, saque e

---

<sup>99</sup> AZEVEDO, Rui Pinto de. Período de Formação Territorial: expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. Agentes colonizadores. In: *História da Expansão Portuguesa pelo Mundo*. Lisboa: Ártica, 1937. p. 23. v. I

<sup>100</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz & HOMEM, Armando Luís de Carvalho (Orgs.) *Nova História de Portugal: Portugal em Definição de Fronteiras - do Condado Portucalense à crise do século XIV*. Lisboa: Presença, 1996. p. 56 – 57.

tomada. Não raro eram os primeiros a arremeter contra os muros. Tamanha responsabilidade tática baseava-se principalmente em um fator: a cavalaria templária representava a mais sólida e aguerrida força do exército real.<sup>101</sup>

Consta que já na batalha de Ourique, travada em 1139, e portanto quatro anos antes da crucial ascensão de Hugo de Martónio ao governo do Templo, alguns freires templários lutaram ao lado de Afonso Henriques.<sup>102</sup> Creio que não ainda como um esforço corporativo, como passaria sem dúvida a ser após 1143, mas devido as relações filiais com a nobreza portugalense presentes nas origens da Ordem em Portugal, esboçadas no capítulo anterior.

Mas afora os esforços meramente humanos contar com o apoio templário representava em certa medida, em função das superstições e práticas mágicas que persistiam na mentalidade medieval, contar com o apoio de forças místicas, quiçá divinas. Não se pode ignorar, por exemplo, que a batalha de Ourique, entre cristãos e muçulmanos, foi marcada pela presença, real ou imaginária, do imponderável. Tomou uma dimensão mítica.<sup>103</sup>

Segundo a tradição, imediatamente antes do choque dos exércitos beligerantes, Afonso Henriques teria tido a visão de Jesus de Nazaré crucificado e, obtendo a milagrosa vitória contra cinco reis mouros, mandou colocar na bandeira do reino cinco escudos representando as cinco chagas do Galileu. Trata-se obviamente de uma alegoria referente a visão e / ou sonho que o imperador romano Constantino teria tido antes da batalha decisiva contra seu rival Maxênio, na Ponte Mílvia, junto aos muros de Roma, onde lhe teria sido ordenado por uma voz misteriosa que pintasse nos

---

<sup>101</sup> MARTINS, General Ferreira. Autonomia e Organização. In: *História da Expansão Portuguesa no Mundo*. Lisboa: Ática, 1937. p. 106.

<sup>102</sup> DIAS, Mário Simões. *Os Templários em Terras de Portugal*. Coimbra: edição do autor, 1999. p. 69.

<sup>103</sup> RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. A Origem Mística da Monarquia Portuguesa. In: *A Vida na Idade Média*. Brasília: Editora da UNB, 1997. p. 66.

escudos de seus soldados um símbolo cristão, a cruz, garantindo-lhe que “*In hoc signo vinces*”, ou seja: “com este símbolo vencerá”. A mesma deidade crucificada que deu a vitória ao imperador romano repetiu a dádiva ao rei portugalense.

Montado o cenário e postos seus elementos, sem pretender superestimar a importância da participação do Templo no episódio, que enfim parece ter sido pequena, é preciso convir que em tal ambiente místico não se poderia ignorar a forte presença simbólica de cavaleiros que representavam os Soldados de Deus, o braço armado da providência.

Contudo, claro está que independentemente de qualquer outro elemento o fator mantenedor desta pretendida lealdade eram os interesses mútuos. A troca de bens materiais por bens transcendentais; como bem indica a fórmula mais comum das doações da nobreza ao clero: “*pro perituris aeterna commutant*” ou seja: “perícia por interesse do eterno”.

E preciso sublinhar que Afonso Henriques e seus sucessores, ao longo dos séculos XII e XIII, através de costumes e regras que foram sendo criadas e enraizadas aos poucos, souberam administrar de forma competente suas ligações com as Ordens Militares. Para começar a própria existência paralela de diversas confrarias diferentes de certa forma anulavam-nas mutuamente. Não existia exclusividade no trato régio. Nenhuma ordem se tornava demasiadamente rica, nenhuma possuía quantidades exageradas de terras; cada qual cercava as outras. Basta olhar o mapa de controle de territórios para perceber isto. Fomentar esta concorrência me parece ter sido uma atitude consciente da Casa Real portuguesa, como forma de garantir sua própria autoridade.

O Templo, certamente a confraria mais poderosa em território português, não contando ali com a forte concorrência que sofria do Hospital no restante

da cristandade, foi vigiada especialmente bem. Os soberanos impunha-lhes para cada privilégio concedido algo equivalente em obrigação; delimitando o peso de suas relações e impedindo assim que a Coroa fosse prejudicada pelo desenvolvimento de um poder paralelo eminentemente sem controle. É conhecido por exemplo que Dom Afonso III e Dom Dinis usaram de sua autoridade para exoneraram pessoalmente monges / guerreiros que julgavam não cumprir a contento suas obrigações para com o reino, no comando de alguns castelos. Usaram de mão de ferro para transformar o Templo em uma força marcada pelo patriotismo. Este talvez tenha sido o segredo do sucesso e da longevidade da Ordem em Portugal. Sabe-se que neste mesmo tempo em Leão e em Castela os Templários moveram guerra aberta contra a Coroa, em prejuízo mútuo.

Dentre estas obrigações deve-se destacar a de coadjuvar o rei em suas campanhas de combate aos mouros, não recebendo nenhum soldo especial, e pessoal, para tanto; devendo os freires custear suas próprias despesas. Deviam também fazer cumprir a obrigação de hospedagem ao rei, seus aparentados e ricos-homens, juntamente com suas respectivas caravanas, que passassem pelos territórios sobre seu controle. Por outra lado era vetado aos mestres provinciais deixarem Portugal, fosse para combater em alguma cruzada, na península ou na Terra Santa, ou para debater com seus confrades de outros reinos europeus, sem permissão do rei; tendo inclusive a obrigação de deixar em seu lugar um substituto previamente aprovado e / ou indicado pelo soberano.

A intervenção na política interna da Ordem era igualmente evidente considerando que nenhum mestre provincial era eleito sem receber aprovação régia. Nem mesmo se fosse o caso desta figura haver sido indicada pela sede do Templo na Palestina, como algumas vezes ocorreu. Sabemos através dos textos de algumas

inquirições presentes no livro da *Nova Malta Portuguesa*, sobretudo em sua parte primeira, que sem aprovação do rei, e sem prestar juramento solene de fidelidade a ele e ao príncipe, jurando reconhecê-lo como seu senhor após a morte do pai, nenhum mestre provincial assumia seu posto. E mesmo uma vez empossados não podiam dispor livremente dos bens doados a Ordem, sem consentimento do rei; que podia a qualquer momento usar do direito de retomá-las e doá-las a outras confrarias ou mesmo a particulares ou parentes, que lhes prestaram serviços. Os mestres provinciais não podiam sequer enviar valores transportáveis a Palestina, sem expressa permissão régia.

A certa altura, aparentemente já nas primeiras décadas do século XIII, o controle chegou ao ponto de se exigir que o Templo português, parte de uma organização internacional, admitisse apenas portugueses em seus quadros. Mais até: lemos no capítulo 50, do livro 18, do *Monarquia Lusitana* que estes quadros não podiam se reunir sem que fosse em um lugar determinado pelo rei e com a presença de um seu representante.<sup>104</sup>

Uma cantiga posterior, provavelmente de fins do século XIII, composta em castelhano, desta vez sem título, anônimo e da tradição da Cantiga de Escárnio, inclusive com sua tradicional vítima nominada, aborda de forma sutil os aspectos parasitários e viciados desta associação régia e templária:

*“Vi los valientes templarios  
Batallar en claro día,  
Y a los freires suas contrarios,  
De suas bienes prop(r)ietarios*

---

<sup>104</sup> SCHAEFER, Henrique. Os Templários e a Ordem de Cristo. In: *Cadernos da Tradição – o Templo e a Ordem Templária em Portugal*. Lisboa: Hugin, 2000. p.89 – 90.

*Traer el Ave Marie.*

*Su seña verde cerrada*

*A quien su banda corada*

*El Rey com tres villas dió?*

*Don Fernan Pérez de Andrada.*<sup>105</sup>

Para grande parte dos membros das ordens militares a tomada do hábito da *militia christi* não significava necessariamente o afastamento do mundo, como de praxe se esperava dos monges ascetas propriamente ditos, e sim a possibilidade de uma trajetória gloriosa, repleta de honras clericais e militares, que os levaria a uma iminente ascendência social. Ascendência esta garantida pelas ligações com a nobreza proprietária e devedora dos favores deste estamento. Por conta da evidência destas relações prosperou na Europa, mesmo em Portugal onde os Templários de modo geral sempre estiveram em alta conta, a concepção de que o “amor” dos freires guerreiros se adquiria através da troca de favores e não devido a suas obrigações religiosas;<sup>106</sup> estenda-se aqui, no contexto histórico da Reconquista, o voto da *cruzada*.

É muito falado na historiografia, de forma justa aliás, que a estrutura administrativa da Ordem dos Templários representava um estado independente dentro dos diversos estados europeus. E esta república religiosa militar, como a designava Alexandre Ferreira, obedecendo a definição do frei Jerorimo Roman, possuía um governo monárquico.<sup>107</sup> Apesar das diferentes preceptorias templárias

---

<sup>105</sup> GANDRA, Manuel J. *Os Templários na Literatura*. Lisboa: Hugin, 2000. p. 155.

<sup>106</sup> OLIVAL, Maria Fernanda. *Honra, Mercê e Venalidade: as ordens militares e o estado moderno em Portugal (1641 – 1789)* Dissertação de doutoramento em História Econômica e Social Moderna, apresentada ao Departamento de História da Universidade de Évora. Évora, 1999. p. 11 – 12.

<sup>107</sup> FERREIRA, Alexandre. *Suplemento Historico ou memorias e noticias da celebre Ordem dos Templários, para a historia da admiravel Ordem de Nosso Senhor Jesu Christo*. Lisboa: Academia Real, edição fac-similada de 1998 de um original de 1734. p. 58 – 59.

terem a tendência de adquirir características próprias de acordo com o a cultura dos locais em que se fixaram, ainda assim elas estavam ligadas a autoridade do mestre de Jerusalém, sempre um francês e portanto um estrangeiro. Concepção que se agravava por conta das obrigações hierárquicas que os mestres provinciais lusitanos deviam aos Ministros dos Três Reinos de Espanha, normalmente residentes em Leão ou em Castela e sujeitos portanto a influência de seus respectivos soberanos.<sup>108</sup> Sabemos, por exemplo, que em 1230 tropas do Templo português ajudaram a conquistar Vilar Maior para o reino de Leão.

Não era incomum se duvidar da idoneidade das intenções dos Templários. Apesar da pregação mitificadora de Bernardo de Claraval, existiu na Idade Média uma vasta empresa de contrapropaganda movida pelos adversários do Templo. Como se sabe, o auge desta operação chegou a extinguir a Ordem em meados do século XIV. Mas muito antes disto pequenas maledicências do calibre da poesia de escárnio citada acima, e outras maiores, se multiplicam na boca do povo. Foi, por exemplo, famosa na Alemanha medieval uma expressão popular em que se acusava toda pessoa inconveniente, bruta e de maus hábitos de “beber e praguejar como um templário”.

O vilão templário da moderna novela de cavalaria *Ivanhoé*, de Walter Scott, é devedor desta tradição pouco lisonjeira. Assim como a da ópera *O Templário*, versos de Jeronimo Maria Marini e partitura de Octon Nicolai, que lhe foi extraído. No libreto deste melodrama em três atos, no momento da morte em duelo do pérfido e concupiscente templário Brian, um dos personagens exclama que “não foi a espada, foi o céu que o matou.”<sup>109</sup>

---

<sup>108</sup> HERCULANO, Alexandre. *História de Portugal*. Lisboa: Ulmeiro, 1980. v. IV. p. 15.

<sup>109</sup> MARINI, Jeronimo Maria & NICOLAI, Octon. *O Templário – melodrama em três atos*. Lisboa: Typographia do Gratis: 1842. p. 65.

Até mesmo alguns papas, tradicionais protetores e usuários dos serviços dos Templários, chegaram a traçar pesadas críticas a Ordem; acusando-a de fazer mal uso dos privilégios que lhe foram concedidos. Inocêncio III, e depois seu sucessor, Honório III, por exemplo, foram veementes em criticar o que chamaram de “orgulho templário”. Os pontífices se referiam especificamente a insistência em enterrar freires excomungados em cemitérios pertencentes a confraria. Realmente a certa altura se passou a incentivar o alistamento de cavaleiros excomungados e, segundo sugere a poesia cortês da época, de desiludidos amorosos. Acreditava-se que estes párias seriam os mais dispostos a se esforçarem para expiar seus pecados e / ou resistir as tentações da carne. O fato é que esta prática se vulgarizou e tornou-se hábito entre excomungados, ou prováveis futuros excomungados, além de usurários e adúlteros, alistarem-se no Templo, diz-se que ao custo de dois ou três *denarii*, para garantirem seu descanso eterno em campo santo.<sup>110</sup> Por conta disto até mesmo um período de probatório antes da definitiva aceitação nos quadros do Templo, algo previsto na regra primitiva, foi suprimido ao longo do tempo.

Soma-se a isto as nunca totalmente esclarecidas relações que o Templo desenvolveu com certas facções islâmicas, em especial com a seita xiita dos assassinos, e o resultado é bastante suspeito. Sobretudo porque se espalhavam na cristandade histórias sobre a imperdoável tolerância que os monges / guerreiros da Palestina, tinham para com os muçulmanos. Alguns recebiam até permissão especial dos “amigos templários”, como os denominou Usamah Ibn-Munqidh, um líder islâmico, para orar para Alá na antiga mesquita al-Aqsa:<sup>111</sup> prédio que fez parte do antigo Templo de Salomão e que deu nome a Ordem.

---

<sup>110</sup> BURMAN, Edward. *Templários – Os Cavaleiros de Deus*. Rio de Janeiro: Record, 1994. p. 171.

<sup>111</sup> READ, Piers Paul. *Os Templários*. Rio de Janeiro: Imago. 2001. p. 138.

Travar amizade com os inimigos da fé cristã deixava em xeque o “amor” templário. Manchava a seriedade do quarto voto. Até porque nem mesmo os mouros reconhecidamente convertidos deixavam de ser vistos com desconfiança no seio da cristandade. Mesmo na Península Ibérica onde estes conversos não eram exatamente raros, dado aos avanços e práticas políticas da Reconquista; onde a presença moura nas terras recuperadas poderia ser tolerada através de recursos que iam da conversão ao pagamento de impostos. Estes indivíduos que passavam de uma religião para outra eram chamados de *anaçados*, uma palavra de origem árabe que equivaleria a trãnsfugas. Ou seja: de certo modo eram vistos como fugitivos, ainda que tenham se bandeado para o lado, segundo a perspectiva cristã, certo. Um exemplo da desconfiança explícita que pesava sobre eles pode ser encontrado na cantiga composta por Roí (D.) Gómez de Briteiros, no século XIII, catalogada sob o número 1544 no Cancioneiro da Biblioteca Nacional, onde aparece a famosa figura do mouro cristianizado João Fernandes: que se vê em perigo devido a chegada de um compatriota em fuga. Elemento que é caçado, notem bem, por um religioso identificado com o título de freire, não de frade, o que pode indicar um *miles christe*; que se assim de fato for, deve-se reconhecer, estaria cumprindo finalmente seu voto da cruzada.

*“Joan Fernándiz, aqui é chagado  
um freir’e anda un mouro buscando,  
e anda dele os sinaes dando  
e diz que é cresp’e e mal talhado;  
e ide-vos deste preito (guardando):  
ca atal era o voss’ anaçado,*

*que vos eu achei (sem ser) bautizado.*<sup>112</sup>

Mas certamente o mais relevante produto destas múltiplas iniciativas de vilipendiar a honra do Templo foi a célebre carta de Preste João, surgida ninguém sabe exatamente de onde e em quais condições em 1177, endereçada a um trio de destinatários: o papa Alexandre III, o rei francês e o basileu Bizantino. Nesta epístola o misterioso rei cristão do Oriente, entre uma e outra descrição das maravilhas de seu reino, que incluíam prodígios como unicórnios e aves Fênix, censura severamente os Cavaleiros Templários. Define-os como “inimigos da fé” (cristã), solicitando em seguida ao pontífice e ao soberano francês que lhe envie cavaleiros nobres que pertençam a “verdadeira geração da França”.<sup>113</sup>

Nunca o “amor” foi mais desdenhado.

## **2. 2 – Os senhores da linha do Tejo**

A Reconquista cristã da Península Ibérica foi pródiga em produzir heróis míticos a partir de personagens reais. Os mais famosos são sem dúvida Pelágio, que atuou ainda no século VIII, e o Cid Campeador, a quem a lenda presenteou com uma espada tão mortífera quanto a queixada de jumento do juiz Sansão. Mas existiram outros nomes. Dentre estes um templário, ou melhor “o” templário, o templário por definição, seu tipo ideal: Gualdim Pais.

Segundo a tradição erigida a seu redor tal personagem, mais do que nenhum outro, representou a quintessência da ideologia dos Cavaleiros

---

<sup>112</sup> CANTIGAS D’ESCARNIO E DE MAL DIZER DOS CANCIONEIROS MEDIEVAIS GALEGO-PORTUGUESES. Edição crítica por Manuel Rodrigues Lapa, 2 ed. Ver. E aum. Vigo: Galáxia, 1970. p. 601.

<sup>113</sup> GUINGUAND, Maurice. *O Ouro dos Templários – Gisons ou Tomar?* Lisboa: Bertrand, 1975. p. 114 – 115.

Templários portugueses. Nestes tempos em que a História adquiriu o mal hábito de desdenhar os “grandes homens” é quase anacrônico mas ao mesmo tempo inevitável reconhecer que Gualdim Pais reunia em si todas as qualidades esperadas em um cavaleiro, em um *miles Christi* do Templo: a nobreza de corpo e alma, a piedade e a temperança, a coragem e a virilidade, o desdém à fadiga, ao sofrimento e a morte; e sobretudo o orgulho de pertencer a uma linhagem e de guardar fidelidade, “amor”, a seu senhor, a seu rei.<sup>114</sup>

Sucedeu Pedro Arnaldo, em 1157, no governo templário português quando seu antecessor tornou-se Ministro do Templo nos Três Reinos de Espanha. Foi sem dúvida o mestre provincial cuja vida foi mais documentada, o que não impediu que sua trajetória real se confundisse em muitos momentos com sua lenda. A explicação para este fenômeno é simples: a mitificação de seu nome não era nada além do que a mitificação da Ordem a que servia. De fato a biografia de Gualdim Pais se confunde com a história dos freires em Portugal. Sua atuação política, guerreira e religiosa, ao longo de mais de cinco décadas, de 1139 à 1195, ajudou de forma fundamental a cimentar definitivamente as raízes do Templo em solo lusitano; transformando, repito, Portugal no mais templário dos reinos europeus.

Gualdim Pais nasceu em berço nobre, filho de Paio Ramirez e Dona Gertrudes Soares, provavelmente em 1118, na região de Amares, antiga Marecos, vila localizada junto a Braga, então corte do condado. Apesar da evidente diferença de idade, que sempre me pareceu suspeita, diz-se que foi companheiro de infância<sup>115</sup> do futuro rei Afonso Henriques; ligação precoce que seria fundamental para suas futuras relações.

---

<sup>114</sup> PASTOUREAU, Michel. *A Vida Cotidiana no Tempo dos Cavaleiros da Távola Redonda*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 48.

<sup>115</sup> GUERRA, Antonia. *Tomar Lendária*. Lisboa: edição da autora, 1934. p. 30.

Consta que foi armado cavaleiro pelas mãos do próprio monarca em pleno campo de batalha de Ourique, em 1139. Logo depois o jovem Gualdim Pais, então com vinte e um anos, entraria para as fileiras da Ordem dos Templários; provavelmente impressionado pela atuação e / ou força simbólica dos monges / guerreiros na decisiva e vitoriosa batalha contra os cinco reis mouros; o que ajuda a corroborar algumas conjecturas feitas anteriormente.

Novamente ao lado de Afonso Henriques, participou da tomada de Santarém, em 1147, e em seguida partiu para a Palestina; onde tornara-se discípulo do mestre Bernardo de Trémelai, supremo líder da confraria entre 1152 e 1153. Na Terra Santa fez seu nome lutando contra os reis da Síria e do Egito, combatendo na tomada de Escalão, no cerco de Gaza e na conquista de Sídon.<sup>116</sup>

Em seu retorno para a Europa, em 1156, levou para Portugal uma relíquia preciosa: a incorrupta mão direita de são Gregório Nazianzeno, um dos mais importantes teólogos da Igreja medieval. Manteve a prenda ciosamente perto de si por toda a vida.<sup>117</sup>

Logo depois de seu retorno foi nomeado comendador da casa da Ordem do Templo em Braga. No ano seguinte, com a promoção de Pedro Arnaldo, é feito mestre provincial. A primeira citação a seu nome ostentando este título deu-se em uma carta de doação régia em que se entregava ao Templo o controle de oito moinhos localizados na ribeira do Alviela; sendo que metade de seus rendimentos permaneceriam sendo entregues diretamente a Coroa.<sup>118</sup> Não se está falando aqui de um imposto ordinário e sim de um acordo tácito, o que deixa explícito mais do que

---

<sup>116</sup> ROSA, Amorim. *De Tomar*. Tomar: gráfica de Tomar, 1960. p. 21.

<sup>117</sup> Atualmente a dita mão consta no acervo do Tesouro da Sé de Lisboa. O resto do corpo do teólogo esta em Roma, segundo consta, igualmente incorrupto.

<sup>118</sup> VITERBO, Joaquim Santa Rosa. Tempreiros ou Templeiros. In: *Cadernos da Tradição – o Templo e a Ordem Templária em Portugal*. Lisboa: Hugin, 2000. p. 32.

nunca as estreitas ligações entre o Templo e a Casa Real. Sobretudo considerando que durante o governo de seu companheiro de armas e amigo de infância, Gualdim Pais, Afonso Henriques somaria a seus sonoros títulos de *Pius, Victor, Triumphator ac Semper Invictus*, ou Piedoso, Vencedor, Triunfador e Sempre Invicto, também o de *frater templi*, ou confrade do Templo; devido a seu profundo apreço a seus valiosos aliados.

A importância inegável desta associação pode ser vislumbrada em um texto tardio escrito por volta de meados do século XVI, por Duarte Galvão, cumprindo ordens do então rei Dom Manuel, a *Crónica de Dom Afonso Henriques*. Neste texto, em seu capítulo XIII, o soberano aparece se aconselhando com Dom Gualdim, citado sem o sobrenome Pais e já chamado de mestre, sobre o que fazer diante da enorme multidão de mouros que deseja “*pelejar com ele*”. A decisão, como não poderia deixar de ser em uma narrativa apologética, foi a de lutar até o fim, pela honra daqueles que antes deles lutaram em nome do Condado Portucalense, pois deviam acreditar que “*mayor he o poder de Deus, que o del Rey Jsmar, nem que quantos mouros com ele vem*”.<sup>119</sup> Desnecessário mencionar que a batalha, que segue descrita nos capítulos posteriores, foi vencida pelos portucalenses apesar da esmagadora desvantagem numérica.

Na época da composição desta crônica os Cavaleiros Templários, ao menos sobre esta denominação, já não existiam. Ocupavam seu lugar os Cavaleiros da Ordem de Cristo, que a rigor mais do que meros herdeiros patrimoniais eram legítimos continuadores da tradição do Templo. Esta confraria, extremamente poderosa e de importância fundamental na economia portuguesa, de importância vital no sucesso

---

<sup>119</sup> TAROUCA, Carlos da Silva. *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal*. Lisboa: MCMLII, 1952. v. I. p. 38 – 41.

das Grandes Navegações em curso, continuava, tal qual sua antecessora, ligada de modo íntimo aos interesses da Coroa. Portanto, nada mais natural aos interesses dos freires do século XVI do que apresentá-los, em sua antiga identidade, herética que fosse, por assim dizer, de modo igualmente estratégico.

Assim sendo, no capítulo XXI do mesmo livro, os Templários formam a linha de frente da tomada de Santarém, o forte Xantareyn dos árabes, ocorrida em 15 de março de 1147:

*“Capítulo XXI : Como os Christãos trabalharam de noyte por furtar a vila de Santarem, e como emtraram nela.*

*(...) E el Rey D. Afonso bradou em tom a altas vbozes: ‘Santiago, Santa Maria, Virgem Bemaventurada, acorenos aquy’, dizendo ajnda: ‘mataos, mataos, nom seja tal que escape, todos ambem a espada!’*

*Neste feyto era o mestre dos cavaleiros do Templo, D. Gualdino, com sua cavalarija, e lhes foram dadas a seu quynhão tres escadas pelas quaes emtraram, ele e os seus cavaleyros, muy ardidamente. E os que sobirom apartaromse loguo em duas partes, e hums pelejavom com os da huma parte, e outros com os da outra. E era já tanta a volta das vozes da vela as portas, que se não podiam emtender. E emtom dise el Rey apresa aos seus: ‘ façamos ajudoyro aos parçeiros, e tenhamos nos a destra parte.’<sup>120</sup>*

Felizmente um documento de época demonstra indubitavelmente que os Templários tinham motivos para se esforçar de modo especial àquela conquista.

---

<sup>120</sup> TAROUCA, Carlos da Silva. *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal*. Lisboa: MCMLII, 1952. v. I. p. 70 – 72.

Algum tempo depois, em abril do mesmo ano, Afonso Henriques doa ao Templo os antigos direitos de foro eclesiásticos moçárabes da cidade que ajudaram a tomar, cumprindo uma promessa que fez antes da conquista. A confirmação via documento régio deste voto prévio confirma o caráter desta doação como um puro e simples pagamento pela prestação de um serviço militar.

*“In nomine Sanctae et Individuae Trinitatis, videlicet Patris et Filij et Spiritus Sancti amen.*

*Ego Alfunsos, Dei gratia Portugalensiom rex, incipiens iter meum ad illud castellum quod dicitur Sanctarem, propositum feci in corde meo et votum vovi quod, si Deo, sua misericordia, illud mihi atribueret, omne ecclesiasticum darem Deo et militibus fratribus Templi Salomonis, constitutis in Jherusalem pro defensione Sancti Sepulcri.”<sup>121</sup>*

“Em nome da santa e indivisível Trindade, formada de Pai, Filho e Espírito Santo. Amém.

Eu, Afonso, rei dos portugalenses pela graça de Deus, faço doação de minha propriedade nas proximidades do castelo de Santarém, com o propósito no meu coração de cumprir o voto que fiz, por Deus e sua misericórdia, uso das minhas atribuições para conceder seus direitos eclesiásticos aos irmãos guerreiros do Templo de Salomão, constituído em Jerusalém para defender o Santo Sepulcro.”

Na seqüência do documento o rei se compromete a confirmar a doação junto àquele que fosse nomeado bispo de Lisboa, paróquia a qual Santarém

---

<sup>121</sup> MONUMENTA HENRICINA. Documento 2. Coimbra, 1960. v. I. p. 3 - 4.

era então ligada. O alto cargo recaiu sobre Dom Gilberto, um clérigo inglês que chegou a Portugal associado aos milhares de cruzados, sobretudo ingleses, alemães e flamengos, que participavam de uma das facções marítimas da segunda *peregrinatio contra paganos*. Partira com seu grupo de Darthmouth em maio de 1147, aportando no rio Douro em junho. Em solo lusitano Dom Gilberto converteu-se em um dos principais aliados de Afonso Henriques no ousado projeto de movimentar as forças cruzadas na Reconquista: mais especificamente na retomada de Lisboa. O que sucedeu em outubro do mesmo ano. Segundo Duarte Galvão, no capítulo XXIV de suas crônicas afonsinas, o bispo eleito tratava-se de um “*homem boom em degredos*”, “*de boa vida e letrado*”<sup>122</sup> que tratou imediatamente de escrever ao pontífice, Eugênio III, contando as novas da vitória sobre os inimigos muçulmanos e solicitando sua confirmação papal no posto de confiança.

Dom Gilberto concordou inicialmente com a doação régia dos direitos eclesiásticos de Santarém feita aos Templários. Mas posteriormente viria a contestá-los, afirmando que o Templo somente poderia gozar dos benefícios durante doze anos, a contar da retomada da cidade, em 1147, terminando em 1159. Reivindicava Santarém como parte de seu bispado desde os tempos visigóticos. Jamais ficou claro os motivos da mudança de atitude do bispo, mas ela redundou na primeira de uma longa série de disputas que os monges / guerreiros travariam ao longo dos anos com o alto clero português.

Justamente em 1159, devido as negociações entre Dom Gilberto e o recentemente eleito mestre provincial Gualdim Pais, chegou-se a um acordo: o Templo devolveria a diocese lisboeta os direitos eclesiásticos sobre Santarém. Em

---

<sup>122</sup> TAROUCA, Carlos da Silva. *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal*. Lisboa: MCMLII, 1952. v. I. p. 82 – 83.

troca o Bispo, lavrado por escrito em uma carta de fevereiro daquele ano, lhes concederia:

*“In nomine Sancte et Indiuidue Trinitatis et Filij et Spiritus Sanctj amem.  
Ego Guilibertus, Ulixbonensis episcopus, una cum consensu omnium  
canonicarum meorum, facio kartan firmitudinis Deo et militibus Christi de illa  
ecclesia Sanctj Iacobi de Sanctaren, que est in suburbio de Seserigo, cum omnj  
parrochja sua, liberan ab omnj episcopali debito.”*<sup>123</sup>

“Em nome da Santo e Indivísível Trindade e do Filho e do Espírito Santo, amém.

Eu, Gilberto, bispo de Lisboa, com o consentimento de todos, faço nesta carta que os guerreiros de Cristo, firmes em Deus, sejam os únicos a recolher os impostos da igreja de Santiago de Santarém, localizada no subúrbio de Seserigo, tendo-a como sua paroquia, liberada de todo débito episcopal.”

Além do mais o rei Afonso Henriques lhes garantiria, em outro documento escrito em fevereiro, como ressarcimento:

*“Do et concedo Deo et militibus Templi illud castrum quod dicitur Cera pro ecclesijs illis de Sanctarem, quas eis prius dederam, preter ecclesiam sanctj Iacobi. Do et concedo illud castrum quomodo diuidit per flumer Ozezar, ubj uocatur portus de Kajjs, et inde per mediam stratam usque ad monasterium de Murta et inde per aquam de Murta,*

---

<sup>123</sup> MONUMENTA HENRICINA. Documento 3. Coimbra, 1960. v. I. p. 5 - 6.

*quomodo descendit in Fraxineta et inde uenit ad portum de Thomar, qui est in strata de Colimbria que uadit ad Sanctaren.*<sup>124</sup>

“Dou e concedo a Deus e aos freires do Templo o castelo de Ceras em troca do eclesiástico de Santarém, na qual ainda devem deter a igreja de Santiago. Dou e concedo deste modo o castelo do rio Zêzere, próximo ao porto de Kajjs, além da região cortada sem interrupção pela estrada até o mosteiro de Murta e o rio de Murta. Desse modo dou-lhes de Fraxinete até o local onde esta o porto do rio Tomar, que esta na estrada de Coimbra que leva até Santarém.”

A posse do castelo de Ceras citado incluía o domínio sobre vastíssimas extensões de terras, na freguesia de Alviolera, no concelho de Tomar. Local geograficamente estratégico sob o ponto de vista militar, onde em breve o Templo construiria sua nova sede.

Um aspecto nesta negociação não pode ser ignorado. Apesar deste escambo de influências ter ocorrido neste período capital para o desenvolvimento do Templo português, é sabido que em 1312, época da dissolução da Ordem, seus bens em Santarém e em Lisboa, as duas cidades que ajudaram a tomar em 1147, estavam entre os mais elevados que possuíam no reino.<sup>125</sup>

Sabe-se que em fins do século XIII, os Templários controlavam aproximadamente quarenta e uma<sup>126</sup> povoações portuguesas; como pode ser observado na figura em anexo ao fim deste capítulo. Mais do que qualquer outra ordem

<sup>124</sup> MONUMENTA HENRICINA. Documento 4. Coimbra, 1960. v. I. p. 10 - 11.

<sup>125</sup> DIAS, Mário Simões. *Os Templários em Terras de Portugal*. Coimbra: edição do autor, 1999. p. 55.

<sup>126</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal – Estado, Pátria e Nação (1080 – 1415)*. Lisboa: Verbo, 1977. v. I. p. 168.

militar. A maior parte se localizava na região da Beira, Alta e Baixa, ao longo da linha do rio Tejo; no que seria o nordeste do reino em suas extensões de então. Posteriormente, na fase final da Reconquista, chegariam a adquirir possessões consideráveis no Algarve, dividindo o extremo sul português com as ordens de Avis e de Santiago da Espada. Esta distribuição de bens não foi de modo algum casual. Obviamente obedeceu uma lógica política; e mais: uma lógica militar. Fez parte de uma bem planejada estratégia de defesa e povoamento desenhada desde os primórdios da formação do reino, iniciada por seu primeiro rei, Afonso Henriques, e seguida por seus sucessores.

Grosso modo, o fundador da monarquia lusitana confiava aos freires templários verdadeiros desertos que serviam de barreira natural entre os cristãos e os muçulmanos. Tinham quase que total liberdade para agir ali, desde que obedecessem as regras preestabelecidas que os subordinavam ao monarca. O interesse maior estava nos castelos que edificariam nestas regiões para protegê-la contra ataques inimigos, fortalecendo o caráter unitário que a Coroa pretendia dar as províncias do reino. A presença do governo central se faria presente em todas elas, através dos soldados do Templo que eram soldados do papa, que por sua vez era o suserano do rei.

Nestes termos nenhuma guarnição seria mais digna de confiança. Ademais, a partir do instante em que se doava um pedaço de terra ao Templo este seria convertido ordinariamente numa comenda: uma região administrativa da Ordem. Assim, os monges / guerreiros, além de todas as suas obrigações com a Coroa, deveriam protegê-lo como parte do próprio patrimônio da confraria. Em especial os monges aquartelados nas mais longínquas e isoladas regiões do reino. Estes, movidos

pelo sentimento natural de pertencimento, em caso de ataque mouro, duplicariam seus esforços para proteger os mosteiros em que habitassem.<sup>127</sup>

Sob Afonso Henriques, Braga foi substituída como capital por Coimbra. A maior influência clerical na cidade era a dos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho. Para sua proteção contra incursões muçulmanas foi instituído uma espécie de arco protetor delimitado entre a zona litorânea do sul e as terras pouco povoadas do Soure, ao sul dos campos conimbricenses. Constituíam-se em pontos estratégicos desta linha defensiva as regiões de Santa Eulália, Miranda e Coja; mas o fundamento da defesa estava mesmo em Soure. Sua localização acima de um bloco vulcânico dominando o acesso a duas das mais importantes bacias hidrográficas portugalenses, o Mondego e o Tejo, e a planície estremenha que leva ao Vale do Tejo, e Santarém, faz do Soure a mola mestra da defesa coimbrã.

No início do século XII, o Soure, segundo hipótese de Alexandre Herculano, não estava totalmente sobre o controle cristão. Desde antes de 1043, quando se pensa que foi fundado ali um mosteiro por um clérigo conhecido como presbítero João, já era intensa a atividade muçulmana. Facções islâmicas adversárias lutavam entre si neste período, facilitando a entrada e fixação de populações cristãs advindas do norte conimbricense; que desenvolviam atividades agrícolas em pequenas propriedades livres. A reconquista do Soure realizada em 1095, não extinguiu a forte presença dos costumes e instituições muçulmanos na região. O Soure constituía-se então mais em um protetorado, ou por outra, uma região de fronteira, onde vigorava relativa paz entre as forças inimigas.

O que não significava sua pacificação permanente. Em 1111, realizou-se uma grande ofensiva almorávida que conquistou as três principais cidades

---

<sup>127</sup> HERCULANO, Alexandre. *História de Portugal*. Lisboa: Ulmeiro. 1980. v. IV. p. 14 - 15.

do sul da Estremadura: Santarém, Lisboa e Sintra. Este avanço muçulmano deixava aberta uma brecha de penetração ao Vale do Tejo, de onde se poderia atingir Coimbra através das facilidades de movimentação proporcionadas pela rota da antiga estrada romana e de seus ramais. O Soure, na condição de parte do anel protetor de Coimbra por definição, converteu-se em alvo preferencial do Islã.<sup>128</sup>

Situação esta que justificaria de forma parcial a entrega da região, em 1125, e depois definitivamente em 1128, pela rainha Teresa, aos cuidados da então incógnita que representava a Ordem do Templo. O que se tinha era uma confraria monástica / militar incipiente, porém pouco eficiente, posta em uma área instável; mas onde tradicionalmente fronteira. Como foi demonstrado anteriormente, somente em 1144 a tensão resultou em ação no que foi a grande invasão moura do Soure. Assim sendo a outorga por parte de Afonso Henriques de um conjunto de forais, tais como o de Coimbra, Sátão, Tavares, Azurara da Beira e do próprio Soure, constituíram-se em uma nova tentativa de reforçar as defesas de Coimbra a partir da elaboração de um arco de casas fortes.

A fortaleza de Leiria, no Soure, cujo edificação começou por ordem do rei no inverno de 1135, foi uma das mais estrategicamente importantes. Em poucos anos o trabalho dos templários mudou completamente o aspecto da região, antes ocupada quase que exclusivamente por fechados bosques, substituindo o mato virgem por zonas agrícolas. Mas o oeste do Soure continuava sendo um elo fraco da corrente de proteção de Coimbra, gerando a necessidade de construir uma praça forte ali. Grosso modo, a função da fortaleza de Leiria era a de assegurar a contenção do

---

<sup>128</sup> BARBOSA, Pedro Gomes. Cavaleiros do Templo e Cavaleiros de Leiria: a defesa dos campos de Coimbra. In: *As Ordens Militares em Portugal: actas do 1º encontro sobre ordens militares*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 1991. p. 192 – 194.

avanço muçulmano vindo de Alcobaça e da região serrana, garantindo a ocupação das terras ao sul.

Os Templários aquartelados em suas proximidades, tais como em Redinha, Pelariga e Pombal, não deviam avançar além de sua localização, limitando-se a salvaguardá-la. Assim, grosso modo, pode-se afirmar que a influência templária no norte do reino foi praticamente nula; mas não inexistente, pois sabe-se por exemplo, através de um testamento datado de 1145, que a Ordem tinha direitos sobre os rendimentos de algumas feiras e administrava um hospital na zona do Minho.<sup>129</sup>

Cabia ao Templo sobretudo a proteção e o povoamento da linha do Tejo. Responsáveis pela defesa da maior parte da extensão deste rio, o avanço da influência dos Cavaleiros Templários dava-se, partindo de uma área central, de oeste para leste ao longo de sua rota rumo ao mar. O perigo eminente dos ataques mouros à Estremadura, levou seu raio de ação a alargar-se para regiões mais distantes como Rosmaninhal, Salvaterra do Extremo, Idanha-a-Velha, Penha Garcia e Monsanto. O resultado foi a definição de um projeto defensivo maciço entre os rios Tejo e Coa, assentado na ocupação de espaços, e subsequente povoamento, seguindo em três direções contínuas: ao sul, ao oriente espanhol e ao nordeste, ao largo da fronteira com os reinos muçulmanos e o sul de Leão.

As ordens militares, e também as instituições monásticas, no tocante às estratégias de povoamento das áreas as quais dominavam, seguiam um plano bastante específico, em conjunto com o governo central.<sup>130</sup> Sabe-se, por exemplo, que no termo de doação régia de Ceras ao Templo fica estabelecida a

---

<sup>129</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal – Estado, Pátria e Nação (1080 – 1415)*. Lisboa: Verbo, 1977. v. I. p. 170.

<sup>130</sup> AZEVEDO, Rui Pinto de. Período de Formação Territorial: expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. Agentes colonizadores In: *História da Expansão Portuguesa no Mundo*. Lisboa: Ática, 1937. v. I. p. 64.

proibição da transferência de populações que habitassem a região entre Mondego e o Tejo às terras reconquistadas. A prioridade de sua ocupação pertencia as pessoas provenientes do norte. A intenção era compensar a carência demográfica do sul, provocada pelo estado de guerra permanente, e pela intolerância dos almorávidas e almóadas para com os cristãos moçárabes,<sup>131</sup> transferindo pessoas do norte superpovoado.

Além disto, eram remetidos agentes portugalenses pelos reinos centrais da Europa, com a tarefa de encontrar e conduzir populações dispostas a migrar ao reino nascente, compensando o pequeno número de habitantes das províncias setentrionais que desciam as zonas do sul. Neste sentido, segundo nos informa Alexandre Herculano, cabia um importante papel aos estrangeiros já residentes em Portugal, que tinham relações com sua pátria natal, agindo como um agente de atração de novos migrantes.<sup>132</sup> Imagino que certamente em sua maioria familiares e patrícios conhecidos.

Creio que é muito provável que sendo o Templo uma organização internacional, e estando diretamente responsável pelo povoamento da linha do Tejo, suas influências em terras estrangeiras também foram bastante úteis neste sentido. Ademais, os templários possuíam larga experiência em conduzir grupos numerosos de palmeiros ao Oriente. Na verdade não é difícil imaginar uma caravana de migrantes percorrendo a Europa conduzida, e escoltada, por um pelotão de cavaleiros envergando mantos bordados com uma cruz vermelha. Certamente até mesmo o *Beaucéant* se faria presente, tremulando ao vento, abrindo caminho aos viajantes.

---

<sup>131</sup> CONDE, Manuel Silvío Alves. *Tomar Medieval: o espaço e os homens (séculos XIV e XV)* Lisboa: dissertação de mestrado em História Medieval apresentada a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1988. p. 26.

<sup>132</sup> HERCULANO, Alexandre. *História de Portugal*. Lisboa: Ulmeiro. 1980. v. IV. p. 73.

Desta forma, cada vez mais, os Templários se mostraram eficientes em sua função estratégica junto ao plano régio de reconquista e povoamento, e conseqüente expansão urbana, portuguesa. A cada região que tomavam ou ajudavam a tomar, recebendo-as como pagamento régio pelo serviço militar prestado, eram fundadas povoações que cresciam, ou já existindo previamente, prosperariam, protegidas sob a sombra da *Beaucéant*.

O longo governo de Gualdim Pais foi pródigo no fomento deste avanço, digamos, geográfico da Ordem.

Antes de mais nada houve a mudança da sede do Templo. Desde 1147 localizava-se em Santarém. Em 1159, pouco depois de sua posse, devido ao citado acordo com Dom Gilberto, bispo de Lisboa, Gualdim Pais a transferiu para Ceras; visando um plano de defesa mais bem elaborado para a linha do Tejo. Porém, não foi possível realizá-lo ali. A sede permaneceu em Ceras durante apenas um ano. Parecem terem sido dois os motivos do fracasso da ocupação. O primeiro se refere ao estado ruinoso em que foi encontrado o castelo de Ceras, aparentemente abandonado após sua retomada em 1147. Em segundo lugar levou-se em conta a posição estratégica de um morro a margem direita do rio, que, segundo informa uma inquirição de 1317, era servido de “melhor cabeço e melhores águas”,<sup>133</sup> ou seja: serviria melhor para a defesa da região e ao mesmo tempo possuía terras mais férteis. Este era sem dúvida um fator importante, pois, como escreveu Alexandre Herculano, os templários agiam com a espada em uma mão e a enxada na outra;<sup>134</sup> numa variação belicosa, militar, da célebre máxima beneditina *ora et labora*, ou seja: reza e trabalhe.

---

<sup>133</sup> AZEVEDO, Rui Pinto de. Período de Formação Territorial: expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. Agentes colonizadores. In: *História da Expansão Portuguesa pelo Mundo*. Lisboa: Ártica, 1937. v. I. p. 40.

<sup>134</sup> HERCULANO, Alexandre. *História de Portugal*. Lisboa: Ulmeiro. 1980. p. 20. v. III.

Optou-se por construir uma nova praça forte em Tomar, um castelo especialmente maciço e imponente, para onde seria transferida a sede e que serviria de símbolo de seu poder em Portugal. Os alicerces da obra começaram a ser erguidos em 1 de março de 1160, ao mesmo tempo que uma vila começou a se formar nas proximidades, e em pouco tempo a região já se encontrava bastante povoada. O que ocorria significava que os templários cumpriam a rigor sua função estratégica junto aos planos de ocupação e reconquista traçados pela Coroa.

Segue-se uma longa seqüência de ocupações, seguidas de perdas e retomadas, marcadas pelo duplo signo da espada e da enxada.

Ainda em 1159, já existia em Redinha um castelo templário e uma vila com foral concedido pela Ordem. Esta fortificação, juntamente com os castelos templários de Montemor-o-Velho, Soure, Penelo, Germanelo, Miranda do Corvo e Aroure, constituíam a base do cinturão defensivo dos campos da capital afonsina: Coimbra. No ano seguinte reconquistam Crato e Pombal. Já em 1161, Gualdim Pais ordenou que se edificasse em Pombal uma praça forte. Concederia foral a povoação em 1174 e 1176.

Em 1165, o Templo recebeu a notável doação de Idanha-a-Velha e Monsanto; uma vasta região que abrangia terras entre os rios Tejo, Zêzere e Erges. Logo depois, em 1166, os Templários tomaram a zona de Nisa, ao sul do rio Tejo, para em seguida a perderem em um grande avanço muçulmano calcado na tentativa de unificação desta parte da península sob os almóadas, iniciada em 1156 ou 1157. Nem tudo enfim era sucesso.

Mas conseguem tomam com sucesso Arranches e Nisa em 1166 e Marvão em 1167. Assim, em 1169, para incentivar ainda mais os esforços guerreiros do Templo, Afonso Henriques prometeu-lhes a posse de um terço de tudo o que

reconquistassem no Alentejo.<sup>135</sup> Infelizmente pouco depois, em 1171, deu-se a primeira das grandes invasões almóadas a Portugal. Estas ofensivas, apesar de fracassarem no cerco de cidades importantes, como por exemplo Santarém, levaram a perda de grande parte dos esforços de Reconquista feitos até então.

Uma nova invasão maciça ocorreria em 1184, comandada pelo emir marroquino Yasuf Ibne Lúçufe. A frente de um numeroso exército o líder do império mauritano cruzou o Mediterrâneo, aliando-se a sarracenos da Espanha numa marcha contra os ibéricos cristãos. A tentativa de invasão islâmica fracassou, tendo como símbolo máximo do malogro da missão um novo e igualmente mal sucedido cerco a Santarém.

Anos depois o filho de Yasuf, seu sucessor Yacub Ibne Lúçufe, tentou terminar o que o pai começou. Preparou cuidadosamente um ainda mais numeroso e bem treinado exército, que cruzou o estreito de Gibraltar na primavera de 1190. Os marroquinos somaram suas forças em território da Andaluzia com muçulmanos vindos de Cordova, Granada e Sevilha. Protegidos pelo número, que segundo todos os documentos disponíveis, e descontando os tradicionais exageros, parece haver sido de fato bastante elevado, as tropas islâmicas tentaram retomar Silves. Fracassaram, mas não se abateram e decidiram marchar através do Alentejo, passando por Évora, até as margens do Tejo. Atravessaram o rio, acima de Santarém, e atacaram Torres Novas e Abrantes. Desta vez obtiveram sucesso. Cheios de confiança as hostes de Yacub seguiram rumo a Tomar. Não tinham dúvidas de que tomariam a sede portuguesa do Templo e humilhariam seus defensores. Em 5 de julho

---

<sup>135</sup> DIAS, Mário Simões. *Os Templários em Terras de Portugal*. Coimbra: edição do autor, 1999. p. 45.

chegaram ao sopé do monte em que a fortaleza de Tomar se ergue. Incendiaram campos cultivados, afugentaram camponeses e burgueses vilões.

O resultado desta ofensiva é descrita em letras góticas esculpidas em uma lápide na parede da igreja de Tomar, ao lado da porta principal, sobre as escadas. Lê-se, já convertendo a data registrada na contagem da Era Hispânica:

*“Era MCCXXVIII: V nonas Julii. Venit rex de Marroquis ducens CCCC milia equitum et quingenta milia peditum: et obsedit castrum istud per sex dies: et delevit quantum extra murum invinit castellum: et prefatus magister cum fratribus suis liberavit Deus de manibus suis: ipse rex remeavit in patria sua cum innumerabili detrimento hominum et bestiarum.”*

“No ano de 1190, em 5 de julho, veio o rei de Marrocos comandando quatro mil *cuadrillas*<sup>136</sup> de cavalaria e quinhentos mil guerreiros de infantaria. Colocou cerco a este castelo por seis dias. Destruiu todo o que encontrou fora dos muros. O citado mestre com seus freires livrou Deus de cair em suas mãos. O mesmo rei voltou para sua pátria com inumerável perda de homens e bestas.”

Tomar jamais tombou. A fortaleza não foi conquistada naquela vez e nem em nenhuma outra futura. Os mouros jamais tentaram nova sedição. O que ficou na memória tradicional daquela única tentativa foi que após algum tempo de assédio os mouros conseguiram derrubar os portões da ala sul do castelo e adentraram aos

---

<sup>136</sup> Apesar de parecer o mais obvio as letras CCCC não indicam quatrocentos em números romanos e sim uma abreviação cifrada para a palavra *cuadrilla*, isto é: uma unidade tática da cavalaria medieva. Era formada por quatro membros ativos: um cavaleiro armado de lança e três archeiros sem armadura defensiva. Existia ainda um quinto elemento: um pajem, também montado e armado com uma adaga denominada “misericórdia”.

milhares em sua cerca exterior. Estavam a um passo da vitória. Mas os templários, comandados por Gualdim Pais, lutaram com tamanho ímpeto na proteção de sua sede que colocaram os inimigos em fuga, pela mesma porta que entraram, causando-lhes consideráveis baixas. Segundo a tradição foram tantas as mortes que a entrada sul passou a ser chamada de Porta do Sangue.<sup>137</sup> Depois disto seguiu-se alguns dias de cerco inábil que terminou por fim em 11 de julho; quando Yacub deu ordens para uma retirada apressada, jamais explicada totalmente.

É de conhecimento vulgar que em caso de cerco a uma praça forte existe mais possibilidade de sucesso na resistência do que no assédio. A Massada hebraica não foi um episódio corriqueiro. Mas ainda assim nada pôde impedir que os seis dias de aquartelamento dos templários em seu castelo, diante dos gritos furiosos de milhares de mouros sedentos de sangue cristão, se convertesse em motivo de orgulho perpétuo para a confraria. A prova definitiva de que eram os incontestáveis senhores da linha do Tejo.

Isto, apesar da contrapropaganda. Já naqueles tempos tornou-se uma espécie de anedota nacional lusitana, antídoto contra a legendária empáfia inglesa, o infeliz comentário de um cronista britânico que afirmou que a fuga desabalada das antes orgulhosas hostes muçulmanas, foi provocada pelo temor gerado pela notícia de que cerca de quinhentos cruzados ingleses acabavam de desembarcar em terras portuguesas.<sup>138</sup>

Contudo, analisando o episódio criticamente, a vitória parece ter sido menos da cruz vermelha do que de algum vírus invisível a olho nu. Aparentemente o motivo mais provável para a retirada do numeroso exército mouro foi algum tipo de

---

<sup>137</sup> CABRITA, Augusto & GIL, Júlio. *Os Mais Belos Castelos e Fortalezas de Portugal*. Lisboa: Verbo. 1986. p. 137.

<sup>138</sup> HERCULANO, Alexandre. *História de Portugal*. Lisboa: Ulmeiro, 1980. v. IV. p. 46.

peste que acometeu suas fileiras. Muito provavelmente a malária. Febres endêmicas eram comuns nos períodos de estiagem nos campos banhados pelo Tejo. Os assediadores muçulmanos teriam chegado numa estação especial profícua para a disseminação da peste. Pagaram caro por este erro estratégico. Crível imaginar que os mouros se sentiram vítimas de uma praga de proporções bíblicas enviada pelo próprio Deus cristão, que era enfim o general último dos freires do Templo. Diante da morte em massa de centenas de seus guerreiros e, segundo o relato acima citado, de incontáveis cavalos, Yacub não teve outra alternativa senão bater em retirada.

O próprio rei marroquino parece ter sido vítima da febre. Vítima fatal. Tendo levantado o cerco, os assediadores dirigiram-se para Sevilha e Algiseras. Não tentaram sequer confirmar a posse das diversas povoações e praças fortes que no caminho de ida tomaram. Daí somente se sabe que Yacub morreu de alguma doença não identificada, antes mesmo de conseguir embarcar de volta para a África.<sup>139</sup>

Apesar de tudo a grande invasão moura de 1190, não resultou em absoluto fracasso. A partir de suas bases o Islã ocupou praticamente todo o sul do Tejo, com exceção de Évora; vila defendida pelos freires da Ordem da Calatrava.

O progresso também não cessou do lado vitorioso. Os Cavaleiros Templários não pararam de prosperar do outro lado do Tejo. Guiados por Gualdim Pais, o mestre que “livrou Deus de cair em suas mãos” (infiéis), escrevendo definitivamente seu nome nos anais do Templo, seguiriam acumulando nestes fins do século XII, período que pode ser considerado a era de ouro do Templo em Portugal, muito mais sucessos do que fracassos.

---

<sup>139</sup> SANTOS, José António dos. *Monumentos das Ordens Militares do Templo e de Christo em Thomar*. Lisboa: Biblioteca Universal, 1879. Edição fac-similada de 1998. p. 39 – 45.

Gualdim Pais sobreviveu ainda cinco anos após o cerco. Morreria em 1195. Dez anos depois de seu amigo e senhor Afonso Henriques, falecido em 1185 e enterrado na igreja de Santa Cruz de Coimbra, em sua capital. Da mesma forma Gualdim Pais recebeu honras fúnebres na capital de sua, na definição de Alexandre Ferreira, República Religiosa e Militar. Foi enterrado no concelho que fundou e protegeu: Tomar, na igreja de Santa Maria dos Olivais.

Os sucessores de Gualdim Pais, o comendador de Tomar nos tempos do cerco, Lopo Fernandes, e de Afonso Henriques, seu filho Sancho I, continuaram a vantajosa associação entre a Coroa e os Templários; o que enfim já era àquela altura uma legítima tradição portuguesa. Sabemos que em 1197, o monarca concedeu ao Templo, na pessoa de seu novo mestre, nova doação de Idanha Velha. Pouco depois, em 1199, doou-lhe a grande herdade de Açafa; que tornou-se posteriormente a vila de Ródão. Neste mesmo ano Lopo Fernandes morreria combatendo ao lado de Sancho I, em terras de Leão; sendo igualmente enterrado na igreja de Santa Maria dos Olivais, ao lado de seu predecessor. As lutas de Reconquista continuavam e muitos outros templários ainda haveriam de tombar no exercício do quarto voto.

Ao assumir o trono Sancho I, tinha diante de si uma tarefa árdua: devia não apenas continuar a Reconquista mas também consolidar o poder de sua Casa sobre as terras já adquiridas. Nesta missão não podia prescindir da ajuda dos Guerreiros de Deus. Justo: afinal a Reconquista nunca deixou de ser uma Guerra Santa e o antigo Condado Portucalense, agora reino de Portugal, para os portucalenses em geral e para a estirpe de Afonso Henriques em particular, sempre foi uma espécie de Terra Prometida.

Mapa 2

Mapa 3

## CAPÍTULO III

### A CRUZ NOS MUROS DA CIDADE TORNAM O HOMEM LIVRE?

#### Identidade e Organização Urbana nos Concelhos Templários

*“Se eu pudesse imaginar um castelo templário, esse seria o de Tomar. Sobe-se até ele por um caminho fortificado que costeia os bastiões externos por seteiras em formato de cruz, e ali se respira o ar dos cruzados desde o primeiro instante.”*

Umberto Eco

#### 3. 1 – O concelho de um templário é o seu castelo

Desde suas origens a Ordem dos Templários foi uma confraria cavaleiresca e por conseguinte, obviamente, nunca prescindiu do uso de cavalos. Não existiriam sem eles. A questão a se pensar é a quantidade. Não ignoremos que o número de cavalos a que se permitia possuir um pobre cavaleiro templário dá o caráter de sua missão; ou melhor: de sua Ordem. E este número mudou, se multiplicou, muito rapidamente entre os freires do Templo.

É amplamente conhecido que um dos primeiros emblemas templários foi uma medalha onde se via dois freires dividindo uma só montaria. Um símbolo misto de fraternidade e opção pela pobreza, que muito provavelmente retratava a realidade imediata daqueles então desconhecidos aventureiros devotos da mística das cruzadas; perdidos na paisagem pétrea do recém fundado Reino Latino de

Jerusalém. O fato é que pouco tempo depois, por volta de 1128, no momento em que se escrevia a regra da confraria, a situação era bem outra.

A primeira Regra escrita, aprovada no Concílio de Troyes, saída da mente e provavelmente da pena de Bernardo de Claraval, se perdeu. Sobreviveu uma revisão pouco posterior deste texto, chamada de *Regra Latina*. Este segundo versão é certamente mais branda, menos exigente, menos ascética, do que a primeira; mas não muito. Ao longo dos séculos, em sucessivas revisões, a Regra do Templo se tornaria cada vez menos severa, atendendo as necessidades imediatas de expansão da Ordem. Mas não deixa de ser notável que já na *Regra Latina* lê-se em seu décimo terceiro artigo:

*“De numero Equorum, et Armigerorum.*

*XXX: Unicuique vestrorum Militum tres aquos licet habere, quia domus Dei, Templique Salomonis eximia paupertas amplius non permittit in praesentiarum augere, nisi cum Magistri licentia”.*<sup>140</sup>

“Do número de cavalos e escudeiros:

XXX: É lícito que cada um dos guerreiros tenha até três cavalos, porque a extrema pobreza da casa de Deus e do Templo de Salomão não permite por hora que o número seja maior: salvo com a licença do mestre.”

Os tempos eram mesmo outros. Onde antes o sinal de humildade era uma pretensa necessidade de se dividir uma montaria entre dois cavaleiros, estava

---

<sup>140</sup> A REGRA PRIMITIVA DOS CAVALEIROS TEMPLÁRIOS. Comentários de Pinharanda Gomes. Lisboa: Hugin, 1999. p. 103.

a exigência de que cada freire possuísse no máximo três cavalos; não sendo permitido mais devido única e exclusivamente as “precárias” condições financeiras da confraria. Sendo que o último trecho do artigo, onde se acena com a possibilidade de que o mestre autorizasse a posse de uma quarta, ou quinta, ou sexta montaria, mostra o quanto este estatuto era maleável. Percebe-se aí claramente que o idealista conceito de pobreza monástica já estava oficialmente abandonado, em nome das necessidades logísticas da missão da *crusada* e mesmo da possibilidade concreta que se avizinhava no horizonte de um crescimento, um enriquecimento, virtualmente ilimitado dentro da cristandade.

Na Idade Média Ocidental possuir riqueza, em seu sentido mais amplo, era equivalente a possuir terras. A *Regra Latina* também abarcava esta possibilidade em seu quinquagésimo primeiro artigo.

*“Quod licet omnibus Militibus professis, terrant, et hominis habere.*

*LI: Divina, ut credimus, Providentià à vobis in Sanctis Locis sumpsit initium hoc genus novum Religionis; ut videlicet Religioni Militiam admisceretis, et sic Religio per Militiam armata procedat, et hostem sine culpa feriat. Jure igitur judicamus, cum Milites Templi dicamini, vos ipsos ob insigne meritum, et speciale probitatis donum, terram, et hominus habere, et agricolas possidere, et justè eos regere, et institutum vobis specialiter debitum impendi debetur.”<sup>141</sup>*

“Que seja licito que os Guerreiros Religiosos possuam terras e vassalos.

---

<sup>141</sup> A REGRA PRIMITIVA DOS CAVALEIROS TEMPLÁRIOS. Comentários de Pinharanda Gomes. Lisboa: Hugin, 1999. p. 115.

LI: Cremos pela Divina Providência que começamos este novo gênero de Religião nestes Santos Lugares, para que juntássemos a Religião e a Milícia, ficando a Religião fortificada com as armas, para que possa fazer guerra justa ao inimigo. Com razão julgamos que se somos chamados Guerreiros do Templo, tenhamos e possuamos, pelo insigne e especial merecimento da santidade, casas, terras, vassallos, obreiros e os governemos; e cobremos deles tributo instituído e determinado.”

De fato, logo após o Concílio de Troyes, os mestres provinciais templários se converteram em pródigos senhores feudais. Receberam diversas doações de terras e precisaram aprender a lidar com estas posses de acordo com os modelos tradicionais da época.

Especificamente na Península Ibérica, mais do que em qualquer outro lugar na Europa, como prevê o quinquagésimo primeiro artigo da *Regra Latina*, recebiam as doações por “merecimento santo”. O que deve ser entendido como o pagamento pelo serviço militar prestado nas guerras de Reconquista. Mas estas terras, ao contrário de boa parte das recebidas mais ao norte do continente, normalmente não eram civilizadas; em alguns casos sequer cristianizadas ou mesmo ocupadas. Eram verdadeiros rincões perdidos no mapa. A fronteira de Portugal era então o que se poderia chamar de “fronteira em movimento”,<sup>142</sup> variável ao ritmo da Reconquista. Caberia aos próprios Templários fazer destas terras que recebiam parte efetiva da cristandade: povoá-las, torná-las seguras e produtivas.

---

<sup>142</sup> BEIRANTE, Maria Ângela. Onomástica Galega em Duas Cidades do Sul de Portugal: Santarém e Évora. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*: revista do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa. Vol. VI. Lisboa, 1992 – 1993. p. 103 – 110. p. 106.

No medievo esta política de progresso era fomentada através do aforamento de terras. No Direito Antigo a carta de Foral era definida como um documento, com valor de lei, que regulamentava a administração de uma localidade ou que concedia privilégios, terras ou franquias a indivíduos ou corporações.<sup>143</sup> A esta doação dava-se o nome de enfiteuse: palavra de origem inserta, sendo grega, *emphyteusys*, ou romana, *jus emphyteuticon*, que determinava o direito real de posse e uso de imóvel ou terra alheia, alienável e transmissível por herança. O beneficiado, chamado de enfiteuta, deveria por sua vez pagar obrigatoriamente uma quantia anual, chamada de foro, ao senhor direto da propriedade, em termos feudais seu suserano. Segundo o Direito Civil a enfiteuse é sempre de carácter perpétuo. Um contrato com tempo previamente delimitado é tão somente arrendamento, possuindo assim regras próprias e diferentes. Por definição somente deve ser objeto de enfiteuse terras não cultivadas, desocupadas e destinadas a receber edificações.<sup>144</sup> Portando a natureza da maioria das terras recebidas em doação pelos Templários em Portugal.

O aforamento de terras acontecia basicamente em duas modalidades. A primeira era o foro rural. Aqui um grande senhor doava a um nobre menos poderoso ou a uma corporação, como por exemplo o Templo, o usufruto de uma vasta zona rural, o que se pode entender quase sempre como erma e despovoada. Os beneficiados, visando assegurar o progresso da região, faziam então o segundo nível: a carta de foral urbana. O objetivo era atrair moradores, colonos, ao concelho. Os termos deste documento ao mesmo tempo concediam independência ao núcleo urbano nascente e determinava as regras pelas quais ele seria gerido, militar, jurídica e administrativamente.<sup>145</sup> Esta estratégia de povoamento foi largamente usada

---

<sup>143</sup> NÁUFEL, José. *Novo Dicionário Jurídico Brasileiro*. São Paulo: Parma, 1984. v. III. p. 570.

<sup>144</sup> NÁUFEL, José. *Obra Citada*. São Paulo: Parma, 1984. v. II. p. 513.

<sup>145</sup> HESPANHA, António Manuel. *História das Instituições – época medieval e moderna*. Coimbra: Livraria Almedina, 1982. 152 - 153.

durante a formação do reino de Portugal, ainda com Afonso Henriques e sobretudo com seu filho Sancho I; o grande incentivador<sup>146</sup> régio deste primeiro momento do renascimento urbano português.

A organização dos domínios colocados sob os cuidados templários era extremamente pragmática.

Cada uma destas doações eram convertidas em priorados ou preceptorias, no caso das maiores, e bailios ou comendas, no caso das menores. Todas eram designadas como *domus*, ou casa templária, chamada também de *templum*. O *domus* era a unidade administrativa básica, subdividida em diversas categorias, dependendo de sua importância, tamanho e rentabilidade. As mais comuns eram: o pequeno domínio feudal, os domínios feudais de “fama generalizada”, grandes feudos, estabelecimentos menos importantes, propriedades eclesiásticas e pequenas propriedades espalhadas, não transformadas em terras reclamadas.<sup>147</sup> Muitas destas casas eram bastante pequenas e incluíam propriedades urbanas, hortas, pastos e ferrarias.

É muito comum na historiografia encontrar a afirmação de que foi a partir da tomada do Algarve, completada por volta de 1250, sob o reinado de Afonso III, e do conseqüente fim das guerras de Reconquista, que as ordens militares passaram a explorar de forma sistemática os bens coletados ao longo do extenso processo de expulsão dos mouros. A mudança de atitude teria sido motivado pela mais pura necessidade prática. Terminada a formação do território português, fixadas as fronteiras com os reinos espanhóis, o ideal do quarto voto, a *crusada*, já esgotado ou deturpado no restante da Europa, perdeu sua força também em Portugal. O exercício

---

<sup>146</sup> MENDONÇA, Manuela. *Cidades, Vilas e Aldeias de Portugal. Estudos de História Regional Portuguesa*. Lisboa: Colibri, 1995. p. 238.

<sup>147</sup> BURMAN, Edward. *Templários – Os Cavaleiros de Deus*. Rio de Janeiro: Record, 1994. p. 113 – 114.

militar deixou de ser uma fonte de prosperidade para as milícias religiosas, que se tornaram virtualmente desnecessárias. Em vista deste novo cenário histórico a dedicação às atividades administrativas da própria fortuna acumulada, na forma de propriedades rurais e urbanas, passou a ser imperativo.

Pessoalmente não concordo com esta visão.

A renda extraída das comendas e preceptorias sempre foram as principais responsáveis pela manutenção material dos diversos conventos do Templo<sup>148</sup> e por conseguinte do Templo em si, enquanto instituição. Não existiam outras fontes relevantes. Isto é um fato.

Os monges – guerreiros, via de regra, não recebiam soldo em dinheiro, ouro ou prata, pelos serviços militares prestados. Raramente recebiam valores monetários em doações provenientes de heranças testamentárias. Tampouco as funções de financistas e traficantes de peregrinos eram suficientemente desenvolvidas na Península Ibérica, diferentemente do norte de Europa, particularmente na França, para garantir o acúmulo de lucros consideráveis através da usura. Ou seja: a grande fonte de sustento e posterior possibilidade de enriquecimento das confrarias monástico - militares eram mesmo as doações que recebiam. E estas, para gerarem algum recurso de sobrevivência, obviamente sempre precisaram ser zelosa e devidamente cuidadas. Quanto a isto não vejo como possa haver dúvidas.

Desde muito cedo os Templários abandonaram qualquer caráter aventureiro que por ventura possuíssem. Na realidade em momento algum, excetuando na época romântica das origens da confraria, ainda na Palestina, a maior parte do contingente templário foi formado maioritariamente por legítimos cavaleiros,

---

<sup>148</sup> JANA, Ernesto José Nazaré Alves. A Vida Económica do Convento de Cristo (1529 – 1630). In: FERNANDES, Isabel Cristina (Org.) *Ordens Militares: guerra, religião, poder e cultura*. Lisboa: Colibri, 1998. v. I. p. 220.

por guerreiros, por soldados de Deus no sentido mais puro da expressão, mas sim de civis ligados de uma forma ou de outra aos quadros da Ordem. Nem todos juravam os votos. Muitos eram trabalhadores braçais, artesãos ou burocratas; que jamais sonharam em tomar parte de uma batalha. Tampouco tinham esta função. Deviam sim zelar e fazer prosperar os bens acumulados pela Ordem. A imagem dos Cavaleiros Templários como uma gigantesca legião eqüestre, eternamente a postos para a batalha, faz parte do mundo das lendas que sempre os rondaram. A realidade era bem diferente. Usava-se menos a espada e mais a foice. Ia-se menos ao campo de batalha do que ao campo de cultivo.

Mas não nos enganemos. Apesar da prática cotidiana ser muito mais a de *laborator* do que a de *bellator*, obviamente a hierarquia do Templo começava sim pelos *miles Christi*. Segundo o texto da chamada *Regra Francesa*, uma versão extremamente ampliada da *Regra Latina*, que alcançaria em sua redação final mais de seiscentos parágrafos, escrita em francês por volta de 1139 ou 1140, no governo de Robert de Craon, as patentes templárias eram as seguintes: Mestre do Templo de Jerusalém, Senescal, Marechal, Chefe do Reino de Jerusalém, Chefe da Cidade de Jerusalém, *Drapier*,<sup>149</sup> Chefe de Casas, Chefe de Cavaleiros, Irmãos Cavaleiros e Sargentos dos Mosteiros, *Turcoplier*, Submarechal ou Sargento, Portador Padrão ou Sargento, Irmãos-sargentos chefes de casas. Em seguida, vinham os Irmãos Rurais, chamados no francês da *Regra de frères casaliers*, e os Irmãos Assistentes de Doentes, ou *frères infirmiers*.<sup>150</sup> Todas as categorias de monges citadas acima juravam os votos religiosos característicos da milícia, ainda que nem todos combatessem.

---

<sup>149</sup> A patente de *drapier* era dada ao templário responsável pelo treinamento das tropas recrutadas localmente e treinadas pelo método da cavalaria leve bizantina. Esta era uma categoria de guerreiros própria da região da Palestina.

<sup>150</sup> BURMAN, Edward. *Templários – Os Cavaleiros de Deus*. Rio de Janeiro: Record, 1994. p. 50.

Abaixo destes vinham os Irmãos-criados, ou *frères de metier*, que consistia em uma categoria bastante numerosa e diversificada. Englobava todas aqueles que executavam trabalhos servis necessários para a manutenção da Ordem: cavaleiros, cozinheiros e criados em geral. Quanto a estes, apesar de usarem o hábito não eram necessariamente religiosos. Não juravam os votos. Tampouco gozavam de foro. Mas de alguma forma eram também templários e certamente, junto ao restante da população, deviam ser vistos como tal; e quiçá assumiam certos privilégios sociais advindos deste status.

Estes *frères de metier* eram chamados em Portugal de *oblatos*.<sup>151</sup>

Existiam diversas categorias deles. Incluíam indivíduos casados, designados na *Regra francesa de frères mariés*, e até mesmo meninos. Conforme o artigo LXII da *Regra Latina* estes meninos, normalmente oferecidos ao Templo pelos pais, não podiam fazer os votos e tampouco viver nas domus templárias. Seus genitores deviam criá-lo, ensinando-lhe os fundamentos da arte da guerra e somente depois, de acordo com seus méritos, ele seria ou não admitido ao contingente templário. Isto porque: “*melius est enim in pueritia non vovere, quam posteaquam vir factus fuerit anormiter retrahere*”,<sup>152</sup> ou seja: “melhor não fazer os votos na primeira idade, que faltar a eles na madura”.

Haviam também recrutados que serviam a Ordem durante um período determinado de tempo, sem votos ou profissão definida. Ficavam enquanto lhes fosse conveniente ou enquanto durasse sua devoção. Segundo o texto francês

---

<sup>151</sup> FERREIRA, Alexandre. *Suplemento Historico ou memorias e noticias da celebre Ordem dos Templários, para a historia da admiravel Ordem de Nosso Senhor Jesu Christo*. Lisboa: Academia Real, edição fac-similada de 1998 de um original de 1734. p. 714.

<sup>152</sup> A REGRA PRIMITIVA DOS CAVALEIROS TEMPLÁRIOS. Comentários de Pinharanda Gomes. Lisboa: Hugin, 1999. p. 120 – 121.

estes eram os *frères a terminé*; que em Portugal eram chamados vulgarmente de donatos.

Os donatos incluíam voluntários e vilões mandados por seus senhores, como ajuda temporária aos Templários. Dentre eles nem todos eram mantidos pelas reservas do convento em que serviam. Alguns custeavam as próprias despesas. Não diretamente, mas pelo depósito de bens que fazia ao chegar.

A *Regra Latina* exigia que todo aspirante a *miles Christi*, por tempo determinado, se armasse por conta própria e possuísse montaria. Era prática comum que aqueles donatos que chegassem a domus montados, colocassem seu cavalo para ser avaliado. O valor da montaria seria anotado e arquivado. Tempos depois, quando da saída do donato do serviço religioso, a metade deste valor lhe seria restituído; obedecendo ao artigo XXXII da *Regra Latina*. Mas é claro que nem todos partiam. Muitos acabavam por abraçar definitivamente a cruz vermelha. Ostentá-la no ombro poderia representar o fator determinante da situação de um indivíduo na sociedade medieval.

O sustento material desta considerável variedade de monges, dentre efetivos e temporários, guerreiros e trabalhadores braçais, demandava um grande esforço. Desde sempre e não apenas após a tomada do Algarve. Não existia opção: este esforço deveria ser suprido pelos casais, granjas e aldeias fundadas e controladas pela confraria. A renda proveniente desta autoridade era quase sempre traduzida na forma de gêneros alimentícios; que, a bem da verdade, era o que de fato de mais vital e urgente se necessitava nas casas templárias.

Nas Inquirições Régias de 1220 constatou-se que as três principais ordens militares portuguesas, o Templo, o Hospital e Santiago da Espada, possuíam em conjunto cerca de 12, 2 % dos casais, 1, 5 % das searas, 70 % das vinhas, 1 % dos

campos, 28 % das casas, 2 % das granjas e 61 % dos foros diversos cobrados.<sup>153</sup> Um bellissimo potencial econômico a ser explorado. A questão era buscar formas eficientes de fazê-lo, já que a dispersão destes bens em vastos territórios já constituíam por si só uma dificuldade a sua administração e otimização produtiva.

Os casais, denominação que se dava para as unidades familiares de exploração agrícola e agropecuária, e demais locatários e / ou protegidos rurais do Templo pagavam de forma predominante a seus senhorios a permanência em suas respectivas propriedades arrendadas na forma de cereais. A gradação parece ter sido o milho em primeiro lugar, seguido de centeio, do trigo e da cevada. Recebiam também derivados deste cultivo, tais como palha de trigo, feno e painça. Subprodutos cereais que eram fundamentais na manutenção dos rebanhos bovinos e sobretudo eqüinos que fizeram a fama da milícia. Não pode ficar de fora desta relação o vinho; recebido para ser consumido tanto na mesa quanto no altar, durante a cerimonia de eucaristia.<sup>154</sup>

A Ordem dos Templários, se tivesse que ser definida dentre as duas grandes categorias do clero medieval, fazia parte do clero regular. Apesar de suas intensas atividades no mundo secular, inclusive atividades bélicas, o centro da vida da confraria estava em seus mosteiros. Assim, apesar da extrema importância do Templo no processo de renascimento urbano português, a Ordem era eminentemente rural. As vilas que surgiam sob seus auspícios, ao pé de seus muros, sob sua proteção e influência não modificavam esta relação. O que era uma tradição do clero regular. Somente no século XIII, com o advento das ordens mendicantes surgiram grupos de

---

<sup>153</sup> CASTRO, Armando. As Ordens Militares na História Económica - social Portuguesa. In: FONSECA, Luís Adão da (Org.). *As Ordens Militares em Portugal : actas do 1º encontro sobre ordens militares*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 1991. p. 75 – 76.

<sup>154</sup> COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto. *A Ordem do Hospital: dos fins da Idade Média a Modernidade*. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, 2000. p. 344.

monges que viveriam e construiriam seus conventos dentro das cidades maiores, mais habitadas; mais especificamente em seus portões de saída.

Isto porém não impedia que os Templários possuíssem diversas propriedades e mesmo importantes atividades comerciais em algumas das principais cidades portuguesas. Inseriam-se perfeitamente no tecido social e econômico destes núcleos urbanos.

Estiveram desde muito cedo, por exemplo, em Coimbra, seguindo a corte condal e depois régia de Afonso Henriques. O que não era comum dentre a totalidade das Ordens Militares. Não existe registro da presença sistemática na corte de nenhuma outra, salvo dos Hospitalários; e mesmo assim sem a posse de casas residenciais. O que não significa de modo algum que fossem os donos da cidade, como se poderia dizer que eram no caso de outras povoações menores; surgidas sob seus auspícios ou colocadas sob sua proteção. O privilégio da guarda de Coimbra pertencia aos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho. Mas os Templários tinham uma presença marcante. Possuíam um número considerável de prédios, tanto em seus bairros principais, quanto em seus subúrbios. Estes eram bens dos quais poderiam obter consideráveis rendimentos.

Um levantamento datado de 1248 enumera as propriedades que o Templo possuía no conglomerado urbano coimbrã e regiões circunvizinhas: Pombal, Redinha, Soure e Ega.

*“De hereditatibus de Templo. Vivencius. Et Petrus Gomez iurati dixerunt quod habent domos in Colimbria in quibus ipsi morant et tres casas alis in ‘quibus’ morant sui mauri. Et alias duas tendas. Et j. fornum. Et j. almonia in cozelias. Et in maiza. Iij. Oliuales. Jn Rauáál habet. Iij. Pezas de hareditate. Et j. ferregeal in monte rubro et unam hereditatem in*

*arnado. Et. J. in lagoa casta. Et dant inde decimam domino Regi. Et quantum habent in murça; dant inde domino Regi. X.*<sup>155</sup>

“E herança do Templo. Cuidada por Pedro Gomes, que mantêm casa em Coimbra e a governa. São três casas governadas por seus mouros. São também duas tendas. Também um forno. E um regato com cozinhas. E em maiza, olivais. E Raul ocupa uma peça da herança: uma ferragem no Monte Rubro, recebida como herança de Arnaldo. E a Lagoa Casta. E Disto é dada a decima parte ao domínio régio. Com grande ocupação em Murça; com a décima parte dada ao domínio régio.”

E segue tratando de Pombal: “*Et castellus de Palumbar est Templo cum suis terminis*”, ou seja: “O castelo de Pombal pertence ao Templo com seus termos”. A palavra *terminis* / *termos*, neste caso, indica as terras circunvizinhas ao castelo.

Também de Redinha: “*Et habent uillan de Redina et quando eunit ibi Dominus Rex: ducunt ei collectam de Palumbar*”, Ou seja: “E o controle da vila de Redinha pertence ao Domínio Real: conduzido pela coleta de Pombal.”

Em seguida do Soure: “*Et dominus rex et patronus de ecclesia de Sour*”, ou seja: “O domínio real e patrono do eclesiástico do Soure”.

Depois, Ega: “*Et uilla de Ega est de Templo*”, ou seja: “A vila de Ega é do Templo”.

---

<sup>155</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Gavetas III, Maço 10, Documento 17, folha 7 v.

Através deste documento fica nítido qual o tipo de atuação que os Templários tinham na Corte e vilas vizinhas. Possuía algum relevo político, mas a importância fundamental se operava no campo comercial.

O citado freire Pedro Gomes foi o vigésimo segundo mestre provincial português e também ministro dos Três Reinos de Espanha. Assumiu o governo do Templo em 1247, permanecendo até 1250. Era o mestre da Ordem dos Templários quando da tomada definitiva do Algarve. Sua nítida importância dentro da estrutura social de Coimbra, sugerida pelo documento, se dá devido a sua reconhecida lealdade a Sancho II e ao alcaide-mor de cidade: Martin de Freitas.

Em um olhar superficial chega a causar surpresa constatar que as três casas pertencentes ao Templo em Coimbra eram habitadas por mouros. Uma análise mais aprofundada desfaz esta surpresa. Tratavam-se certamente de artesãos especializados que atuavam em algumas das oficinas mantidas pela Ordem. Era prática comum que árabes, cristianizados ou não, vendessem suas habilidades em olaria, tapeçaria ou ourivesaria para o Templo. No caso específico de Coimbra, como se comprova no documento, é sabido que os Templários mantinham uma bailia de tamanho bastante considerável. Necessitavam portanto, no mínimo, de um bom número de ferreiros. Além de propriedades rurais próximas que pudessem fornecer a alimentação de feno para os animais mantidos da bailia.

O que nos leva a questão das tendas. Possuíam duas em Coimbra. Entenda-se tendas por pontos de venda, talvez até mesmo localizados de fato sob tendas, onde eram expostos e vendidos os produtos agrícolas saídos das terras templárias nos arredores da cidade: sobretudo cereais, azeite e vinho. A venda destes

produtos representavam a forma mais direta e rápida de obtenção de “boa moeda” por parte dos freires.<sup>156</sup>

Recolhiam dinheiro também através da venda e arrendamento dos imóveis que tinham nas cidades. São abundantes os contratos medievais de transações desta natureza. Daí pode-se concluir que era uma espécie de negociação bastante freqüente. O que, dentre outras coisas, indica uma rotatividade muitas vezes insuspeita na vida cotidiana do medievo.

O feitio das construções urbanas medievais era bastante diversificado, embora normalmente primassem pela simplicidade formal. Existiam as casas grandes e luxuosas, faustosamente decoradas,<sup>157</sup> cultivadas como símbolos do status social e poder econômico de burgueses enriquecidos. Mas de modo geral eram construções pequenas, térreas, algumas vezes duplicadas pela existência de um segundo piso,<sup>158</sup> e em casos raros um terceiro. Estas residências eram chamadas de “casas assobradadas” ou “casas com loja e sobrado”.<sup>159</sup>

Todo espaço disponível era aproveitado nas cidades medievais. Caracterizavam-nas a superlotação e a sujeira: de homens e de animais. Poucas ruas eram calçadas, normalmente apenas as vias principais; sendo o restante pavimentadas de esterco batido e lama.<sup>160</sup> As construções se empilhavam. Pode-se afirmar que a rigor este cenário não diferia muito das infames *insulea* dos tempos romanos,<sup>161</sup> no que

---

<sup>156</sup> GOMES, Saul António. As Ordens Militares e Coimbra Medieval: tópicos e documentos para um estudo. In: FERNANDES, Isabel Cristina (Org.) *Ordens Militares: guerra, religião, poder e cultura*. Lisboa: Colibri, 1998. v. II. p. 51.

<sup>157</sup> LE GOFF, Jacques. *O Apogeu da Cidade Medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 217.

<sup>158</sup> COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto. *A Ordem do Hospital: dos fins da Idade Média a Modernidade*. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, 2000. p. 328.

<sup>159</sup> SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa. A Propriedade Urbana das Confrarias e Hospitais de Coimbra nos Finais da Idade Média. *Revista de Ciências Históricas*: revista do Departamento de Ciências Históricas da Universidade Portucalense. Vol. X. Porto, 1995. p. 155 – 194. p. 170.

<sup>160</sup> CLARCK, Peter. O Ocidente Renasce. In: *Evolução das Cidades*. Rio de Janeiro: Abril, 1993. p. 98 – 100.

<sup>161</sup> MUMFORD, Lewis. *A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1982. p. 269.

estas tinham de infectas e desconfortáveis. Com uma diferença: como afirmavam os nobres alemães, os cidadãos são “camponeses encerrados entre muros”.

Os muros são a marca registrada dos núcleos urbanos medievais. Mas estes nem sempre conseguiam acompanhar o crescimento intenso que as cidades européias tiveram ao longo da Baixa Idade Média. Ainda que as muralhas fossem continuamente estendidas como forma de garantir a segurança do burgo, sempre restavam prédios fora de sua área de proteção.

Há registro da negociação de uma casa templária em um bairro extra muros de Coimbra, feita pelo mestre Gualdim Pais aos monges cruzios, firmada em janeiro de 1165. Eis um trecho do contrato:

*“Venditjo domorum militum Templi; iuxta ecclesia sancte crvcis.  
In dei nomine. Hec est carta venditionis et firmitudinis quan iussi facere  
ego Galdinus magister militum Templi una cum meis fratibus. Vobis  
domno iohanni monasterij sancte crucis priori et fratribus ibidem  
commorantibus: de nostris dominus quas habuimus in suburbio  
colimbrie in vestro terreno in loco qui dicitur almunia regis. Iuxta  
ecclesiam uestram. Quarum isti sunt termini. In oriente: via puplica. In  
ocidente; via puplica. In aquilone: casa dominici feirol. In africa vero:  
domus de petro gramo de milio.”<sup>162</sup>*

“Venda de casas da milícia do Templo, para igreja da Santa Cruz.  
Em nome de Deus. Por meio desta carta vendo e firmo contrato, eu,  
mestre Gualdim da milícia do Templo, uno com meus confrades.  
Negocio estas casas com os irmãos que habitam o Mosteiro da Santa

---

<sup>162</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Casa Forte. Livro de Dom João Teotónico. Folhas 75 – 75 v.

Cruz: estas propriedades localizam-se no subúrbio de Coimbra no terreno chamado de Almuinha do Rei. Esta igreja recebe os seguintes encargos e limites. No oriente: via publica. No ocidente: via publica. No norte: casa do domínio da feira. Na direção da África: casa de Pedro plantador de milho.”

O valor da venda foi sessenta morabitanos. Uma quantia bastante considerável.<sup>163</sup> O que por si só exemplifica a importância econômica deste espólio urbano da confraria.

Por outro lado as pequenas vilas fundadas pelos Templários a sombra de seus castelos representavam a verdadeira face de sua atuação colonizadora em Portugal. E também de seu poder. Se nos núcleos urbanos maiores as muralhas serviam para separar dois mundos,<sup>164</sup> o sacro lado de dentro e o perigoso lado de fora, nas povoações templárias não existia separação: as vilas circunvizinhas eram extensões de seus domínios; tinham como que muros invisíveis a cercá-las. A presença do Templo era marcante. Ainda que as cartas forais dadas pelo monges / guerreiros visassem impor as normas da vida institucional, defendendo-as sem impedir que o povoado crescesse, se desenvolvesse e se organizasse por si só, a realidade cotidiana mostrava que a influencia templária era inescapável. Tanto na vida prática quanto na espiritual.

Porém, esta influência não significa necessariamente excesso de rigidez ou arbitrariedades. Pelo contrário. Poderia haver mais liberdade individual em

---

<sup>163</sup> GOMES, Saul António. As Ordens Militares e Coimbra Medieval: tópicos e documentos para um estudo. In: FERNANDES, Isabel Cristina (Org.) *Ordens Militares: guerra, religião, poder e cultura*. Lisboa: Colibri, 1998. v. II. p. 50.

<sup>164</sup> ROSSIAUD, Jacques. O cidadão e a vida na cidade. In: LE GOFF, Jacques (Org.) *O Homem Medieval*. Lisboa: Presença, 1989. p. 101.

uma vila templária do que em uma outra ligada diretamente ao poder régio. Na grande maioria dos povoados que surgiram via avanço da Reconquista formou-se uma forte estrutura burocrática administrativa que se ligava diretamente ao poder central. Os isentos diocesanos, as Ordens Militares, talvez justamente devido a ligação com Roma, parecem ter sido exceções dentro deste sistema.<sup>165</sup>

A vila de Proença-a-Velha, por exemplo, parece ter sido povoada por franceses atraídos para esta zona portuguesa através das ramificações da Ordem na região da Provença, na Gália Narbonense, na França; onde tinham sede. Estes pioneiros mantiveram o nome da região de origem, que depois se modificou, aportuguesou-se. “Proença” parece derivar dos termos provençais *Proensa* ou *Prohensa*: ou seja: Província. Tornou-se posteriormente “a-Velha” para diferencia-se de uma outra povoação, fundada pelo Hospital, batizada da mesma forma no século XVI. Seu foral é de 1218, seguindo o modelo usado anteriormente em Idanha-a-Nova.

Sabemos que em 1377, quando o rei Dom Fernando deu termo a Castelo Branco, incluindo na intenção Proença-a-Velha, houve protestos entre seus habitantes. Eles consideravam que a mudança de status iria fazer com que perdesse privilégios. Por fim, pressionado, o monarca alterou a decisão, permitindo que a vila mantivesse sua regulamentação determinada pelo antigo foral templário.<sup>166</sup> Uma nova base legal para Proença-a-Velha só viria no início do século XVI, durante a ação de reforma de forais planejada por Dom João II e levada a cabo por Dom Manuel. O foral novo da vila foi assinado em 1 de Junho de 1510, quando o Templo há tempos já se transmudara em Ordem de Cristo.

---

<sup>165</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz & HOMEM, Armando Luís de Carvalho (Orgs.) *Nova História de Portugal: Portugal em Definição de Fronteiras - do Condado Portucalense à crise do século XIV*. Lisboa: Presença, 1996. p. 389.

<sup>166</sup> MENDONÇA, Manuela. *Proença-a-Velha – uma povoação com história*. Lisboa: Colibri, 2000. p. 14 – 18.

Creio que de modo geral o diferencial de uma vila templária para uma outra qualquer, se este existisse de modo sistemático, estaria sobretudo na forte influência de cunho mística que a imponente presença religiosa / militar da Ordem impunha. Sobretudo num primeiro momento, quando a ameaça muçulmana era uma realidade próxima. Depois sim, em meados do século XIII, quando a Reconquista já se desenhava vitoriosa, e a milícia perdia sua função, esta presença passou a se impor como uma potência fundamentalmente administrativa.

Não podemos deixar de considerar que para os camponeses que habitavam as fronteiras, a existência de castelos fortificados nos arredores de suas moradias deviam representavam um alento e obviamente um elemento de atração. Naqueles rincões sempre ameaçados por invasões, os altos muros das praças fortes inspiravam um ideal de segurança. Principalmente se nos lembrarmos que existiam basicamente três alternativas para o cristão que se visse de repente defronte a uma onda migratória muçulmana. A primeira opção era abraçar a nova fé. Em segundo lugar, procurar negociar a paz e tratar o valor de um tributo aos mouros, em troca da sobrevivência e relativo sossego, em sua freguesia de origem. A terceira e mais radical opção era resistir aos ataques mouros e correr o risco de ser morto ou capturado; casos em que o destino certo era a escravidão.

Portanto, se é verdade que, como se costuma afirmar que era máxima na Alemanha medieval, “o ar da cidade torna o homem livre”, certamente em tempos de guerra como aqueles, esta liberdade fomentada e delimitada pelos muros das cidades possuíam um valor ainda maior. Não é portanto de se estranhar o rápido progresso dos concelhos templários. Não subestimemos a força de uma guarnição

militar como agente fundador de cidades.<sup>167</sup> Dentro ou nas proximidades daquelas muralhas ornadas com a cruz o camponês seguia temendo a Deus, mas não mais a morte.<sup>168</sup> Tinham como protetores, e eventuais líderes em fossadas homens de oração empunhando espadas contra “pecadores”, infiéis, combatendo pela fé em Cristo. Verdadeiros instrumentos da ação, da ira, de Deus.<sup>169</sup>

Seria pertinente imaginar que o camponês que encontrou seu lugar dentro dos muros das povoações erigidas sob a vigilância do Templo, não se considerava vivendo em uma espécie de Jerusalém, protegida por “anjos de Deus”? E desta forma procurava adentrar no espírito do lugar? Até porque, como sabemos, as populações medievais, desenvolveram, em função da teologia cristã, um intenso apego ao lugar, a vila e /ou a cidade em que habitavam.<sup>170</sup>

Afinal, podemos considerar que a cidades, de modo geral, desenvolvem-se de modo espontâneo, mas que, na realidade existe sempre um elemento catalisador. Elemento que age, determinado pela evidência de sua presença e importância dentro do contexto urbano, na consciência individual e coletiva dos cidadãos.<sup>171</sup> O Templo foi este catalisador para dezenas de vilas portuguesas. E, tanto quanto o aspecto militar, o aspecto religioso foi fundamental para isto. Não apenas por razões do imponderável, mas sobretudo devido a práticas institucionais; inclusive tratadas em contrato com o papado e as autoridades eclesiásticas portuguesas.

---

<sup>167</sup> MUMFORD, Lewis. *A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1982. p. 394.

<sup>168</sup> ROSSIAUD, Jacques. O cidadão e a vida na cidade. In: LE GOFF, Jacques (Org.) *O Homem Medieval*. Lisboa: Presença, 1989. p. 122

<sup>169</sup> AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. *Las Órdenes Militares en la Edad Media*. Madrid: Arco / Libros, s. l. 1998. p. 10 e 11.

<sup>170</sup> SENNET, Richard. *Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 1997. p. 137.

<sup>171</sup> ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 240.

Isto fica claro na bula papal *Justis petentium desideriiis*, de 12 de junho de 1159, escrita pelo papa Adriano IV, que concede aos Templários o direito de construir igrejas em Cera. Igrejas que ficariam sob a proteção direta da Sé Apostólica. O que significa que estariam isentos da autoridade dos bispos locais. Esta bula foi resultado dos desdobramentos da querela sobre os direitos eclesiásticos de Santarém. Nela se lê que dentre os direitos do Templo em Cera estava o de:

“Sane crisma, oleum sanctum, consecrationes altarium seu basilicarum, ordinationes etiam clericorum qui ad sacros ordinis fuerint promouendi, a quocumque malueritis suscipietis episcopo qui, nostra fultus auctoritate, quod postulatur indulgeat. Ad indicium autem huius a sede apostoritate percepte libertatis, unun libram cere nobis nostrisque successoribus, annis singular, persoluetis.”<sup>172</sup>

“Quanto ao crisma, os óleos santos, a consagração de altares de igrejas, ordenação de clérigos e aplicação de sacramentos, estariam livres para escolher o bispo que, nesta autoridade, melhor lhes parecesse indulgente. Devendo guardar a obrigação de pagar a Sé Apostólica uma libra de cera anual.”

Como se percebe ao custo do pagamento de um tributo anual bastante razoável, o Templo garantia sua virtual autonomia sob uma vasta região. E mais do que isto: a bula *Justis petentium desideriiis*, representou uma conquista legal bastante expressiva. Isto porque os próprios capelães templários passariam a controlar a execução do serviço religioso e a aplicação e administração dos sacramentos

---

<sup>172</sup> MONUMENTA HENRICINA. Documento 5. Coimbra, 1960. v. I. p. 13.

cristãos, aos moradores de Cera. Serviços de primeira necessidade, dentro da mentalidade religiosa medieval. O citado *oleum sanctum*, o óleo santo, é usado pelo fiel cristão tanto na cerimônia de Batismo quanto na de Extrema Unção, a atual Unção dos Enfermos, passando pelo Matrimônio. Ou seja: em praticamente todas as etapas de sua existência de crente. Em vista disto, fica óbvio perceber que através deste, para usar um termo moderno, monopólio sobre as práticas espirituais institucionais, não seria difícil para o Templo acumular a quantia pedida em tributo pelo Papa e muito mais até.

Mas o ponto mais importante do documento é ainda outro: esta na permissão adquirida pelos Templários para construir novas igrejas em Ceras. Ação que certamente aumentaria a autoridade da Ordem na região e, juntamente com isto, multiplicaria a arrecadação dos direitos eclesiásticos adquiridos. Um belo manancial que seria motivo de futuras discórdias com o bispo de Lisboa.

Muitas destas igrejas edificadas pelo Templo costumavam ser dedicadas a um grupo seletivo de santos: São Vicente, São Brás e Santo Antão; personagens que ficaram amplamente identificáveis como “santos templários”.<sup>173</sup> Afora estes casos as igrejas e castelos templários invariavelmente eram oferecidas a Virgem. Tradição que se firmou certamente devido a influência de Bernardo de Claraval, um dos grandes artífices do culto mariano que tomou força na Europa a partir do século XII. Devido a isto, no imaginário popular medieval, a imagem dos monges / guerreiros estava intimamente amalgamada com a da Virgem.

Neste sentido convém salientar que os castelos de Soure, Pombal, Redinha e Tomar foram dedicados à Virgem. O Templo ergueu igrejas consagradas a seu culto em Montalvão e Alpalhão, sob a invocação de Nossa das Graças; sendo que

---

<sup>173</sup> LAMY, Michael. *Os Templários - essas grandes senhoras de mantos brancos*. Lisboa: Notícias, 2000. p. 6.

no primeiro passaria depois para Nossa Senhora dos Remédios. Em Arronches dedicariam uma igreja a Nossa Senhora da Luz e em Pontalegre a Santa Maria, a Grande.

Mas, sem dúvida, o mais importante santuário mariano templário português, que serviu de modelo para todos os outros, foi o de Santa Maria do Olival, em Tomar. Segundo a tradição esta igreja foi edificada sobre as fundações de uma antiga igreja beneditina. Foi anteriormente mosteiro, bailio e panteão. Apesar de muitas vezes ser indicada como uma construção do século XII, suas características arquitetônicas confirmam que na verdade data da segunda metade do século XIII, reformada nos séculos seguintes.<sup>174</sup> A única construção com fins unicamente religiosos feita pelos Templários em Tomar nesta época, século XII, foi a charola do que seria futuramente o Convento de Cristo.

Este fenômeno de identificação Templo / Virgem é facilmente percebido no início do Canto XXXI da *Divina Comédia*. Nele se lê que o próprio Bernardo de Claraval, substituindo Virgílio no papel de guia de Dante, leva o protagonista do poema a observar uma gigantesca rosa, onde se encontrava não sua procurada Beatriz e sim Maria de Nazaré.<sup>175</sup> Extasiado Dante exclama que vê:

*“In forma dunque di candida rosa  
Mi si nistrava la milizia santa,  
Che nel suo sangue Cristo fece sposa.”*

“Na forma de alva rosa imaculada

---

<sup>174</sup> CASTRO, Miguel de Mello e. *Pedras-de-Armaz de Tomar*. Lisboa: Edição de Álvaro Pinto (‘ocidente’), 1995. p. 15.

<sup>175</sup> DANTE ALIGHIERI. *A Divina Comédia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979. v. II. p. 540.

Aos meus olhos surgiu a milícia santa,  
Pelo sangue de Cristo desposada.”

A alusão ao templo é óbvia. É inegável que a *Divina Comédia*, obra que indubitavelmente foi a grande organizadora literária da cosmologia mística da Igreja, alude, confirma e fomenta a ligação simbólica entre o Templo, a *milizia santa*, e a Virgem, a *Regina del cielo* de Bernardo. Em Portugal, algo necessário. Para sossegar corações e mentes na dura vida real das fronteiras portuguesas dos séculos XII e XIII, não bastava a espada; fazia-se também necessária a Cruz Vermelha sobre o Sagrado Coração.

### **3. 2 – Tomar dos Templários**

A primeira visão que o viajante tem ao chegar em Tomar é impressionante. Existe uma vila, e há um rio, o Nabão, mas é um monte, atrás e acima do povoado, que domina a paisagem. Nele há um castelo. Parece inexpugnável. A história, durante os tempos em que os castelos faziam a maior parte do que se chama de História, mostrou que de fato o é. Este é um castelo Templário: o castelo de Tomar, sede da confraria em Portugal de 1160 à 1312.

Esta praça forte foi edificada com o missão de ser ao mesmo tempo a sede quiçá definitiva da Ordem e a cabeça principal da defesa da linha do Tejo. Curiosamente sua feliz localização foi resultado de uma segunda opção. Originalmente o castelo seria feito a partir das ruínas da antiga fortaleza de Ceras, na freguesia de Alvoleira, no concelho de Tomar; em terras doadas pelo rei Afonso Henriques para compensar a confraria pela perda do eclesiástico de Santarém. Mas, a

bem da verdade, aquele não era um local dos mais apropriados para se erguer uma praça forte com a magnitude planejada. Tampouco possuía os requisitos necessários para receber o convento e igreja que se seguiriam. Ademais o solo era árido e de pouca elevação; portanto vulnerável a ataques.

Contra todos estes argumentos negativos a escolha recaiu ali por dois motivos: um de economia e outro sentimental. Pretendia-se aproveitar algo dos alicerces do prédio anterior e existia ao mesmo tempo o ardoroso desejo por parte dos monges / guerreiros de habitar sobre solo sagrado:<sup>176</sup> no caso as proximidades do local do martírio de santa Iria, ou santa Irene,<sup>177</sup> ocorrido na vila goda de Nabância, que existia ali no século VII.

Àquela região é de povoação antiquíssima e guarda suas histórias; sacras e profanas. Existe registro de presença humana sedentária desde o Paleolítico Superior. Seu primeiro núcleo urbano arqueologicamente comprovado remonta a 2<sup>o</sup> Idade do Ferro. No final do século I a. C. a região foi submetida pelos romanos, que aplicaram seu tradicional sistema de exploração econômica denominado de *villa rustica*. Nestes moldes fundaram a povoação que seria conhecida como Sellium, na margem esquerda no rio. Não possuía necessariamente ruas, senão a seqüência da estrada que levava a ela, ladeada por um aleatória conjunto de pequeníssimas casas. Seus habitantes quase não ficavam em seus lares. Seguindo o costume romano estavam sempre trabalhando ou na praça pública.<sup>178</sup>

Inicialmente Sellium sobreviveu basicamente da agricultura e do pastoreio. Depois da definitiva conquista da Ibéria e submissão dos lusitanos,

---

<sup>176</sup> SANTOS, José António dos. *Monumentos das Ordens Militares do Templo e de Christo em Thomar*. Lisboa: Biblioteca Universal, 1879. Edição fac-similada de 1998. p. 34 – 35

<sup>177</sup> Esta personagem inspiraria o nome de Santarém; palavra que deriva de Sant'Iria. Foi nos arredores desta cidade, então Scalabis, distante alguns quilômetros de Nabância, que foi encontrado o corpo da mártir Iria, trazido pelo rio.

<sup>178</sup> MONTESQUIEU. *Considerações Sobre as Causas da Grandeza dos Romanos e de sua Decadência*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002. p. 9.

sobretudo pela ação de Décio Júnio Bruto e Cipião Ermílio, entrou em um período de notável prosperidade econômica, conhecendo, pode-se afirmar, certa grandeza.<sup>179</sup> Como era de praxe nas províncias romanas mais distantes, que ao contrário da capital do Império gozavam de certa liberdade municipal, teve seu senado, seu corpo aristocrático e suas magistraturas eletivas.<sup>180</sup> As ruínas do que se supõe ser o fórum de Sellium ainda podem ser vistas na margem esquerda do rio.

Este núcleo urbano é citado nos escritos de Ptolomeu e nos itinerários das viagens de Antonino, escrito no início do século III, sendo localizada por ele a meio caminho de Scalabis, futura Santarém, e Conimbriga.

Com a decadência romana, e as invasões bárbaras, Sellium desapareceria, dando lugar a Nabância; vila de hábitos germânicos que foi durante vários anos a fronteira natural entre os suevos e os alanos. Até a invasões árabes. Apesar de algumas versões desta passagem histórica indicarem que não houve combates, saques ou destruição incondicional do universo das povoações godas entre o Tejo e o Mondego, tendo todas se rendido em condições razoáveis, sem resistência, o fato é que elas não sobreviveram muito tempo após o assenhoreamento mouro. Nabância especificamente ficou abandonada durante cerca de 443 anos, até a região ser tomada por Afonso Henriques; que a doou aos Templários em 1159. Assim, somente com o século XII já avançado houve uma tentativa relevante de repovoamento da zona, a partir da construção do castelo que seria a sede do Templo, sobre os escombros do castelo de Ceras.

Porém, a prática mostrou que era praticamente impossível recuperar de forma satisfatória Ceras. Sendo obvio que os trabalhos progrediam

---

<sup>179</sup> CASTRO, Miguel de Mello e. *Pedra-de-Armazém de Tomar*. Lisboa: Edição de Álvaro Pinto ('ocidente), 1955. p. 119 – 120.

<sup>180</sup> FUSTEL DE COULANGES, Numa Denis. *A Cidade Antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 437.

lentamente, aos tropeços, o mestre Gualdim Pais decidiu procurar outro local. Encontrou-o ali mesmo nas proximidades: um monte na margem direita do rio Nabão.

Lendas tomarenses pregam que a escolha se deu por razões místicas, a partir de práticas de “geomância”; baseadas em exercícios de tirada de sorte e predestinação. Reforçando esta visão mágica está o fato de que a monte fazia parte de uma pequena cadeia de sete elevações, que tornou-o conhecido como o *Lugar dos Sete Montes*;<sup>181</sup> tal qual as sete colinas de Jerusalém, as sete colinas de Roma ou as sete colunas de Constantinopla. Cidades de forte apelo mítico que, em maior ou em menor medida, fazem parte da biografia templária. Mas, apesar do pitoresco destes mitos, o certo é que o experiente guerreiro que era o mestre da Ordem levou em conta sobretudo as características defensivas do lugar. Este monte, de respeitosa elevação, possuía duas vertentes íngremes, convergindo para uma extensa planície; garantindo uma visão ampla da paisagem a ser defendida. Um local perfeito para se construir uma fortaleza. Assim foi feito.

Uma lápide de mármore que serve de verga da janela do segundo piso, do lado sul, da Torre de Menagem do castelo data o início de sua construção em 1160. Lê-se:

*“In: E: M.C. LXVIII. Regnante Alfonso. Illvstrissimo rege portugalis dominus. Galdino magister portucalensivm militvm templi. Cvm fratribus sus primo die marcii cepit hadificare hoc castelvm nomine Thomar. Qvod prefatus rex obtvliit. Deo: et militibus templii.”*

---

<sup>181</sup> BARBOSA, Álvaro José. A Arquitetura Templária de Tomar – nascimento e devir. In: *Cadernos da Tradição – o Templo e a Ordem Templária em Portugal*. Lisboa: Hugin, 2000. p. 152.

“Em primeiro de Março de 1198, durante o reinado de Afonso, ilustríssimo rei de Portugal, Gualdim, mestre dos cavaleiros portugalenses do Templo, juntamente com seus irmãos, começou a construção deste castelo, de nome Tomar, que o rei ofereceu a Deus e aos cavaleiros do Templo”.

Conveniente lembrar que na contagem da chamada Era Hispânica, regularmente usada em lápides comemorativas como a citada, que se iniciava a partir da dominação romana da Península Ibérica no ano 38 antes de Cristo, 1198 equívale ao ano de 1160 da cronologia gregoriana. Um outro detalhe destacável é o dia indicado como o do preciso início das obras: primeiro de Março. Provavelmente trata-se de uma data simbólica, de fantasia: o dia primeiro de Março era o primeiro dia do ano legal.

O nome do castelo e, por extensão, da vila veio daquele dado ao rio Nabão pelos conquistadores árabes. Neste idioma a palavra “tomar” indica a pureza de suas águas. Uma outra opinião, menos plausível em meu entender, apregoa que a denominação Tomar derivou de Tomás; do nome de são Tomás da Cantuária, outro dos santos templários e, talvez, patrono daquela edificação.

É indubitável que trabalho escravo muçulmano foi utilizado.<sup>182</sup> Era então de praxe e se repetiu nas edificações dos castelos templários em Soure, Ega, Redinha e Pombal.

Contudo, se podemos indicar com precisão o início da construção, é impossível determinar seu término. As obras no castelo de Tomar estenderam-se por séculos a fio. Ao longo do tempo infintos acréscimos à estrutura original foram

---

<sup>182</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz & HOMEM, Armando Luís de Carvalho (Orgs.) *Nova História de Portugal: Portugal em Definição de Fronteiras - do Condado Portucalense à crise do século XIV*. Lisboa: Presença, 1996. p. 309.

realizadas. Entre reformas e ampliações, em fins do século XVIII ainda se somava pavimentos.

Mas, no que se pode chamar de seu primeiro feitio, aquele feito para atender as necessidades imediatas dos primeiros monges / guerreiros que o ocuparam, sob o comando de Gualdim Pais, o prédio organizava-se em três grandes espaços rigorosamente delimitados.

O primeiro e mais importante era a Alcáçova: área de 0, 5 hectares reservada ao uso exclusivo dos freires templários. Ali ficava a torre de menagem e a cisterna. A Alcáçova tinha comunicação direta com o convento. O oratório dos monges, chamado de charola, e os claustros mais antigos remontam ao século XII. O mosteiro, tal qual o restante do castelo, é marcado pelo estilo maciço. É murado como uma pequena fortaleza dentro da outra fortaleza.

O segundo era o Pátio: espaço aberto dentro das muralhas que podia receber as populações das circunvizinhanças em caso de ameaça ou cerco.

O terceiro era a Almedina: com cerca de 1, 5 hectares destinava a receber o estabelecimento dos civis que habitavam o castelo.

Nos séculos XI e XII eram comuns a existência de espaços virtualmente livres e / ou desabitados dentro do limite dos recintos amuralhados. Serviam para cultivar hortas que em caso de cerco sustentariam a resistência dos assediados, para receber refugiados de invasões ou mesmo para se guardar o gado dos arredores. Grosso modo os documentos denomina-os genericamente de “cortes”. Em Portugal esta palavra tem um sentido dúbio. Também era muito usada para designar uma casa ou um casal,<sup>183</sup> uma família no caso. Seja como for o certo é que

---

<sup>183</sup> VENTURA, Leontina. *A Muralha Coimbrã da Documentação Medieval*. Coimbra: Imprensa de Coimbra, 1979. p. 55.

uma das funções do castelo de Tomar era receber, abrigar, “cortes”, famílias, em suas “cortes”, espaços livres, em caso de invasão. O que, como já foi citado, foi necessário fazer em 1190; por ocasião da invasão do exército mouro de Yacub.

A função estratégica do castelo de Tomar era sobretudo defensiva. A edificação foi erguida ao estilo dos castelos românicos. Com muros altos e espessos, feitos em cantaria ou alvenaria, destinavam-se mais a defesa do que ao ataque. As torres costumavam ser quadrangulares. O Templo, em Tomar, introduziu em Portugal uma novidade da arquitetura militar: a torre de menagem. Mais alta e mais resistente do que as usadas até então. Neste sentido convém observar que o desenvolvimento da arte da construção de fortalezas ocorrido na Idade Média evoluiu para um desenho com muito mais ênfase na engenharia do que na arquitetura. Mais importante que o apelo estético eram os cálculos de peso e resistência dos materiais.<sup>184</sup>

Posteriormente foram erguidas outras torres de menagem nas fortificações templárias de Penas Róias, em 1166, em Pombal e Almourol em 1171 e em Longraiva em 1174.

Com a construção da praça forte templária e a quase subsequente oferta de uma carta foral as populações que vinham habitar a vila nascente, a região de Tomar prosperou com enorme rapidez. Seu primeiro foral remonta a 1162 e era inspirada no foral de Coimbra, de 1111.<sup>185</sup> O que, grosso modo, não o fazia muito diferente do regime jurídico instituído pelo poder régio nas regiões vizinhas.<sup>186</sup> Mas foi o que bastou para inspirar segurança e potencialidade. Atraiu diversos casais vindos das mais diversas partes do reino, que ali se fixaram. Esta importância rapidamente

---

<sup>184</sup> MUMFORD, Lewis. *A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1982. p. 392.

<sup>185</sup> Ver em DOCUMENTOS MEDIEVAIS PORTUGUESES. Documentos Régios. p. 25. Tomo I, Volume I.

<sup>186</sup> CONDE, Manuel Silvío Alves. *Tomar Medieval: o espaço e os homens (séculos XIV e XV)* Lisboa: dissertação de mestrado em História Medieval apresentada a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1988. p. 27 – 28.

adquirida pode ser evidenciada por uma observação simples: no início do reinado de Dom Dínis, Tomar fornecia quarenta besteiros ao exército real. Um número bastante expressivo. No confronto com os concelhos mais próximos ficava logo atrás de Santarém e Leiria, aproximado de Abrantes e Coimbra e bem a frente de Pombal, Torres Novas, Ourém e Montemor-o-Velho.

Sem dúvida colaborou para este rápido progresso o fato de Tomar localizar-se no coração de numa das mais movimentadas rotas de passagem de Portugal medieval: a *strada maior*. Esta rota antiquíssima, tendo sido traçada pelos romanos, manteve-se na Idade Média como a principal via de comunicação portuguesa, indo do Minho até os limites da Reconquista. Começava no extremo norte. Passava por Ponte de Lima, Braga e Porto. Passava como alternativa por Guimarães e Vermoin. Recomeçava em Gaia, rumando a Vila de Feira, Águeda, Coimbra e chegava a Tomar. O viajante que tendo partido do norte ou centro de Portugal e desejasse chegar a Santarém ou a Lisboa geralmente passava pela vila templária. E mais do que isto: tomando o rumo contrário, de sul para norte, Tomar estava também em uma das principais rotas portuguesas para Santiago de Compostela.<sup>187</sup> Com a multiplicação de povoações protegidas pelas ordens militares ao longo da *strada maior*, reabriu-se ou revigorou-se diversas rotas comerciais e de peregrinação, nacionais ou internacionais, onde se circulava excedentes de sua produção local.<sup>188</sup>

A organização urbanística foi uma preocupação constante do Templo no processo de formação das povoações que fundaram. A parte mais antiga da vila de Tomar é um peculiar exemplo da aplicação de soluções de plantas urbanas marcadas pela simetria. Caracterizava-se pela regularidade do traçado das ruas,

---

<sup>187</sup> GUINGUAND, Maurice. *O Ouro dos Templários – Gisons ou Tomar?* Lisboa: Bertrand, 1975. p. 69.

<sup>188</sup> MUMFORD, Lewis. *A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1982. p. 280.

distribuição equilibrada do casario e presença de diversos espaços abertos, tais como praças e rossios, com a nítida função de facilitar a circulação. Não apenas seguia-se o modelo dos antigos povoados coloniais romanos, difundidos no medievo através das vilas fundadas pelos príncipes franceses, italianos e alemães, com disposição em forma de grade, tendo uma praça central funcionando como um mercado,<sup>189</sup> mas o aperfeiçoava. Sobretudo no sentido da funcionalidade.

Na documentação anterior ao século XII, em Portugal, não é comum encontrar ruas indicadas com nomes próprios definidos. Nos séculos X e XI, normalmente, se usava definições genéricas tais como “*orientalem via publica*” ou “*occidentalem via publica per medium*”, ou seja: via pública oriental e via pública ocidental central. A partir do início do século XII, passou-se a indicar ruas, ou vias, ou vicos, como também se usava, através de suas características mais específicas, tal como sua função econômica / social ou algum acidente geográfico. No início do século seguinte já é usual encontrar indicações de nomes como “rua da Ponte” ou “vico de sobre a Ripa”.<sup>190</sup>

Apesar de grande parte da documentação concelhia de Tomar ter se perdido, através de estudos urbanísticos / arqueológicos foi possível determinar o feitiço aproximado que teria em seus primórdios. No princípio de sua povoação a vila se limitava as ruas do que se chamava Pé da Costa, próximas do morro onde fica a fortaleza, que se ligavam a Calçada de São Tiago e a estrada que levava a Lisboa e Coimbra. Havia uma parte ribeirinha desta estrada que seguia até a confluência do riacho de Riba Fria e o Nabão. Ali existia uma praça, chamada da Ribeira ou do Município, onde ficava o Pelourinho, da qual partia um atalho até a antiga via romana e

---

<sup>189</sup> PALEN, John J. *O Mundo Urbano*. Rio de Janeiro: Forense-universitária, s / d. p. 321.

<sup>190</sup> VENTURA, Leontina. *A Muralha Coimbrã da Documentação Medieval*. Coimbra: Imprensa de Coimbra, 1979. p. 54.

a rua dos Moinhos. Próxima a margem do rio Nabão ficava a igreja e o convento dedicados a Santa Iria. Segundo a tradição foi neste local que seu cadáver teria sido jogado ao rio. São construções aparentemente anteriores a presença templária em Tomar. Descendo o vale pela Calçada de São Tiago chegava-se a parte mais seca das várzeas, entre os ribeiros de São Gregório e a Riba Fria, onde funcionava uma espécie de campo de treinamento para os cavaleiros Templários. Por se dizer na época que lá se “corriam lanças”, o local foi batizado como Corredoura. Nome que a tradição ainda conserva.<sup>191</sup>

Apesar desta gênese bucólica a paisagem urbana tomarense não era de modo algum estática. Em 1165, já é mencionado em documento transações comerciais de prédios em Tomar: uma casa na vila é vendida por um homem chamado Gonçalo Ferreira, juntamente com sua esposa, que muitas vezes são citadas em cartas como esta, a um indivíduo de nome Pelágio Gonçalves. O trecho superior esquerdo do documento esta ilegível, inutilizada por uma grande mancha de tinta. Ao lado e abaixo se pode ler:

*“(...) hec elt kan ya vendicionif ifirmitudif gm iuffi face ego Gonzalvo Ferreir (...). Vendim aub Pelagio Gozalu zuros zua Geluira Pelaiz ves domo habuim i Thomar. Suit aut imini ei. In orzete Gozalo (...) et Pedriz. Snalone. Pf fagudiz ina África pare via publica”.*<sup>192</sup>

“(...) e realizei e firmei uma venda, eu Gonçalo Ferreira, (...) a Pelágio Gonçalves e sua Geluira Pelágio uma casa habitável em Tomar. Há

---

<sup>191</sup> ROSA, Amorim. *De Tomar*. Tomar: a Gráfica de Tomar, 1960, p. 27.

<sup>192</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Gaveta III, maço 3, número 1.

uma pocilga nela. Em ordenança Gonçalo (...) e Pedro testemunha. Fica voltada para a África na via pública.”

Mesmo dentro dos muros do castelo transações de propriedade ocorriam com regularidade. Entre civis ou envolvendo o Templo. Em 1172 documentou-se uma doação a concretizar-se *post mortem*, visando o sufrágio da alma.

*“Ego Dona Justa dolens meal peccatos deor mansiom Templi marta mea domos me as quas babeo intus castellum de Tomar iuxta murum.”*<sup>193</sup>

“Eu, dona Justa, de boa fé e por meus pecados, faço doação ao Templo de algumas casas habitáveis que possuo dentro dos muros do castelo de Tomar.”

Estas doações consistiram de propriedades localizadas ainda na Almedina. Um outro documento, datado de 1178, cita a existência prédios fora dos muros, na corredoura.<sup>194</sup>

O crescimento populacional do povoado foi constante do século XII até o XIV. Apesar de enfrentar graves crises ao longo destes duzentos anos, Tomar não deixou de prosperar. A primeira metade do século XIII foi especialmente rica em desastres: péssimas colheitas e fome generalizada em 1202 e uma terrível peste no mês de agosto de 1206. Apesar destes flagelos, as décadas seguintes trouxeram os anos áureos do povoado. Os motivos foram vários. Para começar a conquista de

---

<sup>193</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Leitura Nova. Mestrados. Folha 43 verso.

<sup>194</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Ordem de Cristo. Código 234. 2º parte. Folha 31.

Alcácer do Sal, em 1217, e a queda de Badajoz e outras povoações vizinhas entre 1226 e 1232, garantiram uma maior segurança na linha do Tejo. Terminava o domínio almóada, iniciando um terceiro período de dominação taifas. Soma-se a isto o alarmante crescimento do banditismo no norte português, que provocou uma debandada em maça de populações para o centro e o sul do reino. Tal migração demográfica redundou em Tomar no surgimento de diversas novas ruas, fora do perímetro muralhado.

Ademais, em 1230 o papa Gregório IX concedeu indulgência a quem peregrinasse até a igreja de Santa Maria de Olival. A esta mesma igreja o rei Sancho II deixou em testamento a quantia de duzentos maravedis. Remonta também destes tempos de prosperidade o início da construção da primitiva igreja de São João Batista, erguida na vila junto a corredoura. Somente foi terminada, tomando as formas que ainda hoje guarda, em estilo gótico português, semelhante a de Santa Maria do Olival, no século XV, por ordem de Dom Manuel.

O crescimento populacional e econômico foi diminuindo de intensidade a partir do começo século XIV. Data desta época o abandono do plano urbanístico original. O ideal de regularidade deixou de ser imperativo. Este declínio urbano foi talvez resultado do período de confusão gerado pela extinção da confraria do Templo e sua substituição pela Ordem de Cristo, somado ao declínio demográfico sofrido pela Europa no século XIV.

Dentro do pequeno universo urbano tomarense não a praça central, como era comum no medievo, mas sem dúvida o castelo templário funcionava como o epicentro para praticamente todas as atividades da vila. Nele se recebia tributos, realizava trocas de produtos agrícolas e, certamente, também era um centro consumidor. Por ele passava toda a produção regional e se decidia seu destino.

Mas qual produção?

Fundamentalmente Tomar mantinha-se através da agricultura e da criação de animais. Boa parte de seu solo era ocupada por pastos. Permanentes ou alternados com a produção de cereais<sup>195</sup> e outros produtos. Os mais importantes eram o trigo, o centeio, legumes, favas, uvas, azeite e, sobretudo, a azeitona. Em 1576, um visitante chamado Bartolomeu de Villalba mencionou em seus escritos que Tomar era terra de muitas águas e de muitas azeitonas.<sup>196</sup> Declaração que se tornou célebre e que veio a confirmar uma antiga vocação.

Ainda que em um segundo nível a prática da pesca também possuía uma considerável importância dentro do sistema econômico local. Igualmente a caça era bastante praticada, sobretudo de raposas e lobos, mas também de animais pequenos como coelhos. Porém, parece não existir indicativos de que fosse uma atividade vital.

Vital sim era a extração mineral. Ao longo do *Lugar dos Sete Montes* desenvolveu-se uma considerável atividade mineradora. Extraia-se metais como o ferro e até mesmo ouro; muitas vezes em minas abertas e exploradas nos tempos romanos.<sup>197</sup> Além disto retirava-se em grandes quantidades pedra, cal, barro e enxofre.

O uso de escravos mouros nestas minas não foi incomum. Mas estes não eram considerados parte do extrato de cidadãos. O foral de 1162 omite-se quanto àqueles moradores que não possuíam bens ou não respondiam por si. E não se

---

<sup>195</sup> CONDE, Manuel Silvio Alves. *Tomar Medieval: o espaço e os homens (séculos XIV e XV)* Lisboa: dissertação de mestrado em História Medieval apresentada a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1988. p. 11.

<sup>196</sup> JANA, Ernesto José Nazaré Alves. A Vida Económica do Convento de Cristo (1529 – 1630). In: FERNANDES, Isabel Cristina (Org.) *Ordens Militares: guerra, religião, poder e cultura*. Lisboa: Colibri, 1998. II v. p. 229.

<sup>197</sup> GUINGUAND, Maurice. *O Ouro dos Templários – Gisons ou Tomar?* Lisboa: Bertrand, 1975. p. 70.

tratava apenas de escravos mouros, mas também de cristãos muito pobres: tais como assoldados, braceiros ou jornaleiros.

Segundo Herculano o foral de 1162 instituiu o que chamou de “concelho imperfeito”. Por este modelo instituiu-se duas categorias de habitantes com direitos e deveres distintos: os cavaleiros-vilões, os *milites*, e os peões, e os *pedites* ou *tributari*. Segundo o foral “*vobis que in Thomar estis habituri maioribus et minoribus cuius cumpre ordinis sitis*”; ou seja: “vós que habitam em Tomar são em maiores e menores e cumprem ordens diversas”. O que definia a diferença entre um e outro era fundamentalmente a capacidade que tinham de possuir e manter montaria e armas para fazer a guerra. No medievo o guerreiro profissional, o *bellator*, era em diversas ocasiões obrigado a fazer campanhas ao lado de amadores. Mercadores, artífices e produtores rurais, mediante exigências legais ou regras sociais, também envergavam espadas. Exercer uma participação ativa no exército local garantia um status que destacava o indivíduo da população em geral. No caso de Tomar especificamente poderia até mesmo o nivelar aos privilegiados de outros concelhos.

Os cavaleiros-vilões que residiam em Tomar obtinham privilégios semelhantes aos infanções de outras vilas. Possuíam imunidade fiscal e foro próprio. As mesmas horas caberiam aos clérigos da milícia: ainda que não fossem nobres de nascimento teriam os mesmos favores que os cavaleiros-vilões. O mesmo poderia ocorrer com vilões que conseguissem fazer fortuna. A exigência para se almejar a posição era que o indivíduo possuísse um casa, uma junta de bois, quarenta ovelhas e duas camas; ou o equivalente em valores monetários. Nada de faustoso, portanto. Mesmo para os níveis medievais. De modo geral, mesmo os nobres empobrecidos

possuíam mais. Neste sentido, o cavaleiro-vilão tomarense não precisava estar acima da condição social de um médio proprietário.<sup>198</sup>

O outro estrato tomarense, a peonagem, era por sua vez formado de modo geral por pequenos proprietários e mesteiros.

Em contrapartida o direito concelhio exigia dos infanções puros que desejassem viver em Tomar a obrigação de sujeitarem-se ao estatuto inferior de cavaleiro-vilão: equipararam-se em honras aos demais *milites* da povoação.

Esta norma de cerceamento de direitos naturais na nobreza não era um privilégio dos núcleos urbanos templários. Diversos concelhos utilizavam-na a largo. Muitos chegavam a proibir a fixação de infanções em seus limites temendo que depois de algum tempo vivendo entre eles passassem a desrespeitar as regras jurídicas locais, exigindo seus privilégios. Porém, o fato de Tomar ser a sede de uma poderosa Ordem Militar garantia de modo mais satisfatório que a influência do estrato nobiliárquico se avolumasse.

Conceder liberdade foral as vilas significava em certa medida a renúncia do senhorio a alguns de seus atributos, e também de muitas de suas obrigações, tornando-o na prática o primeiro entre iguais em meio as outras entidades corporativas urbanas.<sup>199</sup> No caso das vilas templários este relevo era garantido pela prática de se entregar os cargos magistrados de juiz e alcaide, o chefe militar concelhio, normalmente reservados aos grandes nobres, a um freire do Templo: o comendador da Ordem na local.

---

<sup>198</sup> CONDE, Manuel Silvío Alves. *Tomar Medieval: o espaço e os homens (séculos XIV e XV)* Lisboa: dissertação de mestrado em História Medieval apresentada a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1988. p. 219.

<sup>199</sup> MUMFORD, Lewis. *A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1982. p. 276.

A ordem pública era também uma preocupação constante do Templo. A segunda carta foral de Tomar, de 1174, complementar a primeira, refere-se basicamente as questões jurídicas, as punições aos crimes cometidos no concelho; ou por outra: dentro da jurisdição dos Templários. Certamente este documento surgiu como resultado do próprio crescimento da cidade. Nestes quatorze anos que separam o início da construção do castelo e a segunda carta foral, Tomar deve ter atraído todo tipo de pessoas interessadas em desfrutar de suas “boas águas”; e ainda desfrutar tranqüilamente da proteção da *militia Christi*. Sendo com certeza a maioria sem meios, talvez fugitivas. Párias sociais que era preciso disciplinar<sup>200</sup> com o rigor da lei. Até porque, como é sabido, o ajuntamento de pessoas nas cidades gera inevitavelmente embriagues, rixas, brigas e vinganças; que muitas vezes redundam em crime.<sup>201</sup>

O ambiente urbano medieval era por definição seletivo. Os migrantes constituíam ao mesmo tempo uma necessidade e um perigo. Um perigo do qual se tinha muita consciência. Mesmo em Portugal, onde as práticas de servidão feudal foram bastante peculiares, chegar a uma cidade e desfrutar de seu ar de liberdade, não era algo simples: dependia da aceitação do universo da comunidade e muitas vezes da proteção de um padrinho. Alguém que inserisse o recém-chegado no corpo comunal, o iniciasse em um ofício e que lhe facilitasse a aquisição de uma moradia. Este papel poderia caber a um familiar ou, como vimos, a um compatriota.

Ainda assim muitos eram expurgados.

Apesar deste rigoroso controle judicial e administrativo, desde muito cedo houve em Tomar uma velada, talvez a palavra certa não seja resistência,

---

<sup>200</sup> CONDE, Manuel Silvio Alves. *Tomar Medieval: o espaço e os homens (séculos XIV e XV)* Lisboa: dissertação de mestrado em História Medieval apresentada a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1988. p. 27.

<sup>201</sup> ROSSIAUD, Jacques. O cidadão e a vida na cidade. In: LE GOFF, Jacques (Org.) *O Homem Medieval*. Lisboa: Presença, 1989. p. 107.

mas, desapego a aparentemente onipresente e fundamental presença dos Cavaleiros Templários. Alguns cidadãos, excedendo os limites de seus direitos forais, desafiavam-na.

Exemplo notório é o caso de João de Eanes, alcunhado de João Cão Calça Perra, tabelião em Tomar, até onde se sabe, entre 1190 e 1191. Ele entrou em querela com o Templo e com um certo Aparício devido ao direito de uso de alguns moinhos na ribeira de Ceras.<sup>202</sup> O Templo procurava manter para si a exclusividade da posse de moinhos e lagares de vinho e azeite.<sup>203</sup> Não foi possível encontrar documentos que indicassem o resultado da questão. Apesar disto sabe-se que o problema dos moinhos estendeu-se literalmente por séculos. Somente em 1615 um parecer régio o resolve parcialmente. Baseado no foral novo de Tomar de 1520, instituído por Dom Manuel, o parecer mantém a prioridade da Ordem de Cristo, herdeira do Templo, em construir e manter lagares nas vilas de Tomar e Pias e seu termo; mas também concede aos populares o direito de, na falta, ou em uma interpretação livre da lei, na insuficiência, de lagares e moinhos, construir em seus propriedades engenhos particulares. As lagariças, como se chamava as lagares clandestinas, seguiram proibidas. Fosse hoje este caso seria catalogado nos anais do direito como uma vitória do povo contra o Estado.

A verdade é que a autoridade do Templo sempre foi contestada nas terras que lhes foram doadas. Sobretudo pelo alto clero português, que não admitia a condição de isentos episcopais das Ordens Militares. As querelas judiciais eram constantes entre os lados. Mesmo depois do acordo de 1159, com Dom Gilberto, bispo de Lisboa.

---

<sup>202</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Leitura Nova. Mestrados. Folha 15.

<sup>203</sup> JANA, Ernesto José Nazaré Alves. A Vida Económica do Convento de Cristo (1529 – 1630). In: FERNANDES, Isabel Cristina (Org.) *Ordens Militares: guerra, religião, poder e cultura*. Lisboa: Colibri, 1998. v. II. p. 231-232.

Entre 1182 e 1184 o bispo de Coimbra moveu uma contenda contra os freires do Templo, exigindo o pagamento dos direitos episcopais sobre as Igrejas de Pombal, Redinha e Ega. O arcebispo de Braga, Dom Godinho, e o Bispo de Porto, Dom Fernando Martins, na condição de juizes delegados papais deveriam decidir a contenda.

Um dos depoentes no caso, chamado de presbítero Cipriano, afirmou que as igrejas de Pombal, Redinha e Ega, e portanto as vilas, foram erguidas oito anos após a tomada de Santarém e Lisboa. Segundo ele a quarta parte de Ega já se encontrava cultivado quando da chegada dos Templários. Todo restante estava abandonado, com exceções de alguns poucos torrões de terra no Soure, cultivado pelos habitantes deste castelo.

Outra testemunha, Martinho Salvador, afirma que vinte anos antes, no palácio de Afonso Henriques, ouviu o bispo Dom Miguel queixar-se contra os Templários ao rei, reclamando os direitos eclesiásticos das três vilas.<sup>204</sup>

Em suma, através de testemunhas provavelmente parciais, ligadas a Sé de Coimbra, tentava-se provar que os Templários não obtiveram aquelas áreas em litígio na condição de "*terram desertam in marchia sarracenorum*", ou terras desertas no caminho dos sarracenos, como a confraria sustentava. Mas que já a receberam parcialmente ocupadas e devidamente cristianizadas. Já ligadas à diocese de Coimbra. Portanto os freires não tinham direito a seu eclesiástico.

A doação de Idanha ao Templo servia como precedente na contenda. Doadada a confraria em 1165, nada se fez nestas terras. Permaneceu deserta e estéril. Somente em 1194, anos depois do julgamento, por iniciativa régia, se tentou

---

<sup>204</sup> AZEVEDO, Rui Pinto de. Período de Formação Territorial: expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. Agentes colonizadores. In: *História da Expansão Portuguesa pelo Mundo*. Lisboa: Ártica, 1937. v. I. p. 23- 24.

realizar nesta região um plano de povoamento. Parcaamente realizada uma segunda doação ao Templo foi feita. O resultado foi novo insucesso. Seguiu-se uma onda de ataques agarenos e as vilas duramente erguidas foram destruídas e saqueadas. A questão somente se resolveu definitivamente em janeiro de 1229. O rei Sancho II entregou Idanha a um seu chanceler, mestre Vicente, e deu-lhe foral em abril do mesmo ano; iniciando um bem sucedido processo de povoamento.

Uma análise *a posteriori* do processo entre a Sê Coimbrã e o Templo, indica que de modo geral os argumentos usados contra a ordem militar foram bastante contestáveis, frágeis. Se por um lado de fato, geralmente, a comunidade rural precedia a senhoria,<sup>205</sup> ou a urbana, por outro seria preciso considerar sua importância imediata, e mesmo numérica, no contexto daquelas então regiões de fronteiras; que sem dúvida foram amplamente colonizadas pelo Templo.

Mas os delegados papais não entenderam assim. Terminaram por dar razão ao bispo de Coimbra, determinando que a quantia pedida fosse entregue no prazo de vinte dias após o recebimento do aviso oficial. Caso não se cumprisse a, em termos jurídicos, *obligatio dandi*, ou obrigação de dar, as igrejas disputadas em Ega, Pombal e Redinha seriam interditadas. Além disto os desobedientes Templários, bem como os paroquianos comuns, foram ameaçados pelos legados papais de serem “*ex autoridade apostolica quan in hac delegatione pungimur u os excommunicamus*”,<sup>206</sup> ou seja: “e com nossa autoridade apostólica delegamos sua purgação e os excomungamos”.

A ameaça não surtiu qualquer efeito: o Templo desacatou a ordem de pagamento e ignorou a excomunhão.

---

<sup>205</sup> CHERUBINI, Giovanni. O Camponês e o Trabalho no Campo. In: LE GOFF, Jacques (Org.) *O Homem Medieval*. Lisboa: Presença, 1989. p. 91.

<sup>206</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Sé de Coimbra. 1º Incorporação. Maço 8. Documento 36.

As igrejas disputadas e seus direitos eclesiásticos permanecem sob júdice ainda por muito tempo.

Porém, em 1186, ocorre uma vitória da milícia na forma da bula *Justis petentium desiderijs*, do papa Urbano III, dirigida ao mestre provincial e Cavaleiros Templários portugueses. Nela se confirma os termos da concessão de Ceras feita por Adriano IV, em bula do mesmo nome de 1159.

*“Vrbanos episcopus, seruus seruorum Dej.*

*Dilectis filijs, magistro et fratribus domus militie Templi salutem et apostolicam benedictionem.*

*Justis petentium desiderijs dignum est nos facilem prebere consersum et uota que a rationis tramite non discordant, effectu prosequente complere.*

*Eapropter, dilecti in Domino filij, uestris iustis postulationibus grato concurrentes assensu, fundos ecclesiarum que in terra de Cera, in castro qui dicitur Thomar, auxiliante Domino, constructe fuerint et capellan de Ozizara”<sup>207</sup>*

“Papa Urbano, eterno servo de Deus.

Diletos filhos, mestre e irmãos da casa militar do Templo, saúde e apostólica benção.

Desejando realizar justiça digna e facilitar o consenso e o voto, avalio e transmito que não discordo do que se segue.

Por assim dizer, dileto Senhor e filhos, considero justa postulação e grata concorrência que mantenham os fundos eclesiásticos da terra de

---

<sup>207</sup> MONUMENTA HENRICINA. Documento 10. Coimbra, 1960. v. I. p. 22 – 24.

Ceras, do castro do castelo de Tomar que construíram, auxiliados pelo Senhor, e da capela de Zêzere.”

Por outro lado a querela com o bispo de Coimbra continuou e a excomunhão foi renovada em 1205, durante o pontificado de Inocêncio III, um pontífice pouco afeito aos Templários. Desta vez os juizes papais foram o bispo do Porto e o prior do Mosteiro de São Jorge, confirmando o anterior veredicto do Arcebispo de Braga, Dom Martinho, e um monge de Alcobaça, Fernando Mendes.

Um tipo de acordo entre as partes foi finalmente tratado em abril do ano seguinte, arbitrado pelo rei Sancho I. Curiosamente não se firmava sobre os direitos eclesiásticos e sim sobre as colheitas realizadas nas freguesias de Pombal, Redinha e Ega. Neste acordo os Templários se comprometiam a pagar cinquenta áureas anuais ao bispo de Coimbra, na Festa de Todos os Santos. Em contrapartida o Templo poderia seguir indicando os clérigos responsáveis pelas igrejas, mas estes deveriam se sujeitar à alçada disciplinar do prelado. Sua autoridade episcopal passaria a ser reconhecida naquelas regiões. Ainda que sob condições bastante específicas. Uma clausura do tratado determina que:

*“Et recipiant colimbriensen episcopum in unaquaque predictarum villarum in procuratjone more aliarum ecclesiarum suj episcopatus semel in anno quando venerit in propria persona predictas ecclesias ujsitare.”<sup>208</sup>*

---

<sup>208</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo. 1º Incorporação, Maço 9, Documento 21.

“E o Bispo de Coimbra obtém o direito de ser recebido nas vilas por onde agora se estende seu episcopado uma vez por ano, desde que compareça sua própria pessoa, conforme o costume.”

Em suma, a tensão entre o alto clero português e os Templários foi minorada, mas jamais desapareceu por completo. Estendeu-se ao longo de mais de um século. Não estava eminentemente diferente na época do processo movido contra a milícia pelo rei francês Felipe, o Belo, no início do século XIV, que culminaria em sua extinção.

Acusados de heresia, perseguidos e detidos em vários reinos da Europa, os Templários portugueses se refugiaram, sob as graças do rei Dom Dinis, na inexpugnável fortaleza de Tomar. Não é de se duvidar que os bispos portugueses imaginaram que teriam enfim sua definitiva prestação de contas. Sobretudo quando foi anunciado por Roma, na bula *Considerantes dudum*, de Clemente V, de 6 de maio de 1312, que os acusados de menor importância seriam julgados em seus distritos de origem, em concílios provinciais.

O processo contra os Templários tornou-se um dos mais polêmicos de todos os tempos. Envolveu altos interesses políticos, econômicos e religiosos. Alguns dos mais eminentes juristas modernos, estudando suas atas, o designam de “processo da intolerância”.<sup>209</sup> Mas não cabe aqui analisar a culpa ou inocência dos Templários. Existe uma vastíssima bibliografia sobre este assunto. Numerosa, porém, raramente conclusiva.

---

<sup>209</sup> BERTIN, Claude. *Grandes Julgamentos da História: Os Templários – Calas: os processos da intolerância*. Lisboa: Amigos do Livro, s/d. p. 09.

O fato é que em 1311, mais precisamente em 3 de abril de 1311, após cinco anos de discussões, o Templo caiu. Na Catedral de Saint-Maurice, diante de uma grande audiência de autoridades religiosas, padres e bispos, o papa Clemente V fez uma homilia sobre o versículo 5 do Salmo 1, onde se lê que “pois os ímpios não ficarão de pé no Julgamento, nem os pecadores no conselho dos justos”. Em seguida leu a bula *Vox in excelso*, onde abolia o Templo enquanto ordem religiosa, e por conseguinte enquanto *militia Christi*, proibindo a qualquer um conjeturar entrar para o Templo no futuro, ou de receber ou usar seu hábito característico; bem como “agir como um templário”.<sup>210</sup> A punição para a inobservância de qualquer um destes itens era a inapelável excomunhão.

O decreto papal e o subsequente suplício do último mestre da Ordem, Jacques de Molay, na fogueira, criou um problema para a Coroa portuguesa. O que fazer com a sempre protegida Ordem dos Templários em solo lusitano?

Em certa medida a decisão foi colocada nas mãos do alto clero português, em conjunto com os confrades do restante da Península Ibérica. Mas, o que poderia ser o prato frio da vingança, foi desperdiçando; por razões em meu entender pouco claras. O que valeria por si só uma investigação.

Os templários dos reinos espanhóis, assim como seus confrades portugueses, resistiram a prisão refugiando-se em suas fortalezas. Exigiam um processo isento, diferente do francês: obviamente dirigido e marcado por torturas. Foram julgados em dois concílios provinciais: o de Salamanca, de 1310, e o de Tarragona, de 1312. Como resultado os templários de Leão, Castela e Portugal foram considerados inocentes de todas as acusações em ambos.

---

<sup>210</sup> READ, Piers Paul. *Os Templários*. Rio de Janeiro: Imago. 2001. p. 314.

Em sua maioria os membros espanhóis da confraria ingressaram na Ordem da Calatrava, na de Montesa ou mesmo na tradicional adversária: o Hospital, a maior beneficiária da extinção.<sup>211</sup> Outros receberam permissão para viver em retiro em antigas casas templárias, recebendo pensões provenientes dos lucros obtidos por suas ex-propriedades. Em Aragão, o rei Jaime, temeroso pela demonstração de poder dada pelos freires que resistiram a prisão, exigiu que fosse criada uma outra confraria baseada na de Montesa, de Valência, e sujeita a da Calatrava e ao abade cisterciense de Stas, para receber os templários de seu reino.

Em Portugal, como em Aragão, se decidiu por criar uma outra confraria sobre os escombros da antiga. Uma eminentemente nacional. A herdeira dos bens e de muito de sua tradição do Templo foi a Ordem da Milícia de Cristo, criada em 1320 e regida pela Regra de São Bento. Como sua antecessora a Ordem de Cristo manteve uma estreita relação com a Coroa e foi detentora de diversos privilégios.<sup>212</sup>

Talvez para desanuviar um pouco o passado recente seu primeiro mestre, Gil Martins, que já era mestre da Ordem de Avis, transferiu a sede da confraria para Castro Marim, terra fronteiriça no Algarve. Mas voltou para Tomar, a cabeça da resistência ao processo, alguns anos depois, em 1356.

Não que Tomar fosse a mesma dos tempos de ouro do Templo. Muita coisa havia se modificado em sua estrutura social e econômica. Com o progressivo esvaziamento do sentido da cavalaria a partir do século XIV, reforçado em Portugal pelo término da Reconquista, a posição de um cidadão passava a ser medida cada vez mais por sua fortuna e não por sua participação no serviço militar local. A figura do homem-bom suplantava a do cavaleiro-vilão. A elite urbana passou a não ser

---

<sup>211</sup> DEMURGER, Alain. *Os Cavaleiros de Cristo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. p. 196.

<sup>212</sup> PIMENTA, Maria Cristina Gomes & SILVA, Isabel Luísa Margado S. e. Política de Privilégio Joanina: confronto entre a Ordem de Cristo e a Ordem de Avis. *Revista de Ciências Históricas*: revista do Departamento de História da Universidade Portucalense. Vol. IV. Porto, 1989. p. 165 – 176. p. 169.

mais formada unicamente por proprietários de terras, mas também por comerciantes e burocratas. A confusão gerada pelo fim da Ordem dos Templários certamente contribuiu para esta mudança,<sup>213</sup> mas ela com certeza foi muito mais fruto da própria dinâmica da economia europeia em transformação do final da Idade Média. Através das associações e sociedades de mercadores, que freqüentemente controlavam o comércio atacadista nas cidades, os comerciantes assumiram a vanguarda do controle urbano.<sup>214</sup> Em Tomar não foi diferente.

Mas a tradição jamais deixou de se fazer sentir. Não é por acaso que hoje, passados vários séculos da dissolução da Templários, são os castelos da confraria que caracterizam as cidades um dia criadas ou protegidas pela milícia. E Tomar segue como o maior exemplo deste fenômeno. Se o imaginário urbano é alicerçado por seu suporte visual,<sup>215</sup> nada é mais visível em ali do que a presença de uma torre de pedra cortando o céu; com toda a memória de uma vasta coleção de histórias agregada a sua simples visão. A torre de menagem perdeu sua função, e pode ter seu valor estético questionado, mas não pode ser desagregada de seu valor histórico; que, na realidade, tende a crescer com o tempo.<sup>216</sup> Por tudo isto, Tomar será sempre a cidade de “Tomar, dos Templários”.

---

<sup>213</sup> CONDE, Manuel Silvio Alves. *Tomar Medieval: o espaço e os homens (séculos XIV e XV)* Lisboa: dissertação de mestrado em História Medieval apresentada a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1988. p. 286.

<sup>214</sup> HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 42.

<sup>215</sup> MENEZES, Ulpino Bezerra de. Morfologia das Cidades Brasileiras: introdução ao estudo histórico da iconografia urbana. *Revista da USP*, 1996. p. 149

<sup>216</sup> ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 228

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A rigor a Ordem dos Templários permaneceu durante 187 anos em Portugal: de 1125 à 1312.

É possível identificar três fases distintas durante este período. Sendo que, em meu entender, a segunda e a terceira se amalgamam.

A primeira foi de 1125 à 1147. Durante esta fase a Ordem teve duas sedes diferentes: Forte Arcada, de 1125 à 1128, e o Soure, de 1128 à 1147. Terras e castelos doados pela rainha Teresa, principal responsável pela introdução da confraria no então Condado Portucalense; recebendo com honras na corte de Braga os cavaleiros franceses Guilherme Ricardo e Raimundo Bernardo; e quiçá um dos fundadores da Ordem na Palestina, Gondomar, um nobre do norte português. Acredito que este terceiro personagem talvez seja a chave para se entender os motivos da pronta aceitação, e subsequente patrocínio, dos monges / guerreiros por parte da nobreza portucalense. Sendo ele um nobre, herói de guerra cruzado e veterano da mais venerável rota de peregrinação do medievo, o Caminho de Jerusalém ao Santo Sepulcro, seu exemplo pode haver inspirado outros ricos-homens e infantões a abraçarem a causa templária; apesar de no Condado Portucalense não existir a prática de se enviar homens para combater na Terra Santa. Isto porque os cristãos da Península Ibérica lutavam com os mouros em seu próprio continente: naquele início do século XII as guerras de Reconquista estavam em pleno curso.

Exatamente por este motivo, ao menos em principio, o objetivo estratégico da entrada dos Templários no condado foi o de aproveitar sua pretensa experiência de combate contra os muçulmanos. O que numa análise mais atenta se

mostrava uma falácia. Até aquele momento os freires do Templo não tiveram ainda nenhum combate real contra os muçulmanos; nem na Europa, nem no além mar. Até então suas atividades no Reino Latino de Jerusalém se limitavam a servir de patrulheiros das rotas seguidas pelos palmeiros: os viajantes religiosos que visitavam a Terra Santa. Viviam muito mais no ócio do que em ação, além de terem desenvolvido estranhas e as vezes inexplicáveis relações com certas facções da cultura do Islã; sendo a mais notável e não por acaso a mais suspeita com a seita dos Assassinos, do Velho da Montanha. Nota-se que os Cavaleiros Templários, já em suas origens, aproximavam-se perigosamente de práticas facilmente tidas como heréticas. O que não os impediu de prosperar na Europa e especificamente no Condado Portucalense. O que muito se deve a pregação apologética do abade cisterciense Bernardo de Claraval, que também recebeu terras no condado, na fértil região de Alcobaça, e, reforço, talvez, a Gondomar.

Desta forma, não por acaso, a primeira fase da Ordem em Portugal foi marcada pela inatividade bélica. Não inatividade completa. Sabe-se que durante estes vinte e dois anos alguns freires participaram de campanhas junto ao exército de Afonso Henriques. Estavam presentes inclusive na célebre, e mítica, batalha de Ourique. Mas, é preciso reconhecer, esta atividade foi bastante irregular e certamente muito mais fruto de obrigações feudais ou simpatias pessoais pela causa do infante do que necessariamente por decisão institucional da Ordem; em qualquer instância que fosse.

Mas o fato é que durante estas mais de duas décadas o Templo trabalhou. Organizou-se, estruturou-se, estreitou cada vez mais seus laços com a nobreza portucalense. Incluindo a Casa Real. O resultado foi que enriqueceu. Acumulou diversas doações régias e particulares que a tornaram poderosa.

Nestas condições puderam participar ativamente de dois momentos chave da Reconquista e ao mesmo tempo formação do reino de Portugal: as tomadas de Lisboa e Santarém, em 1147, combatendo, agora sim em massa, ao lado do infante Afonso Henriques. Começava ali a segunda fase, que se estenderia até a conquista do Algarve, em meados do século XIII. Neste longo período o Templo se converteria em um dos mais importantes aliados do primeiro rei português e posteriormente de seus sucessores. Tinha diversas funções estratégicas. Formavam a base da cavalaria real. Seus castelos constituíam a cabeça da defesa dos campos da nova corte: Coimbra. Ademais, acima de tudo, receberam a importante missão de proteger e povoar a linha do rio Tejo.

Por certo não estavam sozinhos. Outras ordens de caráter monástico / militar se instalaram em Portugal. As mais importantes eram: a espanhol Ordem de Santiago da Espada, a portuguesa Ordem de Avis e a grande rival do Templo no restante da Europa, a Ordem do Hospital de São João, os Cavaleiros Hospitalários. Segundo Herculano, numa afirmação com a qual concordo, em maior ou em menor grau todas elas se inspiraram de alguma forma no modelo de cavalaria espiritual do Templo; adaptando e em alguns casos suavizando sua *Regra*. Mas o fato mais notável da coexistência deste conjunto de ordens militares é que numa simples observação do mapa dos domínios que possuíam fica claro que cada qual impedia o avanço territorial da outra. O que certamente fazia parte da estratégia régia do controle da útil, poderosa e ao mesmo tempo perigosa máquina de guerra que eram estas confrarias.

De fato elas eram vigiadas de perto, controladas com rigidez pelo rei. Possuíam realmente diversos privilégios, tanto régios como eclesiásticos, já que eram isentos das autoridades dos bispos pelo papa, mas por outro lado tinham também

diversas obrigações a cumprir. Praticamente todas as suas decisões dependiam do consentimento régio.

O Templo, no que seria esta segunda fase, possuiu três diferentes sedes. Santarém, de 1147 à 1159; Ceras, de 1159 à 1160, e finalmente Tomar, a partir de 1160, onde, durante o governo do mestre provincial Gualdim Pais, construíram a mais importante fortaleza templária portuguesa. Esta praça forte converteu-se em símbolo da dominação templária na linha do Tejo ao resistir, em 1190, a um cerco de seis dias de um numeroso exército islâmico, liderado pelo emir marroquino Yacub.

A multiplicação dos castelos templários pelo reino foi um fator fundamental para a expansão urbana portuguesa. Onde eles estivessem significava que os habitantes daquela localidade, mais do que em qualquer outra, estariam protegidos contra ataques sarracenos. Este sentimento de segurança sem dúvida ajudou a estimular grandes contingentes populacionais a abandonar o norte superpovoado e se aventurar no incerto sul. Incerto porque a fronteira da Reconquista era bastante móvel. Terras reconquistadas e cristianizadas poderiam novamente ser ocupadas por muçulmanos pouco tempo depois.

Independentemente desta instabilidade o projeto de povoamento templário foi marcado pela organização. Cada povoação que fundavam se caracteriza pelo estrito planejamento urbano. Aperfeiçoavam em sua funcionalidade o velho sistema romano de vilas construídas com disposição em forma de grade, com uma praça central. Porém, se no antigo modelo a praça central funcionava como um grande mercado, nos concelhos templários esta função era exercida pelo castelo da confraria. Todas as atividades e valores passavam por lá.

O que não significava que os Templários controlavam com mãos de ferro seus domínios. Ao contrário. As cartas de foral concedidas pelo Templo

primavam, em diversos aspectos, pela liberalidade. Prova disto é o fato de que os nobres que desejassem viver em uma destas povoações deveriam abdicar de muitos de seus direitos naturais e aceitar o estamento de cavaleiro-vilão. Condição que poderia ser alcançada por médios proprietários de terras, que pudessem se armar e participar do exército local. O serviço militar era o principal meio de obtenção de prestígio social nestas vilas.

A terceira e última fase do Templo em Portugal foi marcada pela lenta e progressiva desvalorização da idéia de cavalaria, perceptível na Europa em fins do século XIII. Fenômeno que em Portugal pode ser relacionado com a tomada do Algarve, uma espécie de marco do fim da Reconquista. No novo cenário ibérico que se desenhava a atuação e presença da *miles Christi*, segundo os ideais originais do quarto voto, o da *cruzada*, tornavam-se anacrônicos. Desta forma, em uma análise tradicional, cada vez mais, o Templo deixou de ser uma força de defesa e passou a se concentrar em suas atividades comerciais, administrativas, em seus domínios, visando a sua própria sobrevivência institucional.

É justamente neste ponto que defendo que a segunda e a terceira fase se confundem.

Considero que se por um lado é correto afirmar que o Templo perdeu sua função primária a partir do término da Reconquista, não creio que seja razoável afirmar que foi somente a partir daí que desenvolveu sua vocação para as práticas econômicas seculares. Em Portugal, tanto quanto no restante da Europa, os Templários sempre necessitaram das rendas provenientes de suas propriedades para se manter. Na verdade até mais em Portugal, onde é sabido que a atividade de banqueiros que os celebrizaram na França não foi satisfatoriamente desenvolvida. Corroborar com este ponto de vista a enorme preocupação, devidamente documentada,

que sempre tiveram com suas tendas de vendas de produtos agrícolas, transações de imóveis urbanos, extração de minérios e intermináveis querelas com o alto clero português pela posse dos direitos eclesiásticos das igrejas existentes em seus domínios. Todas estas atividades sempre foram fontes de recursos eminentemente necessárias para o sustento material dos mosteiros da Ordem.

Neste sentido o fim da necessidade de lutar na cruzada peninsular ibérica não mudou necessariamente o caráter da Ordem. Há tempos suas práticas cotidianas já não eram condizentes com os preceitos ditados por sua ideologia original. Ideologia que de uma forma ou de outra já se encontrava cristalizado na formação da identidade urbana das povoações templárias. Tanto que o peso desta tradição sobreviveu a extinção da Ordem, decretada pelo papa Clemente V, na polémica bula *Vox in excelso*, de 1312. A Ordem da Milícia de Cristo, fundada em 1320, herdou não apenas os bens do Templo, como também muito de suas tradições e, sobretudo, suas privilegiadas e seculares ligações com a Casa Real Portuguesa.

# FONTES

## FONTES IMPRESSAS

A REGRA PRIMITIVA DOS CAVALEIROS TEMPLÁRIOS. Comentários de Pinharanda Gomes. Lisboa: Hugin, 1999.

CANTIGAS D'ESCARNIO E DE MAL DIZER DOS CANCIONEIROS MEDIEVAIS GALEGO-PORTUGUESES. Edição crítica por Manuel Rodrigues Lapa, 2 ed. Ver. E aum. Vigo: Galáxia, 1970.

CARTA DE BALDUÍNO II A BERNARDO DE CLARAVAL, 1126: Versão em português realizada por Artur Lopes Cardoso, a partir da tradução francesa de Michel Lamy sobre o original latino.

CISTER – DOCUMENTOS PRIMITIVOS. Documento 1: Notícia da Fundação de Cister. Tradução e comentários de Aires A. Nascimento. Lisboa: Colibri, 1999. p. 53 – 61.

MONUMENTA HENRICINA. Documento 2. Coimbra, 1960. p. 3 – 4. v. I.

MONUMENTA HENRICINA. Documento 3. Coimbra, 1960. p. 5 – 6. v. I.

MONUMENTA HENRICINA. Documento 4. Coimbra, 1960. p. 10 - 11. v. I.

MONUMENTA HENRICINA. Documento 5. Coimbra, 1960. p. 13. v. I.

MONUMENTA HENRICINA. Documento 10. Coimbra, 1960. p. 22 - 24 . v. I.

PORTUGALIAE MONUMENTA HISTORICA – livros velhos de linhagens. Edição crítica por Joseph Piel e José Mattoso. Lisboa, 1980. v. I.

SÃO BERNARDO. *Livro Para o Louvor da Nova Milícia*. Tradução e comentários de Carlos Eduardo de Soveral. Lisboa: Gráficas Manuel A. Pacheco, 1990.

TESTAMENTO DE AFONSO I, DE ARAGÃO, de 1131: Versão em português de Marcos José da Cunha, a partir da versão em inglês de Piers Paul Read, do original latino.

## FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, gaveta 7, maço 10, número 06

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro dos Mestrados, folha 38 v.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Livro Preto, folha 196

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Mosteiro de Alcobaça, maço 01, número 01

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Gavetas III, Maço 10, Documento 17, folha 7 v.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Casa Forte. Livro de Dom João Teotónico. Folhas 75 – 75 v.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Gaveta III, maço 3, número 1.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Leitura Nova. Mestrados. Livro 01, Folha 43 v.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Ordem de Cristo. Código 234. 2º parte. Folha 31.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Leitura Nova. Mestrados. Folha 15.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Sé de Coimbra. 1º Incorporação. Maço 8. Documento 36.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. 1º Incorporação, Maço 9, Documento 21.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- AYALA MARTIMEZ, Carlos de (Org.). Las Ordenes Militares em la Edad Media Peninsular. *Medievalismo: boletim de la Sociedad Española de Estudios Medievales*. Madrid: 3 (3) 97 - 98, 1993.
- AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. *Las Órdenes Militares en la Edad Media*. Madrid: Arco / Libros, 1998.
- AZEVEDO, Rui Pinto de. Período de Formação Territorial: expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. Agentes colonizadores. In: *História da Expansão Portuguesa pelo Mundo*. Lisboa: Ártica, 1937. v. I
- BARBOSA, Álvaro José. A Arquitetura Templária de Tomar – nascimento e devir. In: *Cadernos da Tradição – o Templo e a Ordem Templária em Portugal*. Lisboa: Hugin, 2000.
- BARBOSA, Pedro Gomes. Cavaleiros do Templo e Cavaleiros de Leiria: a defesa dos campos de Coimbra. In: *As Ordens Militares em Portugal: actas do 1º encontro sobre ordens militares*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 1991.
- BEIRANTE, Maria Ângela. Onomástica Galega em Duas Cidades do Sul de Portugal: Santarém e Évora. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: revista do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa*. Vol. VI. Lisboa, 1992 – 1993. p. 103 – 110.
- BERLIOZ, Jacques. São Bernardo, o soldado de Deus. In: *Monges e Religiosos na Idade Média*. Lisboa: Terramar, 1994.
- BERTIN, Claude. *Grandes Julgamentos da História: Os Templários – Calas: os processos da intolerância*. Lisboa: Amigos do Livro, s/d.
- BURMAN, Edward. *Templários – Os Cavaleiros de Deus*. Rio de Janeiro: Record, 1994.
- CABRITA, Augusto & GIL, Júlio. *Os Mais Belos Castelos e Fortalezas de Portugal*. Lisboa: Verbo. 1986.
- CARDINI, Franco. O Guerreiro e o Cavaleiro. In: LE GOFF, Jacques (Org.). *O Homem Medieval*. Lisboa: Presença, 1989.

CASTRO, Armando. As Ordens Militares na História Económica - social Portuguesa. In: FONSECA, Luís Adão da (Org.). *As Ordens Militares em Portugal : actas do 1º encontro sobre ordens militares*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 1991. p. 69 à 90.

CASTRO, Miguel de Mello e. *Pedras-de-Armaz de Tomar*. Lisboa: Edição de Álvaro Pinto ('ocidente"), 1955.

CHERUBINI, Giovanni. O Camponês e o Trabalho no Campo. In: LE GOFF, Jacques (Org.) *O Homem Medieval*. Lisboa: Presença, 1989.

CLARCK, Peter. O Ocidente Renasce. In: *Evolução das Cidades*. Rio de Janeiro: Abril, 1993.

COELHO, Maria Helena da Cruz & HOMEM, Armando Luís de Carvalho (Orgs.) *Nova História de Portugal: Portugal em Definição de Fronteiras - do Condado Portucalense à crise do século XIV*. Lisboa: Presença, 1996.

CONDE, Manuel Silvio Alves. *Tomar Medieval: o espaço e os homens (séculos XIV e XV)* Lisboa: dissertação de mestrado em História Medieval apresentada a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1988.

COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto. *A Ordem do Hospital: dos fins da Idade Média a Modernidade*. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, 2000.

DANTE ALIGHIERI. *A Divina Comédia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979. II v.

DEMURGER, Alain. *Os Cavaleiros de Cristo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

DIAS, Mário Simões. *Os Templários em Terras de Portugal*. Coimbra: edição do autor, 1999.

DOLLINGER, Philippe. Os Cavaleiros Teutónicos, monges-soldados do germanismo. In: *Monges e Religiosos na Idade Média*. Lisboa: Terramar, 1994.

DUBY, Georges. *Guilherme Marechal ou o maior cavaleiro do mundo*. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

ECO, Umberto. *Arte e Beleza na Estética Medieval*. Rio de Janeiro: Globo, 1989.

FERREIRA, Alexandre. *Suplemento Histórico ou memorias e noticias da celebre Ordem dos Templários, para a historia da admiravel Ordem de Nosso Senhor Jesu Christo*. Lisboa: Academia Real, edição fac-similada de 1998 de um original de 1734.

FUSTEL DE COULANGES, Numa Denis. *A Cidade Antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

GANDRA, Manuel J. A Cruz da Ordem do Templo e as Insignias da Ordem Templária em Portugal. In: *Cadernos da Tradição – o Templo e a Ordem Templária em Portugal*. Lisboa: Hugin, 2000.

GANDRA, Manuel J. (Org.). *Cadernos da Tradição: O Templo e a Ordem Templária em Portugal*. Lisboa: Hugin, 2000.

GANDRA, Manuel J. *Os Templários na Literatura*. Lisboa: Hugin, 2000.

GARTEN, Juan de. *Os Templários – Soberana Ordem dos Cavaleiros do Templo de Jerusalém*. São Paulo: Traço, 1987.

GODES, Jesús Mestre. *Os Templários: alvorada e crepúsculo dos cavaleiros*. Cascais: Pergaminho, 2001.

GOMES, Saul António. As Ordens Militares e Coimbra Medieval: tópicos e documentos para um estudo. In: FERNANDES, Isabel Cristina (Org.). *Ordens Militares: guerra, religião, poder e cultura*. Lisboa: Colibri, 1998. II. v.

GROUSSET, René. *As Cruzadas*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965.

GUERRA, Antonia. *Tomar Lendária*. Lisboa: edição da autora, 1934.

GUINGUAND, Maurice. *O Ouro dos Templários – Gisons ou Tomar?* Lisboa: Bertrand, 1975.

HERCULANO, Alexandre. *História de Portugal*. Lisboa: Ulmeiro, 1980. X v.

HERCULANO, Alexandre. *Lendas e Narrativas*. Lisboa: Livraria Bertrand, s / d . II v.

HESPANHA, António Manuel. *História das Instituições – época medieval e moderna*. Coimbra: Livraria Almedina, 1982.

HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

JANA, Ernesto José Nazaré Alves. A Vida Económica do Convento de Cristo (1529 – 1630). In: FERNANDES, Isabel Cristina (Org.). *Ordens Militares: guerra, religião, poder e cultura*. Lisboa: Colibri, 1998. II v.

LACEY, Robert & DANZIGER, Danny. *O Ano 1000 – a vida no início do primeiro milénio*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LAMY, Michael. *Os Templários - esses grandes senhores de mantos brancos*. Lisboa: Notícias, 2000.

LANEYRIE-DAGEN, Nadeije (Org.). *Memória do Mundo: das origens ao ano 2000*. Casais de Mem Martins, Rio do Mouro: Circulo de Leitores, 2000.

LE GOFF, Jacques. *O Apogeu da Cidade Medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

- LE GOFF, Jacques (Org.) *O Homem Medieval*. Lisboa: Presença, 1989.
- LE GOFF, Jacques. *São Luís*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- MARINI, Jeronimo Maria & NICOLAI, Octon. *O Templário – melodrama em três atos*. Lisboa: Typographia do Grátis, 1842.
- MARTINS, General Ferreira. Autonomia e Organização. In: *História da Expansão Portuguesa no Mundo*. Lisboa: Ática, 1937. v. I
- MATTOSO, Jose (Org.). *História de Portugal - a monarquia feudal*. Lisboa: Estampa, s/d.
- MATTOSO, José. *Ricos-homens, Infâncias e Cavaleiros*. Lisboa: Guimarães & C<sup>a</sup>, 1982.
- MENDONÇA, Manuela. *Proença-a-Velha – uma povoação com história*. Lisboa: Colibri, 2000.
- MENDONÇA, Manuela. *Cidades, Vilas e Aldeias de Portugal. Estudos de História Regional Portuguesa*. Lisboa: Colibri, 1995.
- MENEZES, Ulpino Bezerra de. Morfologia das Cidades Brasileiras: introdução ao estudo histórico da iconografia urbana. *Revista da USP*, 1996. p. 147 – 152.
- MONGELLI, Lênia Márcia de Medeiros. *Por Quem Peregrinam os Cavaleiros de Artur*. São Paulo: Íbis, 1995.
- MONTESQUIEU. *Considerações Sobre as Causas da Grandeza dos Romanos e de sua Decadência*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.
- MUMFORD, Lewis. *A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- NÁUFEL, José. *Novo Dicionário Jurídico Brasileiro*. São Paulo: Parma, 1984. III. v.
- NIETZSCHE, Friedrich. *A Gaia Ciência*. São Paulo: Ediouro, 1987.
- NIETZSCHE, Friedrich. *O Anticristo*. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- OLIVAL, Maria Fernanda. *Honra, Mercê e Venalidade: as ordens militares e o estado moderno em Portugal (1641 – 1789)* Dissertação de doutoramento em História Econômica e Social Moderna, apresentada ao Departamento de História da Universidade de Évora. Évora, 1999.
- PALEN, John J. *O Mundo Urbano*. Rio de Janeiro: Forense-universitária, s / d.
- PARKER, Geoffrey (Org.) *Atlas da História Universal*. Goiânia: O Popular, 2000.

PASTOUREAU, Michel. *A Vida Cotidiana no Tempo dos Cavaleiros da Távola Redonda*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

PIMENTA, Maria Cristina Gomes & SILVA, Isabel Luísa Margado S. e. Política de Privilégio Joanina: confronto entre a Ordem de Cristo e a Ordem de Avis. *Revista de Ciências Históricas*: revista do Departamento de História da Universidade Portucalense. Vol. IV. Porto, 1989. p. 165 – 176.

PERNOUD, Régine. *A Mulher nos Tempos das Cruzadas*. Campinas: Papirus, 1993.

READ, Piers Paul. *Os Templários*. Rio de Janeiro: Imago. 2001.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. A Origem Mística da Monarquia Portuguesa. In: *A Vida na Idade Média*. Brasília: Editora da UNB, 1997. p. 61 – 74.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. O Inferno e o Paraíso: cartografia e paisagem (séc. XII – XV). *História Revista*: revista do Departamento de História e do Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias / Universidade Federal de Goiás. – vol. 5. n. 1/ 2 (jan. / dez. 2000) – Goiânia: Editora do Mestrado em História, 2000 – 25 - 40.

ROSA, Amorim. *De Tomar*. Tomar: a Gráfica de Tomar, 1960.

ROSSIAUD, Jacques. O cidadão e a vida na cidade. In: LE GOFF, Jacques (Org.). *O Homem Medieval*. Lisboa: Presença, 1989.

ROUSSET, Paul. *História das Cruzadas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

RUSSELL, Bertrand. *História da Filosofia Ocidental*. Lisboa: Circulo de Leitores, 1977. v. II.

SANTO AGOSTINHO. *A Cidade de Deus*: contra os pagãos. Petrópolis: Vozes, 1999. 2 v.

SANTOS, Dulce Oliveira Amarante dos. Outros Olhares Sobre a Jograria Ibérica Urbana (sécs. XIII – XIV). *História Revista*: revista do Departamento de História e do Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias / Universidade Federal de Goiás. – vol. 5. n. 1/ 2 (jan. / dez. 2000) – Goiânia: Editora do Mestrado em História, 2000 – v. (1/2) 71 – 88.

SANTOS, José António dos. *Monumentos das Ordens Militares do Templo e de Christo em Thomar*. Lisboa: Biblioteca Universal, 1879. Edição fac-similada de 1998.

SÃO BERNARDO (1090 – 1990): Catálogo Bibliográfico e iconográfico / introdução, selecção e catalogação por Gérard Leroux. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1991.

SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa. A Propriedade Urbana das Confrarias e Hospitais de Coimbra nos Finais da Idade Média. *Revista de Ciências Históricas*: revista do Departamento de Ciências Históricas da Universidade Portucalense. Vol. X. Porto, 1995. p. 155 – 194.

- SCOTT, Walter. *Ivanhoé*. São Paulo: Abril Cultural, 1971.
- SENNET, Richard. *Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 1997
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal – Estado, Pátria e Nação (1080 – 1415)*. Lisboa: Verbo, 1977. v. I.
- SERRÃO, Joel (Org.). *Dicionário de História de Portugal – volume IV*. Lisboa: Iniciativas, 1971.
- SILVA, Eduardo Norte Santos. *Uma Ordem de Cavalaria: a Ordem Eqüestre do Santo Sepulcro de Jerusalém – das origens a actualidade*. Lisboa: Gráfica, 1988.
- SINGUL, Francisco. *O Caminho de Santiago – A Peregrinação Ocidental na Idade Média*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.
- TAROUCA, Carlos da Silva. *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal*. Lisboa: MCMLII, 1952. v. I.
- TORRINHA, Francisco. *Dicionário Latino Português*. Porto: Gráficos Reunidos, s/d.
- VENTURA, Leontina. *A Muralha Coimbrã na Documentação Medieval*. Coimbra: Imprensa de Coimbra, 1979.
- VITERBO, Joaquim Santa Rosa. *Tempreiros ou Templeiros*. In: *Cadernos da Tradição – o Templo e a Ordem Templária em Portugal*. Lisboa: Hugin, 2000.